

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**AMADORES, PROFISSIONAIS E VARZEANOS: OS SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS
FUTEBOLÍSTICAS NA CIDADE DE SÃO PAULO E OS CLUBES DA COMUNIDADE**

APRESENTADA POR

DIEGO FERNANDES DE BIAGI

**PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO BERNARDO BORGES BUARQUE DE
HOLLANDA**

Rio de Janeiro
Março de 2017

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO BERNARDO BORGES BUARQUE DE HOLLANDA

DIEGO FERNANDES DE BIAGI

AMADORES, PROFISSIONAIS E VARZEANOS: OS SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS
FUTEBOLÍSTICAS NA CIDADE DE SÃO PAULO E OS CLUBES DA COMUNIDADE

Dissertação de Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais apresentada
ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC
como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História

Rio de Janeiro
Março de 2017

À memória de Wilton Jader Nicochelli

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Biagi, Diego Fernandes de

Amadores, profissionais e varzeanos: os significados das práticas futebolísticas na cidade de São Paulo e os clubes da comunidade / Diego Fernandes de Biagi. – 2017.

137 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Bernardo Borges Buarque de Hollanda.

Inclui bibliografia.

1. Futebol – Aspectos sociais. 2. Clubes de futebol. 3. Política urbana. 4. Políticas públicas. I. Hollanda, Bernardo Borges Buarque de, 1974- . II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 796.334



DIEGO FERNANDES DE BIAGI

**AMADORES, PROFISSIONAIS E VARZEANOS: OS
SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS FUTEBOLÍSTICAS NA
CIDADE DE SÃO PAULO E OS CLUBES DA COMUNIDADE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História e Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais

Data da defesa: 31/03/2017

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Bernardo Borges Buarque de Holanda
Orientador (a)

Paulo Roberto Ribeiro Fontes

Daniel Hirata

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, à minha família nuclear: meu pai, minha mãe e minha irmã, por serem a base em que eu me apoio em todas questões e que me ajudaram, me ajudam e ainda hão de me ajudar muito tempo ainda.

Mais especificamente ao meu pai, Daniel, por ser a pessoa em que eu me espelho no que diz respeito a trabalho duro e sempre se superar para atingir um objetivo. Por ter ficado acordado até tarde para assistir à partida do Mundial de 1993 comigo, mesmo sendo palmeirense, por ter me apresentado ao universo futebolístico e por todos os papos sobre história, títulos, contratações e jogadores obscuros em times pequenos do Campeonato Paulista.

À minha mãe, Claudete, por ser o pilar de sustentação da minha sanidade mental, por todos os galhos quebrados ao longo deste trabalho, por todas as conversas sobre o que significava esse projeto e por me lembrar dos verdadeiros objetivos por trás desta dissertação e, claro, pelas broncas quando mereci.

À minha irmã, Larissa, por aguentar meu pai e eu falando de futebol o dia inteiro, por todas as vezes em que ela não pôde assistir o que queria porque estávamos assistindo jogos dos nossos times, de times europeus, de seleções, de jogos de qualidade duvidosa da Copa São Paulo de Futebol Júnior, entre outros. E por todas as conversas, dicas e vezes em que me fez rir quando as coisas estavam difíceis.

À Nathany, que a cada dia me faz repensar o que um relacionamento significa e como funciona. Por toda a paciência durante esse tempo de redação, por ouvir minhas diversas conclusões parciais ao longo do trabalho, por todo o companheirismo e amor.

Ao meu orientador, Bernardo Borges Buarque de Hollanda, que desde o primeiro e-mail respondido – quando eu ainda estava perdido tentando entender as possibilidades da área acadêmica – mostrou humildade, compreensão e sabedoria. Pela paciência, por todo o conhecimento compartilhado e por mostrar saber se relacionar com as pessoas e não apenas com os livros.

À Fundação Getúlio Vargas e ao CPDOC por terem dado a oportunidade de eu desenvolver este trabalho, mesmo não tendo formação acadêmica sólida, por terem acreditado em mim.

À equipe do Centro de Referência do Futebol Brasileiro, mais especificamente Aira Bonfim e Dóris Régis por toda a ajuda direcionando o que eu deveria estudar, qual caminho seguir e quais livros consultar.

À Diego Viñas, pelo depoimento e pela rapidez com que me ajudou.

À Vicene Magno, pela preleção na reta decisiva e pelas dicas de quem passou por uma situação semelhante à minha.

Aos outros companheiros da matéria “Esporte, Cultura e Sociedade”: Irlan, Lug, Juan, Rafael, Fausto, Fábio, Juliana, Renato e Professor Fernando.

Ao Professor Paulo Fontes, pelos livros emprestados, pela ajuda quando ainda tentava decidir o tema da dissertação e pelas preciosas dicas durante o Exame de Qualificação.

Ao Professor Daniel Hirata, pela atenção ao longo do trabalho e ajuda durante o Exame de Qualificação.

À Professora Mônica Kornis, pelas incríveis conversas sobre cinema e história.

A todos amigos que me ouviram reclamando ou comemorando durante os altos e baixos desses dois anos, pela paciência e pela compreensão quando precisei vê-los menos.

Aos meus chefes Vanessa e Mauro, pela rara compreensão com minhas sucessivas ausências ao trabalho, pelo apoio e pelo ambiente de trabalho que me permitiu ter mais tranquilidade no árduo processo de trabalhar e fazer mestrado ao mesmo tempo.

Por fim, a todos amigos que algum dia discutiram e debateram esportes comigo, principalmente Wilton Jadher Nicochelli, que se foi durante o processo de redação do trabalho. Obrigado, amigo, por todas as vezes em que assistimos jogos juntos, pelos apelidos geniais dados aos jogadores e pelas risadas. No fim, é isso que ficou de você, é por isso que te lembramos e por isso que sempre que falamos de você, um sorriso acompanha o papo, e uma lágrima ocasional por não podermos ter mais histórias dessas daqui em diante.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mapear e identificar os processos que instituíram a prática do futebol de várzea em São Paulo, mais especificamente nos equipamentos públicos chamados “Clubes da Comunidade”. Pretende reconstituir a trajetória de estabelecimento do futebol como esporte institucionalizado e codificado no Brasil e na cidade de São Paulo, suas diferentes formas de prática e como foi apropriado e tratado por diversos grupos ao longo do tempo, desde a elite até as classes populares, passando pela classe política.

Para tanto, serão estudados os usos feitos dos termos “profissional”, “amador” e “varzeano” e qual impacto estes tiveram na localização e distribuição espacial dos terrenos destinados ao futebol informal e popular, qual a influência das políticas urbanas paulistanas nisso e qual o papel dos “Clubes da Comunidade” na preservação da prática nos dias atuais.

Palavras-chave: futebol, futebol de várzea, história urbana, políticas públicas.

ABSTRACT

The objective of the present essay is to identify and map the processes that defined the practice of the “floodplain football” in São Paulo, more specifically at the public equipments called “Clubes da Comunidade” (Community Clubs). It intends to reconstitute the trajectory and establishment of football as an institutionalized and encoded sport in Brazil and São Paulo, its different forms of practice and how it was exploited and treated by several groups through time, concerning the elite, the popular classes and the political class.

Therefore, the uses of the terms “professional”, “amateur” and “varzeano” (term used to refer to the players of floodplain football) will be studied and the impact they had on the location and spatial distribution of the terrains destined to the informal and popular football, what was the influence of the urban policies in São Paulo and which role do the Community Clubs play on the preservation of floodplain football nowadays.

Keywords: football, floodplain football, urban history, public policies.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. O desenvolvimento do Futebol: do amador ao profissional.....	31
1.1 “Jogo de bola” ou “foot-ball”? As práticas nos primórdios do futebol.	32
1.2. Competitividade e seriedade: a prática moderna	35
1.3 Resistências à popularização: o etos amador e sua sociogênese	39
1.4. O ludopédio brasileiro e a questão do pioneirismo.....	44
1.5. Rio de Janeiro e São Paulo: práticas e significados.....	46
1.6 Rumo ao profissionalismo: as crises e os conflitos	51
2. Cidade, várzeas e bairros: São Paulo e o futebol varzeano	62
2.1. Os “futebóis”: outras práticas e suas definições	64
2.2. Os primórdios do futebol varzeano e a ascensão do Sport Club Corinthians Paulista.....	71
2.3. O futebol popular: várzea, fábrica e os movimentos operários	74
2.4. Os ideais higienistas e a domesticação dos corpos	80
2.5. As “classes perigosas” e a segregação espacial	86
2.6. Futebol varzeano, política e as disputas por espaço	89
3. A resistência da prática varzeana em São Paulo: os Clubes da Comunidade.....	100
3.1 O Museu do Futebol e o mapeamento dos Clubes da Comunidade em São Paulo	106
3.2. Gramado sintético, política e clientelismo: o que está em jogo.....	115
Considerações Finais	127
Bibliografia.....	133

Introdução

“Não jogo por jogar muito mal. Sou, embaraçosamente, um perna de pau, um completo perna de pau. Fui o melhor do meu país e do mundo, mas apenas durante o sono. Ao acordar, a dura realidade me dizia que eu não podia ir muito longe”

A citação acima sobre futebol é de Eduardo Galeano em “Futebol ao som e à sombra”, coletânea de textos do escritor uruguaio, falecido em 2015. Antes de ser escritor e jornalista, Galeano tentara ser jogador de futebol, sem sucesso. Nunca foi ovacionado por um estádio lotado, porém suas obras – principalmente “As veias abertas da América Latina” – o garantiram prestígio e a condição de ícone da esquerda latino-americana.

O autor da presente pesquisa também se considera um completo perna de pau. Os diversos e recorrentes embaraços devido à falta de habilidade com os pés não fizeram com que se desinteressasse pelo futebol. Desde a primeira visita a estádios de futebol, uma grande curiosidade despertou: o que faz o futebol um fenômeno tão amplo e tão forte na sociedade brasileira?

Muito antes de saber que um dia pesquisaria futebol academicamente, diversos livros sobre a história do ludopédio, os grandes times, grandes jogadores e as histórias das Copas do Mundo empilhavam-se. Quando tive a oportunidade de estudar esse fenômeno mais a fundo, conhecer o embasamento teórico e os estudos clássicos sobre o tema, decidi que estudaria futebol.

Em um primeiro momento, os rituais e práticas das torcidas em dias de jogo foram os fatos que mais chamaram a atenção. Então, no evento de lançamento do livro “*Country of Football: politics, popular culture and the beautiful game in Brazil*”, a fala do Professor Paulo Fontes, historiador, sobre o futebol de várzea e seu papel no associativismo popular na cidade de São Paulo na metade do século XX, chamou a atenção. A possibilidade de estudar e compreender aspectos da complexa cidade de São Paulo ao mesmo tempo em que poderia continuar com o futebol como tema foi o que me levou a decidir o tema deste trabalho.

Neste trabalho, o fenômeno do futebol de várzea será estudado através de um panorama histórico das dinâmicas que o definem e o moldam na prática contemporânea: primeiramente, a própria institucionalização e estabelecimento do futebol como um esporte codificado e não mais como um conjunto heterogêneo de práticas populares documentadas ao longo do tempo. Isso será estudado ao longo do primeiro capítulo,

com ênfase no importante papel que a definição de esportista amador e *sportsmen* possui durante este processo, que se inicia e desenvolve a partir da Grã-Bretanha.

Em seguida, ainda no primeiro capítulo, será descrito o processo de introdução do futebol no Brasil e como as categorizações e definições utilizadas no estabelecimento do esporte na Inglaterra definem a prática futebolística nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo no fim do século XIX e começo do século XX e quais outros interesses e projetos da classe dirigente brasileira da época influenciaram o futebol em seus primórdios em solo brasileiro.

No capítulo que se segue, o foco será a cidade de São Paulo. Nele serão elicitados os processos de resistência ao futebol informal e popular que ocorrem e como essa prática é afetada por diversos planos urbanísticos pautados no higienismo e na exclusão. O objetivo é fornecer um quadro que permita ao leitor identificar como o futebol varzeano foi sendo circunscrito na paisagem da cidade concomitantemente ao que acontece com a população pobre e operária – do centro da cidade às várzeas dos rios e em seguida aos bairros periféricos.

No terceiro e último capítulo, serão apresentados os espaços que procuram preservar a prática do futebol varzeano, os Clubes da Comunidade. Através do levantamento de fontes secundárias, aspectos empíricos serão estudados e as contradições, apropriações e dinâmicas dos espaços mapeados pelo Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol serão apresentados, a fim de obter-se uma ampla compreensão das diferenças e semelhanças entre os espaços e como o processo histórico que os estabeleceu define seu funcionamento e suas regras.

Antes do debate e da discussão sobre estes aspectos acima, utilizarei esta introdução para dissertar sobre de onde parte este trabalho e qual o estado atual de desenvolvimento dos estudos sobre esporte no Brasil e quais são os principais autores que influenciam este trabalho.

Estudar o esporte: de onde parte este trabalho?

O trabalho acadêmico com um tema de pesquisa interdisciplinar requer o embasamento e a profundidade teórica para poder tratar do que pretendo realizar com esta dissertação. Mostram-se úteis não só a revisão de questões teóricas sobre determinados temas, mas também panoramas e perspectivas históricas acerca de sua

importância, de seu estado na literatura especializada e de seu patamar no conjunto das ciências humanas.

Através desse esforço de revisão bibliográfica, tanto na direção de definir os principais autores e teóricos a serem referenciados ao longo do trabalho quanto no ato de situar os objetos e as temáticas aqui propostas no tempo presente, buscarei neste primeiro capítulo versar sobre os estudos do esporte e do futebol.

Ao tratar da temática esportiva, proponho uma retrospectiva sobre a evolução dos estudos, com destaque à obra de Pierre Bourdieu (nascido em Denguin, França, em 1 de Agosto de 1930 e falecido em Paris, França, em 23 de Janeiro de 2002), sua sociologia reflexiva, os conceitos de campo e de *habitus*. A proposta é passar também pelos escritos de Norbert Elias e Eric Dunning, a fim de entender como o esporte é parte importante no processo civilizatório. Além disto, compreende-se o debate de Johan Huizinga sobre o jogo como fenômeno cultural.

Antes de desenvolver meus argumentos, entendo ser importante começar pela construção de um panorama histórico sobre o campo intelectual em que este trabalho está inserido, desde os primeiros trabalhos que tiveram o esporte como temática até sua consolidação como campo, tanto em âmbito internacional como no Brasil.

As primeiras recorrências de estudos sobre esporte remetem à transição do século XVIII para o XIX. Apesar de não serem estudos abrigados em instituições acadêmicas, foram importante fonte de pesquisa para estudiosos do esporte do século XX. Nestes trabalhos, destacam-se o de Peter Beckford sobre caça à raposa (1796), o de Pierce Egan sobre pugilato (1812) e o de Montagu Shearman sobre história e desenvolvimento do futebol, rúgbi e atletismo (1887 e 1889) (DUNNING, 2004).

Em seguida, vemos referências à prática esportiva em alguns autores clássicos das Ciências Sociais, como Thorstein Veblen em “A teoria da classe ociosa” (1899), Marcel Mauss em “As técnicas do corpo” (1902) e até mesmo em “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (1904), quando Max Weber opõe o puritanismo às práticas recreativas da sociedade inglesa (SOUZA; MARCHI JR, 2010a).

Porém, nesse período até mesmo a própria Sociologia ainda buscava reconhecimento e estava em processo de institucionalização como disciplina acadêmica. Pode-se dizer que desse período até os anos 1960, quando o campo da Sociologia do Esporte começa a se estruturar de forma mais sistemática, existem escritos que pertencem à chamada “pré-história” do campo. Destacam-se nesse período “Homo Ludens” (1938), do historiador holandês Johan Huizinga, ao abordar o jogo como

componente indissociável da cultura, os escritos críticos ao esporte da Escola de Frankfurt (com Adorno e Horkheimer) e o trabalho de Hisse (1921), que problematizou o esporte socialmente pela primeira vez (VAZ, 2008).

Das obras citadas acima, é interessante estudar com mais detalhes a importância da obra de Huizinga no estabelecimento do campo do estudo dos esportes e da cultura e como a Teoria Crítica do Esporte teve papel importante no tratamento, por vezes preconceituoso, em relação ao esporte nas ciências humanas. Começo pelos teóricos da Escola de Frankfurt a seguir:

A Nova Esquerda e a Teoria Crítica do Esporte

Levando em consideração o contexto político e cultural dos anos 1960, o auge de tensões decorrentes da Guerra Fria como a crise dos mísseis em Cuba e a Guerra do Vietnã e o poderoso e emergente fenômeno dos movimentos contraculturais, o Esporte surge como um tema importante da época. As duas potências utilizaram-se do esporte em grande proporção, tanto de forma direta quanto indireta pelos países que estavam sob sua influência.

O resultado disso foi o desenvolvimento vertiginoso do treinamento desportivo e do flagrante uso de procedimentos de *doping* para aumento de desempenho dos atletas através de substâncias (legais ou não) e também a propagação de imagens esportivas que permitiram e criaram uma base para que, nas décadas seguintes, diversos investimentos com a intenção de transmitir eventos esportivos ao vivo (VAZ, 2008).

Emerge desse contexto um movimento teórico nas Ciências Sociais conhecido como Teoria Crítica do Esporte. A ideia deste movimento era usar o esporte como tema de pesquisa, análise e reflexão através do aparato teórico da crítica da cultura e da economia política. Apesar de não ser algo necessariamente novo, já que Risse, citado acima, desde 1921 procurava estudar o esporte como fenômeno social, a sociedade moderna ainda mantinha o esporte com uma valoração positiva oriunda do “ideal olímpico” (RISSE, 1979).

A ideia de crítica ao esporte não advinha de críticas já tradicionais dos países do “socialismo real” em relação ao esporte ocidental ser “traidor” dos ideais olímpicos e para os quais:

“a educação político-ideológica dos atletas no sentido do Marxismo-leninismo para personalidades socialistas no pensamento e na ação, que estejam convencidas da correspondente vitória do socialismo no mundo todo, que mostre claramente a imutável agressividade do imperialismo e promovam a coexistência fraterna da comunidade internacional” (SCHMOLINSKY *apud* VAZ, 1977, p. 36).

A posição da Teoria Crítica se dava em relação a questionar por inteiro o esporte de alto rendimento e a performance do espetáculo de uma forma geral. Para eles, os ideais olímpicos reforçavam as condições de dominação impostas às classes subalternas e ao seu corpo. Somado a isto, o imaginário ainda recente em relação aos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936, quando Hitler procurou valer-se do esporte como propagação do ideário ariano, amparado na linguagem do cinema de Leni Riefenstahl, que se encarregou da parte audiovisual da documentação dos jogos para utilizá-los com fim de propaganda, o contexto de surgimento e de atuação da Nova Esquerda em relação ao esporte estavam delimitados.

Os principais autores dessa Teoria são Rigauer e Brohm, que consideram que o esporte de alto rendimento possui a mesma lógica de funcionamento do trabalho alienado da produção. Esta visão encontra-se no seguinte trecho:

“O esporte não é um sistema à parte, mas de diversas formas interligado com o desenvolvimento social, cuja origem está na sociedade burguesa e capitalista. Embora constitua um espaço específico de ação social, o esporte permanece em interdependência com a totalidade do processo social, que o impregna com suas marcas fundamentais: disciplina, autoridade, competição, rendimento, racionalidade instrumental, organização administrativa, burocratização, apenas para citar alguns elementos. Na sociedade industrial, formas específicas de trabalho e produção tornaram-se tão dominantes como modelo, que até o chamado tempo livre influenciaram normativamente (...).” (RIGAUER *apud* VAZ, 2008, p.7)

Portanto, haveria não somente uma relação entre trabalho e tempo livre, mas também uma afinidade estrutural entre ambos, sendo o esporte responsável pela doutrinação e alienação do tempo livre do trabalhador. Em acréscimo, lembre-se a questão que Brohm levanta sobre a mecanização do movimento humano, já que a linguagem esportiva estaria dominada pela tecnologia e pela maquinaria: rendimento, método, burocratização, racionalização. Assim, esse processo limita a espontaneidade, fazendo com que pouco da definição de jogo se encontre no esporte de alto rendimento (BROHM *apud* VAZ, 2008).

Tais teorias encontraram bastante espaço, mesmo além do contexto acadêmico, devido à popularidade dos autores da Escola de Frankfurt, nos quais os teóricos críticos

do esporte se embasam. Também no Brasil foi considerada principalmente em relação à resistência ao regime militar e no estabelecimento da Educação Física, que encontrou muito mais espaço de discussão do que no campo das Ciências Sociais (VAZ, 2008).

Diversas críticas foram dirigidas a estes escritos, como as de Hans Lenk, Professor de Filosofia e campeão de remo alemão. Segundo ele:

“O rendimento esportivo não é obtido por meio de pressão rigorosa, nem é vivido como tal, mas corresponde em alto grau aos interesses e capacidades dos atletas. O esportista não se relaciona de forma ‘alienada’ com seu desempenho. Este, por sua vez, não é vivido como carga ou obrigação, mas como livre escolha. Sob plena disposição pessoal o rendimento procurado é valorizado positivamente, tanto do ponto de vista emocional quanto afetivo, demarcando-se como um verdadeiro ‘gozo’.” (LENK *apud* VAZ, 2008, p. 13).

Para o autor, não seriam plausíveis as teses de manipulação e de submissão ao trabalho no contexto esportivo e o conceito de trabalho utilizado por Rigauer seria muito amplo e, portanto, capaz de enxergar apenas semelhanças entre os dois, e não as diferenças. Outros autores, como Richard Gruneau e mesmo Eric Dunning criticaram os escritos de Rigauer e Brohm questionando a leitura que estes fizeram dos escritos de Adorno e Horkheimer.

Ainda assim, vemos que tais teorias ainda mostram-se essenciais para algumas discussões em torno do esporte moderno e de sua prática. Independente de estarem corretas ou não, procuram lançar luz sobre alguns fenômenos atuais, como a quantificação dos resultados e a fascinação crescente pelos recordes. Isto para Brohm, faz parte de uma ideologia baseada no mito do progresso infinito e linear e que ajuda a transmitir em larga escala temas universais burgueses, como o mito do Super Homem, o individualismo, a ascensão social, o sucesso, a eficiência, etc. (VAZ, 2008).

Com isso considerado, vemos que a crítica ao Esporte surge como um questionamento à desvirtuação do jogo, como uma prática desinteressada é reificada para o consumo. Conforme já dito anteriormente, Huizinga estudou as formas deste próprio jogo e sua relação com a cultura, e será estudado com mais detalhes a seguir.

Huizinga e o jogo como componente cultural

Johan Huizinga foi um historiador holandês, que estudou linguística comparada, sânscrito e drama clássico indiano no final do século XIX e lecionou sobre História Antiga nas universidades de Groningen e Amsterdam. Teve como mais famosa obra

Herfsttij der Middeleeuwen, de 1919, traduzida como “O outono da Idade Média” para o português, no final dos anos 1970 e recentemente relançado em capa dura pela editora Cosac Naify, em 2010.

Sua carreira é marcada pelo interesse em relação à idade média e sua trajetória acaba por cruzar caminhos com os estudos, se ainda não sobre os esportes especificamente, sobre o jogo e seus conceitos na história e na linguística. Ele leciona sobre este tema em 1937 no Instituto *Warburg*, o que depois é ampliado e publicado como o livro “*Homo Ludens*” de 1938 (SORENSEN, 2000).

O autor apresenta diversas hipóteses levantadas nos campos da psicologia e da fisiologia onde:

“Há uma extraordinária divergência entre as numerosas tentativas de definição da função biológica do jogo. Uma definem as origens e fundamento do jogo em termos de descarga da energia vital superabundante, outras como satisfação de um certo "instinto de imitação", ou ainda simplesmente como uma "necessidade" de distensão. Segundo uma teoria, o jogo constitui uma preparação do jovem para as tarefas sérias que mais tarde a vida dele exigirá, segundo outra, trata-se de um exercício de autocontrole indispensável ao indivíduo. Outras vêem o princípio do jogo como um impulso inato para exercer uma certa faculdade, ou como desejo de dominar ou competir. Teorias há, ainda, que o consideram uma "ab-reação", um escape para impulsos prejudiciais, um restaurador da energia dispendida por uma atividade unilateral, ou "realização do desejo", ou uma ficção destinada a preservar o sentimento do valor pessoal, etc.” (HUIZINGA, 2000, p. 5-6).

Entretanto, as teorias apresentadas acima não passam de soluções parciais do problema, já que elas partem do pressuposto de que o jogo é ligado a algo que não ele próprio, que deve haver uma espécie de finalidade biológica nele. Huizinga defende considerar as práticas lúdicas uma “totalidade”, a fim de melhor compreender as dinâmicas e significações que elas produzem e reproduzem.

Duas características essenciais do jogo, segundo a obra, são o fato de que ele é livre, de ele próprio ser liberdade e que seu universo não é a vida “corrente” ou a vida “real”. Ou seja, o jogo é voluntário. A partir do momento em que é objetivado e sujeito a ordens, o mesmo deixa de ser jogo. A criança e o animal brincam porque gostam de brincar, e não por um objetivo específico, e aí reside a liberdade da atividade neles.

Sobre a segunda característica, podemos mencionar o fato de que a esfera lúdica compreende uma prática “desinteressada”. Como não pertence à vida comum:

“ele se situa fora do mecanismo de satisfação imediata das necessidades e dos desejos e, pelo contrário, interrompe este mecanismo. Ele se insinua como atividade temporária, que tem uma finalidade autônoma e se realiza tendo em vista uma satisfação que consiste nessa própria realização. É pelo menos assim que, em primeira instância, o ele se nos apresenta: como um intervalo em nossa vida quotidiana.” (HUIZINGA, 2000, P. 10)

Observa-se que, devido à frequência com que o jogo se manifesta na vida cotidiana, que ele se torna um “intervalo” constante, um acompanhamento desta que se amplia em complemento e, posteriormente, como parte integrante da vida em geral. Torna o jogo algo essencial tanto para o indivíduo quanto para a sociedade em geral, fazendo parte dos ideais comunitários e culturais, situando-se numa esfera superior aos processos puramente biológicos de alimentação, reprodução e autoconservação.

Porém, se o ato de jogar torna-se uma necessidade, como ainda dizer que é “desinteressado”? Isso diz respeito à terceira característica do jogo, segundo a qual ele é limitado, isolado. Dentro de certos limites de tempo e espaço, “começa e termina”, tornando-se então memória, que será transmitida e tornada tradição (HUIZINGA, 2000).

A última característica apresentada é o fato de o jogo ser ordem e criar ordem. Este “intervalo” da vida cotidiana surge como um resgate da “perfeição” e da “previsibilidade”, já que todo praticante concorda com as regras e procura as seguir. É determinado o que “vale” dentro daquele mundo circunscrito e “não há dúvida de que a desobediência às regras implica a derrocada do mundo do jogo. O jogo acaba: O apito do árbitro quebra o feitiço e a vida ‘real’ recomeça” (HUIZINGA, 2000, p. 12).

Mas, afinal, qual é realmente o papel do jogo na cultura? Os dois termos se sobrepõem, são equalizados, qual a relação de causa e efeito entre eles? A resposta dada a essa questão nos escritos do historiador é que “a cultura surge sob a forma de jogo”. Ou seja, mesmo atividades que respondem a anseios biológicos mais urgentes, satisfação imediata das necessidades vitais (o principal exemplo dado aqui é a caça) tendem a ter um componente lúdico nas sociedades primitivas. Ou seja, as atividades rotineiras recebem significados “suprabiológicos”, que “lhes conferem uma dignidade superior sob a forma de jogo, e é através deste último que a sociedade exprime sua interpretação da vida e do mundo.” (HUIZINGA, 2000, p. 37).

Para defender tal visão, o autor argumenta que, através do curso de evolução da cultura, o elemento lúdico primordial vai sendo transferido ao segundo plano e substituído pelas formas de conhecimento: poesia, folclore, filosofia, direito, política.

Ainda assim, é sempre possível que o “instinto” lúdico se reafirme e aflore, intoxicando o indivíduo e a massa na evidência de um gigantesco jogo. Outra evidência deste argumento encontra-se no fato de as características do jogo estarem presentes nas atitudes de diversos animais, como as competições de voo dos corvos, as danças dos faisões, etc. Isto mostra que as competições e exhibições precedem a cultura, e não procedem dela (HUIZINGA, 2000).

Tal trabalho, de tamanho fôlego e consistência teórica, contribui amplamente para que o componente lúdico da sociedade deixasse de ser observado como algo secundário, mas como algo definidor das sociedades e culturas em que estamos inseridos. Tal obra alçou Huizinga ao *status* de referência no ainda incipiente campo da História Cultural, trajetória promissora que poderia trazer mais frutos não fosse o trágico fim de carreira e vida de Huizinga, preso em 1942 devido a manifestações críticas ao regime nazista, morreu em 1945 semanas depois da libertação da cidade onde estava sendo mantido recluso (SORENSEN, 2000).

Serão recuperados mais escritos do autor holandês em parte posterior do trabalho, a fim de fomentar o debate sobre a dicotomia “amador e profissional”.

Dunning, Elias e a consolidação do campo

O primeiro ponto de ruptura em direção ao estabelecimento de um estudo do esporte propriamente dito surge com o trabalho de Stone, em 1955, que avançou rumo a uma definição preliminar de “esporte-espetáculo”. Giddens e Dunning defendem suas dissertações de mestrado em 1961, ambas com temática esportiva de uma forma mais sociológica¹. Em 1965, é fundado o Comitê Internacional de Sociologia do Esporte, na Polônia, tendo organizado o primeiro simpósio internacional sobre o tema em 1966 e publicado a Revista Internacional de Sociologia do Esporte periodicamente desde 1965 (DUNNING, 2008).

Entre os anos 1960 e 1980, pode-se dizer que diversos trabalhos sobre o tema foram apresentados e foram multiplicando-se. Pouco a pouco, é possível dizer que o esporte foi delimitado como um lugar legítimo e autônomo para o investimento acadêmico-científico: “o caráter de desenvolvimento do campo em termos mais

¹ Enquanto Giddens se afastou do tema esportivo na sequência de sua trajetória acadêmica em direção a temas mais consolidados, Dunning permaneceu por mais de 50 anos a dar contribuições para a Sociologia do Esporte (SOUZA; MARCHI JR, 2010a).

regionalizados e atendendo, sobretudo, às demandas da língua inglesa” (SOUZA; MARCHI JR, 2010a).

Um dos principais trabalhos que atenderam tal demanda do idioma inglês e que tornou-se referência a diversos autores que procuram produzir neste campo é o livro “A busca da excitação”, escrito em conjunto pelo sociólogo alemão Norbert Elias e o sociólogo britânico Eric Dunning, já citado aqui como um dos precursores no estudo da Sociologia do Esporte e orientando de Elias na Universidade de Leicester.

Editado na Inglaterra sob o título de “*Quest for excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process*” em 1986, o livro reúne uma série de artigos já publicados anteriormente pelos dois autores e “consolidados” através de um ensaio de introdução de Elias. A importância desta obra na valorização do tema esportivo vem de dois principais fatores: primeiro o papel decisivo que ela atribui ao esporte como fator importante no processo civilizatório estudado por Elias por toda a carreira e principalmente pelo processo de valorização do trabalho do alemão nos anos 80 e 90, depois de um período de ostracismo na Inglaterra (LOPES, 1995).

A obra não só reconstitui o processo minucioso de estudo do surgimento das “civilidades” por parte de Elias, como amplia o escopo de entendimento para o caso da Inglaterra, enquanto que sua obra anterior, *A Sociedade de Corte*, focava especificamente no caso Francês. Para entender a centralidade do processo desportivo, Elias diz que:

“A ‘esportificação’, em suma, manifestou-se como um avanço do processo de civilização comparável, em sua orientação geral, à ‘curialização’ dos guerreiros, onde o endurecimento das regras de etiqueta desempenhou um papel significativo (...)” (ELIAS;DUNNING, 1995, p. 206).

Em outras palavras, entender a “esportificação” torna-se tão importante quanto entender o processo de pacificação de tensões guerreiras do período feudal para o estabelecimento das cortes do período absolutista e suas restritas regras de etiqueta. Todos estes processos (o estabelecimento do poder absoluto do Rei e do monopólio legítimo da força do Estado, o estabelecimento da corte e a esportificação) são a chave para entender a conversão da violência física em violência simbólica nas disputas de poder (LOPES, 1995).

Assim, uma pergunta essencial surge em meio a esses questionamentos: “por que a civilização dos jogos de competição e a limitação da violência – por meio de

regras sociais que requerem uma grande capacidade de autocontrole – aparecem primeiro na Inglaterra?” (ELIAS;DUNNING, 1995, p. 31).

A resposta para isso está no processo de pacificação das classes dominantes na Inglaterra durante o século XVIII que sucedeu devido a um ciclo de violência iniciado durante o século XVI com a Revolução Inglesa². Estas classes (uma mais tolerante aos dissidentes puritanos e antipáticos à dinastia Stuart – os *Whigs* – e outra com forte ódio em relação aos dissidentes e ligados aos Stuart, apesar de contrários ao absolutismo – os *Tories*) se engajaram em um processo de pacificação através de concessões mútuas e regras consensuais, como explica Elias:

"Foi um dos raros exemplos de um ciclo de violência, cumprido no quadro de um processo de dupla moderação, enleando dois ou mais grupos numa situação de medo recíproco da violência de cada um, que se resolveu através de um compromisso sem vencedores ou vencidos absolutos. Como ambos os grupos perderam gradualmente a sua desconfiança mútua e desistiram da violência e respectivas técnicas, tiveram de aprender, por esse facto, ao mesmo tempo, a desenvolver novas competências técnicas e estratégicas exigidas pelo confronto não violento. As técnicas militares deram lugar às técnicas verbais do debate feitas de retórica e de persuasão, a maior parte das quais exigia mais contenção geral, identificando de modo nítido, esta mudança com um avanço de civilização. Foi esta alteração, a maior sensibilidade quanto à utilização da violência, que, reflectida nos hábitos sociais dos indivíduos, encontrou também expressão no desenvolvimento dos seus divertimentos. A 'parlamentarização' das classes inglesas que possuíam terras teve a sua contrapartida na 'desportivização' de seus passatempos." (ELIAS; DUNNING, 1995, p. 59).

Outro argumento que consolida essa visão é o fato de que o boxe, a caça, a corrida e os jogos de bola foram designados como esporte pela primeira vez justamente durante esse período de pacificação, sendo essenciais nos confrontos não-violentos pela luta pelo poder.

Nessa busca pela eliminação ou moderação da violência, tanto nos debates parlamentares como nas práticas esportivas, o direito de livre associação dos *gentlemen* ingleses, o que não era possível na França, permitiu que fossem criados “clubes” com este propósito. Clubes que seriam espaços privilegiados para o surgimento do esporte moderno, que possui pelo menos quatro propriedades estruturais: o pressuposto de um jogo em que haja uma relativa igualdade de chances entre os dois jogadores, o prazer

² Quando ocorre a tentativa de prisão de membros do Parlamento por Carlos I, sucedida da resposta dos parlamentares (liderados por Cromwell), que iniciam o processo de revolução e executam o Rei e a restauração da Monarquia após o governo de Cromwell. Apesar da restauração, houve um ciclo insistente e permanente de perseguição aos puritanos que se segue até a possibilidade de uma nova revolução puritana ou de a volta da dinastia Stuart se afastar. Para mais detalhes, ver o subcapítulo 2 da Introdução de “A Busca da Excitação” (ELIAS;DUNNING, 1995, p.48 - 68).

provocado por uma tensão agradável – somente possível se há equidade entre os dois campos de combate – tornando mais longo ou excitante o combate, o relaxamento final da tensão após a vitória de um dos lados que esteve em equilíbrio na disputa e a limitação da violência física.

Outra dimensão importante, que inclusive é a razão pela qual o esporte nesses moldes foi adotado posteriormente pela Europa e por boa parte do mundo, é o fato de os clubes terem permitido uma “autonomização” do esporte: as regras já não dependiam mais de quem jogava e onde se jogava. (ELIAS;DUNNING, 1995)

Trazendo à tona o exemplo do boxe, Elias demonstra que:

“(…) a forma popular de luta só assumiu as características de ‘esporte’ quando se verificou a conjugação entre o desenvolvimento de maior diferenciação e, de certo modo, de formas mais estritas de um conjunto de regras e o aumento de proteção dos jogadores quanto aos graves danos que podiam advir dos confrontos” (ELIAS;DUNNING, 1995, p. 42).

A questão das “formas mais estritas de um conjunto de regras” (ELIAS; DUNNING, 1995, p. 42) é essencial para entender a estrutura o esporte moderno. Como podiam as classes dominantes inglesas utilizar-se do esporte como um meio de confronto não-violento por disputa de legitimação e, conseqüentemente, disputa de poder, se houvesse uma regra para cada região, ou se para cada classe a regra fosse considerada diferente?

“Uma das características que distinguem os divertimentos emergentes com o cunho de esportes era o fato de serem regulamentados para além do nível local, por meio de uma das associações livres (...), os clubes” (ELIAS; DUNNING, 1995, p. 66). O papel dos clubes surge neste momento como se fossem eles os “guardiões” das regras institucionalizadas sob as quais as disputas deveriam acontecer. Os próximos passos do processo são os clubes locais se associarem e formarem clubes regionais e, futuramente, associações nacionais. Assim, nos países em que haja a prática do mesmo esporte teriam associações nacionais que buscariam uma unificação das regras, permitindo até mesmo competições entre nações³.

Dessa forma, observa-se que, além da importância desta obra ao esporte, a permitir que um tema desprezado anteriormente passasse a ter papel central nas discussões sobre a sociedade contemporânea, ela também instituiu complexas relações

³ A questão sobre o Rúgbi e o Futebol e como um conseguiu consolidar suas regras enquanto o outro teve uma cisão importante será abordada mais adiante.

causais que possibilitaram uma base sólida para futuros estudos sobre o tema, em conjunto com as teorias de Pierre Bourdieu, o que será abordado a seguir).

Porém, ao analisar a produção das primeiras coletâneas de artigos acerca do assunto nos anos 1980, como o “Handbook of Sport and Society”, publicado pelos sociólogos Jay Coakley e Eric Dunning, em 2000, vem à tona a seguinte problemática: a ausência de trabalhos de pesquisadores da América Latina como referências em sociologia do esporte em termos internacionais. Surge então uma questão central:

“Será que a sociologia do esporte é uma área de investigação que tem sido negligenciada na América Latina ou então os trabalhos sociológicos do esporte desenvolvidos nesse continente é que não são levados em conta pelos agentes e instituições em condição de definirem e imporem uma visão do que seria primeiramente Sociologia e, em seguida, sociologia do esporte?” (SOUZA; MARCHI JR, 2010a).

Analisando o caso brasileiro, o campo da Sociologia do Esporte teve um caminho “inverso” de estabelecimento, já que os estudos sociológicos sobre o futebol se destacaram na academia, primeiramente, com as referências de Gilberto Freyre ao esporte⁴ e seu conseqüente prefácio ao livro de Mário Filho, “O negro no futebol brasileiro” (1947). Apesar de não ser um texto acadêmico, a obra foi usada como fonte e referência a diversos estudos subsequentes. Outra referência crucial foram os escritos antropológicos de Roberto DaMatta, no final dos anos 1970 e começo dos 1980.

Em paralelo, trabalhos mais críticos ao tema esportivo surgem com uma corrente marxista no campo da Educação Física, ao longo dos anos 1980 e início dos 1990 (SOUZA; MARCHI JR, 2010a).

Um importante marco do estabelecimento e amadurecimento do campo de estudo esportivo seria “o fomento de uma preliminar discussão do esporte a partir de uma perspectiva histórico-sociológica embasada nas obras de Elias e Bourdieu” (SOUZA; MARCHI JR, 2010a, p. 14) que ocorreu na primeira metade dos anos 1990. Neste período, importantes sociólogos – que dedicaram um espaço significativo de suas obras ao esporte, já citados aqui – foram traduzidos aqui no Brasil.

Ainda assim, devido ao aspecto recente da produção dos estudos sociais sobre esporte no Brasil, “tendo seus estudos ‘clássicos’ sido publicados no início dos anos 1980” (GASTALDO, 2010, p.7), encontra-se um panorama de pouca organização

⁴ Freyre, já a partir do final da década de 1920, percebera o futebol como um objeto passível de ser problematizado sociologicamente, como relatado em SOARES, 2003.

institucional dos pesquisadores e traços de incipiência típicos de um campo em formação, pelo baixo número de Grupos de Trabalho e Grupos de Pesquisa registrados no CNPq e periódicos.

Assim, tendo sido observada a importância da introdução dos estudos de Bourdieu para o estabelecimento da área no Brasil, em seguida será feita uma breve apresentação dos principais aspectos de sua teoria e produção.

Pierre Bourdieu: campo, *habitus* e sociologia reflexiva

Para apresentar a obra de Bourdieu, é necessário de início contextualizar sua formação e as subsequentes apropriações e mudanças no seu corpo teórico e na sua produção. Pode-se dizer que, nos anos 1960 e 70, Bourdieu possuía um estereótipo de estruturalista reprodutivista na academia. Ele teve formação filosófica na *École normale supérieure*, especificamente em história da ciência e da filosofia, porém a partir de sua convocação para o serviço militar na Argélia:

“ele se torna etnólogo e sociólogo, desvia-se pela antropologia e pela sociologia, para o estudo das realidades sociais colocadas pelo impacto da guerra colonial que estava presenciando como convocado, porém com funções técnicas. Tendo ligação com a universidade local, ele aproveita essa situação para fazer pesquisa. Com a formação que tem, sua primeira produção etnológica foi influenciada pelo estruturalismo da época, pela obra de Lévi Strauss que é uma importante inspiração para ele nesse momento. Vê-se na sua produção, na Argélia, um diálogo muito grande com a estatística e com os estatísticos. A sua participação é mais como etnólogo, como então se afirma, porém já com um diálogo muito grande com a estatística.” (CHARTIER, 2002, p. 20).

Após esse período, o autor publica trabalhos marcados por uma “sociologia do contemporâneo”. Nela, analisa a política presente nos casos argelinos que estudou e também publica texto em coletânea dedicada aos 60 anos de Lévi-Strauss.

Eis que então, a partir de seus trabalhos nos anos 1980, em especial “O morto se apodera do vivo”, começa a aparecer uma maior atenção à questão histórica, com o estabelecimento dos “campos”. Sendo esta uma questão emergente, Bourdieu começa, “quase à maneira de um historiador cultural, descrevendo qual é o contexto do romance de Flaubert, de *A Educação sentimental*, a emergência do campo artístico naquele momento”, até atingir “considerações mais amplas, sobre a gênese dos campos e sobre considerações metodológicas” (CHARTIER, 2002).

Mas afinal, o que é esse conceito-chave de “campo”? Como se articula, quais são suas características, qual sua importância? Diversos autores se dedicam a entender a articulação e as contribuições desse conceito, portanto, irei traçar um painel a seguir com base em vários textos:

Primeiramente, o próprio Bourdieu, em “Alta costura e alta cultura”, chama de campo “um espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos ou instituições que competem por um mesmo objeto”, com diversas estratégias de conservação das posições por parte dos dominantes e estratégias de subversão por parte dos aspirantes Bourdieu ainda destaca que:

“A partir das posições que os diferentes agentes ou instituições ocupam na estrutura do campo e que, neste caso, correspondem bem estreitamente à sua antiguidade, pode-se prever, e em todo caso compreender, suas tomadas de posição estéticas, tais como elas se exprimem nos adjetivos empregados para descrever seus produtos ou em qualquer outro indicador (...)” (BOURDIEU, 1983, p.3).

Embora o campo possuía relativa autonomia de funcionamento e de dinâmica a partir de sua gênese, Bourdieu destaca que as “revoluções” menores no interior do campo ocorrem “dentro da própria regra do jogo”, conforme se aproveita alguma condição externa para isso, ou seja, “a dialética da concorrência implica numa corrida em direção ao mesmo objetivo e no reconhecimento implícito deste objetivo”. Isto quer dizer que as estratégias de subversão dos entrantes não permite uma revolução total do campo, já que o objetivo do entrante também é se tornar o dominante dentro das suas próprias dinâmicas de campo (BOURDIEU, 1983a, p.6).

A principal contribuição de Bourdieu e de sua teoria se dá ao destacar que o que se aspira dentro do campo não é somente o capital econômico, já que se articulam diversas formas de distinção e diferenciação social pela inserção de diversos tipos de capital que norteiam as disputas e que se inter-relacionam, como demonstra o pesquisador escocês Richard Giulianotti:

“econômico (quantidade de dinheiro em posse do agente), social (círculo social e relações interpessoais), cultural (conhecimento e formas de demonstração e certificação de conhecimento, ligado, entre outras formas, à escola regular e convívio familiar) e simbólico (características que conferem legitimidade e poder ao detentor deste bem, porém de modo específico dentro de cada campo social. É determinado pelo que as normas e costumes daquele espaço indicam como algo a ser valorizado e reconhecido). Pode-se também relacionar o capital simbólico a honra, prestígio e outros créditos valorizáveis.” (GIULIANOTTI, 2005, p. 12).

A complexidade do estudo de um campo deve permitir uma “análise tríplice”, segundo o sociólogo bourdieusiano Sérgio Miceli. Deve-se considerar a posição dos dominantes na estrutura da classe dirigente, a concorrência interna entre as diversas categorias e grupos em torno da legitimidade cultural e a construção do *habitus* como sistema de disposições socialmente constituídas de um grupo de agentes. Dessa forma, nos deparamos com outro conceito-chave da teoria de Bourdieu: *habitus* (MICELI, 2003).

Segundo o pesquisador Renato Marques, o *habitus* seria uma “estrutura estruturante”, ou seja, é estabelecido e construído de acordo com as leis do campo específico e com os caminhos possíveis para obtenção e disputa dos capitais nele, ao mesmo tempo em que norteia a possibilidade de ação dos sujeitos (MARQUES, 2015).

Ao articular os conceitos de campo e *habitus* é que surge a chamada “teoria da prática”. A prática é justificada em decorrência do seu contexto e como produto de uma dialética entre os dois conceitos, conduta resultante de uma matriz de percepções, apreciações e outras ações, que se esgueiram pelas constrictões sem se deixar determinar completamente por elas. Assim, o *habitus* seria uma biografia sistemática, que vai sendo modelada de acordo com a situação originária de classe. O próprio “desvio” acaba sendo regulado e codificado, em relação ao estilo característico de uma classe ou de uma época (MICELI, 2003).

Assim, a chamada “sociologia reflexiva”, como Bourdieu preconizava, deve ser utilizada como método de investigação. Ele pressupõe que o pesquisador já tenha certo domínio sobre as ferramentas básicas de apreensão do mundo social (campo, *habitus* e capital), “ao mesmo tempo em que já tem incorporado as referências de que para compreender a fundo determinado espaço é também necessário problematizar a gênese do conhecimento anteriormente produzido sobre este mesmo espaço.” (SOUZA; MARCHI JR, 2010b).

Tendo em mente as estruturas e os conceitos apresentados, agora apresentarei como a obra de Bourdieu adquiriu relevância e importância para os estudos do esporte, tanto no Brasil como em outros meios acadêmicos.

Bourdieu “entra em campo”: contribuições para o estudo do campo do esporte

Na Sociologia do Esporte, assim como em outras disciplinas acadêmicas, necessita-se da adoção de referenciais teóricos ligados a esta forma de conhecimento que delimite diretrizes, ferramentas e critérios de análise, para que funcionem como guias que permitam certa sistematização e compreensão sobre diferentes elementos (MARQUES, 2015).

Existem, como abordado anteriormente, trabalhos de sociólogos relevantes que possam servir de diretriz para estudar o esporte, basicamente Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Ambos possuem um referencial “histórico-comparativo” em detrimento do estatístico.

Mas existe uma diferença básica entre os escritos de ambos: enquanto Elias analisa a gênese do esporte moderno como uma continuidade ao processo civilizador que é levado a cabo desde a Idade Média⁵, Bourdieu valoriza mais em seus escritos a “descontinuidade”, ou seja, as diversas rupturas que aconteceram no campo esportivo ao longo do tempo e que provavelmente continuarão a acontecer impactam a questão esportiva de forma mais relevante (SOUZA; MARCHI JR, 2010b).

Como o estudo sobre a gênese e a constituição do campo estudado aparece como parte fundamental da metodologia de Bourdieu, talvez sua maior contribuição ao estudo do esporte seja justamente o texto “Como é possível ser esportivo?”, em que ele nos apresenta as dinâmicas das *public schools* britânicas e da apropriação que os alunos fizeram de práticas então populares, ressignificando e dando nova legitimidade a esta elite dirigente na imposição do uso legítimo do corpo e do esporte como uma prática de distinção, uma espécie de “arte pela arte” do corpo (BOURDIEU, 1983b).

Tal disputa por esta imposição aparece de forma mais clara no trecho abaixo:

“O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo, esporte distintivo – de elite – e esporte popular – de massa – etc.; e este campo está ele também inserido no campo das lutas pela definição do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo, lutas que além de oporem entre si, treinadores, dirigentes, professores de ginástica e outros comerciantes de bens e serviços esportivos, opõem também os moralistas e particularmente o clero, os médicos e particularmente os

⁵ “A ênfase dada por este outro modelo [o de Elias] é histórica (a busca da sociogênese dos fenômenos), e aborda a formação do processo de esportificação de modo interdependente ao denominado processo civilizador. Nesse sentido, não há uma cadeia de determinação causal para os processos sociais ou, se há, é definida por aquilo que outros autores identificaram como uma “determinação esparramada” entre as várias dimensões sociais. Elias procura, com o aso da expressão cadeias de interdependência, mostrar que os esportes não são meros subprodutos desses processos mais globais, mas, ao contrário, fazem parte deles de modo inter-relacionado, havendo um profundo entrelaçamento entre configurações sociais, políticas e econômicas com o advento dos esportes.” (TOLEDO, 2001, p. 141).

higienistas, os educadores no sentido mais amplo – conselheiros conjugais, dietistas, etc. –, os árbitros da elegância e do gosto – costureiros, etc.” (BOURDIEU, 1983b).

Outro importante aspecto abordado é a questão do consumo de produtos esportivos, que norteia diversos hábitos até hoje. Essa parcela de uma burguesia dirigente se apropria do esporte de forma a “devolvê-lo” ao povo (parte da gênese da prática) como espetáculos produzidos para ele, trajetória semelhante ao advento da *folk music*, que volta já ressignificada e apropriada para o consumo de massa. A forma como isso acontece tem a ver com o capital simbólico que a burguesia adquire, tornando-se a classe “praticante” do esporte por natureza, afastando os amadores da prática para poder vender como “teatro” a prática dos profissionais puros e legítimos (BOURDIEU, 1983b).

O elemento de “descontinuidade” que faz a obra de Bourdieu, tão rica e tão passível de ser aplicada a diversas situações, se faz presente neste trecho, quando o autor especifica alguns padrões do campo esportivo:

“É óbvio que a cada momento, cada recém-chegado deve contar com um estado determinado das práticas e consumos esportivos e de sua distribuição entre as classes, estado que não lhe compete modificar e que é o resultado de toda a história anterior da concorrência entre os agentes e as instituições engajadas no "campo esportivo" Mas se é verdade que, neste caso como em outros, o campo de produção contribui para produzir a necessidade de seus próprios produtos, resta o fato de que não se pode compreender a lógica através da qual os agentes adotam uma ou outra prática esportiva, uma ou outra maneira de realizá-la, sem levar em conta as disposições em relação ao esporte, que, sendo elas próprias uma dimensão de uma relação particular com o próprio corpo, se inscrevem na unidade do sistema de disposições, o habitus, que está na origem dos estilos de vida (seria fácil, por exemplo, mostrar as, homologias entre a relação com o corpo e a relação com a linguagem características de uma classe ou de uma fração de classe).” (BOURDIEU, 1983b).

Dessa forma, identificamos elementos para interpretar a estrutura e a distribuição de poder dentro dos comitês e confederações que assumem a responsabilidade pelo estabelecimento de regras e definição de participantes das competições organizadas. Isto se dá depois que os esportes passam a migrar das *public schools* britânicas a outras esferas de competição (BOURDIEU, 1983b).

Todavia, os diferentes interesses, apropriações e aproximações do esporte por diferentes grupos sociais ao longo do tempo definem o esporte como um fenômeno heterogêneo, com diversos significados para os sujeitos que se relacionam com ele. Assim como é apontado pelo sociólogo francês, os critérios para valorização de atos

simbólicos, assim como para acumulação do poder simbólico, não são estáticos no tempo e no grupo social (MARQUES; GUTIERREZ, 2007).

Dessa forma, com a apropriação cada vez maior do esporte pelos valores capitalistas, vemos uma substituição do movimento associacionista constituído pelo interesse comum pela prática esportiva (principal referência ética e moral do esporte moderno), pelo de consumo. Ou seja, “a ação coletiva de criação de ambientes esportivos se desvaloriza frente ao mercado de ofertas de possibilidades através da compra de espaços/oportunidades/condições para a atividade esportiva” (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009).

Existe, ainda, a preocupação no meio de não utilizar os conceitos de Bourdieu mecanicamente e sem considerar o espaço que o *habitus* esportivo constituído ao longo do tempo e específico de cada época tem na análise, como destacam Juliano de Souza e Walter Marchi Jr:

“Deste modo, vislumbra-se uma teoria sociológica do esporte em Pierre Bourdieu enquanto um prolongamento de seu método de investigação reflexivo e praxiológico. Também se reitera a importância de não estender e transferir mecanicamente as ferramentas conceituais bourdieusianas (*habitus*, campo, capital) para potencializar a análise do esporte, o que talvez contribua para que se “reproduza” no universo acadêmico a ideia de que seu modelo analítico direcionado à leitura do fenômeno esportivo não se trata de uma teoria sociológica do esporte, mas de um esquema rígido de investigação isolado de um conjunto de *habitus* sociológicos que orientam e guiam, de maneira mais profunda, a construção de seu pensamento e de sua obra.” (SOUZA; MARCHI JR, 2010b).

Tanto seus textos programáticos quanto as interpretações que vieram deles nos permitem perceber que Bourdieu não era, necessariamente, um sociólogo do esporte, mas sim um sociólogo que contribuiu para que o esporte fosse estudado sob um arcabouço teórico mais sofisticado. Para tanto, realizou algumas intervenções sobre o tema, tornando-o mais relevante academicamente sob a égide de sua “sociologia reflexiva”.

Não foi apenas a tradução e conseqüente valorização dos escritos de Bourdieu no Brasil que determinaram a consolidação do campo dos estudos sobre Esporte, como nota Toledo. Como pano de fundo a esse processo, a Antropologia vivenciou um *boom* de pesquisas sobre o meio urbano entre os anos 1970 e início da década de 1980, trazendo o desafio de reinterpretar diversas teorias clássicas para compreender o fenômeno urbano. Assim, vários temas passaram a ter importância maior e mais

produção sobre eles, dentre os quais o esporte, que foi estudado sob uma perspectiva marcadamente urbana, uma vez que é originários do processo de modernização por que passaram as sociedades ocidentais na virada do século XIX para o XX (TOLEDO, 2001).

Porém, se analisarmos alguns trabalhos – como os que tratam da prática esportiva indígena, da religiosidade no esporte – vemos que existe uma limitação teórica que não permite que identifique-se estes fenômenos como algo que os nativos, por exemplo, denominam como processo que transcende a lógica da designação “esportiva”. Ou, nas palavras do antropólogo Luiz Henrique de Toledo:

“Os esportes, se definidos unicamente como práticas corporais “modernas”, portanto competitivas e tidas por muitos como “instrumentais” de um ethos “ocidentalizante” de sociabilidade, acabam não dando conta dessa gama de práticas e representações que interagem “com” e “a partir” dos esportes. E que, por sua vez, apontam para variados aspectos que não necessariamente convergem para um modelo conceitual hegemônico, tal como indicam os exemplos acima.” (TOLEDO, 2001, p. 137).

Toledo, por sua vez, dedicou-se a uma discussão que será importantíssima no decorrer do presente trabalho, que debate as dicotomias esporte *versus* jogo, lúdico *versus* competitivo e principalmente, amador *versus* profissional.

Para lançar luz a estas discussões, diversos autores já debatidos neste capítulo serão utilizados e outras contribuições serão trazidas para que os limites entre estas categorias fiquem mais claros.

1. O desenvolvimento do Futebol: do amador ao profissional

Introdução

Neste capítulo, será apresentada a trajetória que o estabelecimento do futebol como esporte institucionalizado percorreu, e como foram criadas categorias e definições em relação à sua prática que alimentaram conflitos, continuidades e descontinuidades entre as diversas formas de prática que se verificam atualmente. Para compreender as dinâmicas do desenvolvimento do futebol no Brasil, é necessário reconstituir suas origens e como deixou de ser um jogo popular para tornar-se um *desporto* capaz de mobilizar tanto público e tantas paixões.

Quando se fala de esporte, mais especificamente de futebol, seja na crônica jornalística esportiva ou mesmo nos escritos acadêmicos, dois termos aparecem frequentemente nas discussões. Estes, em geral, tem uma intenção valorativa e tencionam buscar legitimação. Eles são reproduzidos e comentados sem a necessária crítica e estudo mais aprofundado das intenções que subjazem a sua utilização ao longo da história do estabelecimento do esporte moderno. Trata-se dos termos amador e profissional.

Basta recorrer à linguagem usada quando do trágico acontecimento no qual o avião que levava a Associação Chapecoense de Futebol caiu na Colômbia, com a delegação de jogadores, treinadores, dirigentes e jornalistas esportivos a caminho da primeira final intercontinental da equipe catarinense. Ao comentar sobre a postura do Sport Club Internacional, que reclamou ter sido prejudicado devido ao adiamento da última rodada do Campeonato Brasileiro de 2016, o prefeito de Chapecó, Luciano Buligon, definiu a direção do Inter da seguinte forma:

"O Internacional é um clube grande com pequenos administradores. O Fernando Carvalho é um dirigente de várzea dirigindo um clube grande. O Inter tem direção de várzea, **amadora**. Tem uma bela torcida, muitos sócios e um dirigente de várzea. Ele foi muito inoportuno" (ESPN, 2016, grifo meu)

Já em matéria realizada por Duda Lopes, pelo site “Máquina do Esporte”, vinculado ao portal UOL, o título de uma matéria mostra a valoração de outro termo: “Título consagra gestão **profissional** do Grêmio” (UOL, 2016, grifo meu). A matéria celebra o título da Copa do Brasil, conquistado pelo Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, e demonstra como inúmeros instrumentos de gestão contribuíram para profissionalizar o clube e o pôr novamente no caminho de conquistas após 15 anos.

Esses são somente dois exemplos de acontecimentos contemporâneos à redação desta dissertação em que podemos observar estes usos. Trata-se de casos recorrentes nos mais diversos veículos de imprensa. Porém, se nos dias atuais “amador” a palavra possui um valor negativo, relacionado diretamente a desleixo ou a falta de “seriedade”, sua conotação não foi a mesma durante o surgimento do esporte moderno e a consolidação da prática futebolística no Brasil. O mesmo é válido se considerarmos que o termo “profissional” hoje é utilizado para aludir à eficiência, eficácia e competência técnica dentro do ambiente dos clubes. Os dois termos foram recebendo e perdendo significações variadas ao longo do tempo. O propósito deste primeiro capítulo é também analisar como essas transformações se deram e de que maneira tal discussão vem desde a Inglaterra vitoriana do século XIX, sendo determinante em diversos processos e configurações que resultaram no esporte tal como nós conhecemos hoje.

1.1 “Jogo de bola” ou “foot-ball”? As práticas nos primórdios do futebol.

Antes de debater o uso das categorias amador e profissional, torna-se necessário uma discussão historicizada sobre as práticas de futebol, que partirá das práticas do futebol medieval na Inglaterra. Ao longo da história medieval, existem diversas referências na Grã-Bretanha sobre jogos “com bola de ‘foot-ball’”, geralmente em feriados religiosos e festividades em geral e que possuíam em comum o fato de causarem grandes distúrbios de violência e de terem ocorrido inúmeras tentativas de proibição durante a Idade Média (ELIAS; DUNNING, 1992).

Tais proibições dificilmente se tornavam efetivas, devido a um cambaleante e descentralizado poder medieval, que encontrava dificuldade em se impor aos habitantes ingleses na ocasião. O “processo civilizador” ao qual Elias se refere em sua obra ainda

não se encontrava em pleno estabelecimento nos séculos em que essas interdições, tampouco a documentação que permitiu saber da existência delas, ocorriam⁶.

O grande número e a frequência com que as proibições precisavam voltar a acontecer demonstram a popularidade que tais jogos desfrutavam. Apesar de não existir um tipo codificado de futebol então, várias práticas coexistiam, com regras e locais de prática diversos. Ao mesmo tempo em que a falta de detalhes nos autos de julgamento dos “infratores da bola” não permite saber mais sobre a dinâmica dos jogos, sabemos que o elevado índice de violência durante as práticas é algo que os definia. Como demonstram Elias e Dunning:

“Mas não se pode compreender totalmente a grande capacidade de sobrevivência destes costumes, se eles forem considerados meros jogos, no nosso sentido da palavra. O futebol medieval constituía uma parte do ritual tradicional. Pertencia ao cerimonial da Terça-feira Gorda, o que, em certa medida, era um cerimonial da Igreja associado ao ciclo global dos dias santos e feriados.” (ELIAS; DUNNING, 1992, p.265).

Os conflitos e distúrbios surgiam devido ao fato de alguns grupos, que eventualmente entravam em estado de tensão devido às mais diversas rixas, as acumularem para “resolvê-las” durante a prática destes jogos. Outra característica importante é o fato de que não existiam regras codificadas, em razão do perfil dos praticantes, em sua maioria, iletrados. Assim, as tradições coletivas orais surgem com certo protagonismo na consolidação das formas de jogo. Elas fazem com que a prática apresentasse certa heterogeneidade, conforme a região em que era praticada, ainda que se verificasse que existia pouca importância em relação à medição de resultados e *scores*, como se observa no esporte moderno⁷.

Como era um momento anterior no “processo civilizador”, as situações de tensão e conflito não eram regidas por um rígido e preestabelecido conjunto de leis e de aparatos jurídicos de tribunais. As próprias convenções sociais podiam mudar em função de acontecimentos disruptivos, calamidades ou epidemias na época, como Elias e Dunning delineiam abaixo:

⁶ Existem documentos proibitivos desta ordem desde 1314, emitido por Eduardo II em Londres até 1615 em Manchester. Para o detalhamento de todas as ordens, quem as emitiu e os lugares, ver DUNNING; ELIAS, 1992.

⁷ Um tipo de prática em que foram encontrados relatos mais extensos e detalhados chamava-se “Hurling” e encontra-se no capítulo V de “A busca da excitação” de Elias e Dunning, na íntegra (DUNNING; ELIAS, 1992).

“Mas as tradições não escritas, embora possuíssem, em certa medida, funções de regulação semelhantes às leis escritas do nosso tempo, não eram de modo nenhum tão completamente imutáveis como parecem hoje, a distância. Podiam mudar, de forma imperceptível, se as relações de grupo com o qual elas estavam envolvidas se alterasse, ou, talvez, de forma mais radical, sob o impacto de guerras, conflitos civis, epidemias ou outros factos que, com frequência, perturbavam profundamente a vida das comunidades medievais. Nesse caso, as pessoas teriam desenvolvido novos costumes, e depressa os consideravam como as suas tradições, quer fossem idênticos ou não àqueles que conheciam antes das agitações. A maior parte destas tradições populares medievais era transmitida de viva voz, de geração em geração.” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 268).

Da mesma forma que a “parlamentarização” da sociedade inglesa contribuiu para que tais tensões encontrassem um caminho de resolução através da sublimação da violência simbólica, Elias defende que esse processo, descrito na Introdução, também foi determinante para que estas práticas medievais trilhassem um caminho que as levariam da categoria “jogo” para “esporte”. Basta conferir no trecho abaixo a importância que esse processo assume:

“Em tempos passados, as tensões entre jogadores, que sempre foram e são características dos Jogos, eram frequentemente muito menos controladas. Esta transformação, o desenvolvimento de uma forma de tensão de grupo altamente regulada e relativamente não violenta a partir de um estado prévio em que as correspondentes tensões se libertavam muito mais facilmente sob uma forma qualquer de violência, está no fulcro da dinâmica a longo termo do jogo de futebol.” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 287).

Quem explica o passo fundamental dessa forma de prática em direção às práticas mais familiares é Pierre Bourdieu, no seu artigo “Como é possível ser esportivo?”, no final dos anos 1970. O sociólogo francês destaca o papel das *public schools* inglesas no processo que o esporte moderno vivenciou, quando os filhos da aristocracia ou da grande burguesia se apropriaram de diversos jogos populares de então (BOURDIEU, 1983b).

Dessa forma, as elites inglesas são capazes de separar os significados e as ocasiões em que os jogos eram praticados, a exemplo da questão religiosa e ritualística da Terça-feira Gorda, citada anteriormente. Pouco a pouco, elas tornam os jogos fenômenos autônomos, como visto no trecho abaixo:

“A escola, lugar da *skhole*, do lazer, é o lugar onde as práticas dotadas de funções sociais e integradas no calendário coletivo, são convertidas em exercícios corporais, atividades que constituem fins em si mesmas, espécie de arte pela arte corporal, submetidas à regras específicas, cada vez mais

irredutíveis a qualquer necessidade funcional, e inseridas num calendário específico.” (BOURDIEU, 1983b, p. 4)

As ressignificações aludidas por Bourdieu levaram a um dos princípios que serão absorvidos pelos praticantes e que estabelecerão o *etos* esportivo. Este buscará legitimidade no termo “amador”, já que:

“O que é adquirido na e pela experiência escolar, espécie de retiro do mundo e da prática, do qual os grandes internatos das escolas de "elite", representam a forma acabada, é a inclinação à atividade para nada, dimensão fundamental do ethos das "elites" burguesas que sempre se vangloriam de desinteresse e se definem pela distância eletiva – afirmada na arte e no esporte – em relação aos interesses materiais.” (BOURDIEU, 1983b, p. 5)

Quando inserido em um contexto maior de regramento, institucionalização e “pacificação social”, o esporte configura-se como meio de disciplinar, capaz de canalizar as tensões dos estudantes dentro do contexto das escolas, experiência que obteve grande sucesso nesse contexto e que passou a:

“tornar-se um instrumento e um lugar de lutas entre todas as instituições total ou parcialmente organizadas tendo em vista a conquista política das massas, e também, ao mesmo tempo, em concorrência para a conquista simbólica da juventude, partidos, sindicatos, Igrejas certamente, mas também padrões paternalistas” (BOURDIEU, 1983b, p. 10).

A observação de Bourdieu constitui ponto de partida para a próxima discussão: como os esportes, nesta forma ressignificada e codificada, se popularizam além dos muros das escolas britânicas, disseminam-se em outros continentes e passam a ser praticados em diversos países? Como esta elite buscará manter o monopólio e a legitimidade em relação a esta prática?

1.2. Competitividade e seriedade: a prática moderna

Dos jogos de *folk football* medieval, passando pelo *football* praticado nas escolas inglesas até o *football association* regulado por órgãos internacionais como a FIFA e a International Board⁸ como o conhecemos hoje existem diversas diferenças estruturais, de significado e de consolidação de regras. Porém, para Dunning, o mais importante é estudar de que forma a competitividade, a busca por resultados e a seriedade no envolvimento dos participantes foram se tornando protagonistas na prática do futebol ao

⁸ Componentes do sistema que rege o futebol espetacularizado, que será abordado à frente, principalmente quando o trabalho de Toledo (2002) for referenciado.

longo do século XIX em detrimento de valores, estruturas e atitudes ditas “amadoras” na origem do fenômeno. Conforme as palavras do autor:

“Analisada ainda de outro ângulo, é uma orientação segundo a qual o desporto se tern transformado, por todo o mundo, de instituição marginal e pouco valorizada em instituição central e muito mais valorizada, uma instituição que para muitas pessoas parece ter um significado religioso ou quase religioso, na medida em que se tornou uma das principais, senão a principal, fonte de identificação, significado e gratificação das suas vidas.” (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 299).

No exemplo dado pelo autor, o rugby assistiria à passagem dos jogos de exibição (*friendly matches*) para jogos competitivos realizados perante multidões, com mudanças de regras a fim de melhorar a experiência do espectador, tabelas de mérito, estrutura de taças e ligas. Tal processo, segundo Dunning e Elias, era irreversível e inevitável. Porém, isto não indica que seja um processo pacífico, unilinear e não-conflituoso, já que a resistência ao processo de profissionalização, apesar de “derrotada”, não será eliminada totalmente.

Elias chama tal fenômeno de processo social “cego” ou “não-planejado”, pois não deriva da ação intencional de um grupo ou indivíduo específico, mas de um resultado inesperado das cadeias de interdependência, que entrelaçam as ações intencionais de diversos grupos e indivíduos ao longo do curso de diversas gerações (ELIAS; DUNNING, 1992).

Na constituição de uma teoria sociológica do esporte, Elias e Dunning possuem como elemento central a questão do “equilíbrio de tensões” na prática. Esta permitiria uma “tensão agradável” em sua disputa, fazendo com que qualquer desequilíbrio para em favor de um lado ou outro das disputas buscasse sua correção através da mudança na dinâmica de configurações sociais que compõem o esporte. Assim, o estabelecimento de uma polaridade entre o interesse dos jogadores e dos espectadores e entre “seriedade” e “jogo” causariam um desses desequilíbrios.

Para discorrer sobre tal fenômeno, Dunning faz uma crítica à visão de três teóricos que debateram o tema, cada um à sua maneira, a fim de demonstrar a “superioridade” da análise configuracional de Elias para estudar o caso: Johann Huizinga e sua perspectiva histórico-filosófica, Gregory P. Stone e sua perspectiva interacionista simbólica e Bero Rigauer e sua orientação marxista.

Huizinga defende que anterior ao processo de industrialização existia um equilíbrio entre seriedade e jogo na sociedade e que, com o desenvolvimento da ciência

e a emergência de movimentos sociais pedindo igualdade, a seriedade passa a dominar a vida social. Em paralelo a estes processos está o crescimento em larga escala dos esportes, e para Huizinga, o antigo “fator jogo” sofre uma atrofia completa.

“Como parte do declínio do elemento-jogo na moderna civilização em geral, os desportos experimentaram aquilo que Huizinga designa como uma ‘deslocação fatal no sentido da seriedade’. Como assinala, a distinção entre amadores e profissionais e o indicador nítido desta orientação. Isto porque aos profissionais falta ‘espontaneidade e despreocupação’ e, na verdade, já não jogam enquanto, ao mesmo tempo, a sua execução é superior, levando os amadores a sentirem-se inferiores e a empenharem-se num ato de imitação.” (DUNNING; ELIAS, 1992, p.306)

Huizinga vai ainda mais além e defende que tal processo torna o esporte moderno algo “profano”, “ímpio” e “estéril”. Porém, Dunning defende que o autor de *Homo ludens* (1938) não conseguiu avançar na descrição da dinâmica e da sociogênese dessa dinâmica, enquanto Stone foi capaz de avançar na direção dessa descrição mais densa:

“‘Todo o desporto’, afirma Stone, ‘é afetado pelos princípios antinômicos de jogo e de espetáculo’, isto é, encontra-se orientado de modo a originar satisfação, quer nos jogadores quer nos espectadores. Mas o ‘espetáculo’ para os espectadores e, de acordo com Stone, a ‘ausência de jogo’, a destruição do caráter de jogo no desporto. Sempre que grande número de espectadores assiste a um acontecimento desportivo, este transforma-se num espetáculo, realizado em função dos espectadores e não dos participantes diretos. Os interesses dos primeiros precedem os interesses dos últimos. O prazer de jogar é subordinado a realização de atos que agradem a multidão. O desporto perde assim a sua incerteza, a espontaneidade e o caráter de divertida inovação, torna-se um tipo de ritual, previsível, até mesmo predeterminado nos seus resultados.” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 307).

Já Rigauer, como tratado anteriormente, acredita que o esporte passa a ser mais um instrumento burguês de reprodução de ideias capitalistas, principalmente da curva de progresso infinita, dos recordes, além de reproduzir nos treinamentos a lógica alienante do trabalho nas linhas de produção e a divisão social do trabalho mesmo nos esportes individuais (com o grande corpo de massagistas, fisiologistas, empresários, etc.).

“Deste diagnóstico concluiu-se que o desporto e, cada vez mais, incapaz de atuar como um meio de proporcionar alívio para as tensões do trabalho. Tornou-se, afirma Rigauer, exigente, orientado para os resultados e alienante. A crença de que o desporto atua como uma oposição ao trabalho sobrevive, mas é uma

‘ideologia disfarçada’ que esconde dos participantes a sua função ‘real’, nomeadamente a de reforçar, na esfera do lazer, uma ética de trabalho duro, de resultados e de lealdade de grupo que é necessária aos desígnios de uma sociedade industrial avançada. Nesta linha, de acordo com Rigauer, o desporto contribui para manter o *status quo* e para apoiar o domínio da classe dirigente.” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 308).

A visão dos três teóricos sugere que, de fato, foram criadas tensões irreparáveis com a industrialização e o advento dos esportes modernos. Mas existem limitações em todas as análises e perguntas importantes devem ser feitas para questionar cada uma dessas visões.

Segundo Dunning e Elias, os três autores são pessimistas e não consideram o fato de que o esporte se popularizou imensamente, sendo tomado por muitos como prática quase religiosa. Caso o jogo tenha-se efetivamente tornado algo estéril e sem relevância, caso o equilíbrio tivesse se desfeito de forma tão radical como dizem Huizinga e Stone, como explicar o fato de terem mantido ou até aumentado sua popularidade? E o que levaria o trabalhador a praticá-lo com tanto afincamento em seu tempo livre, se fosse uma réplica tão semelhante às atividades rotineiras e alienantes da fábrica ou da empresa?

A principal crítica que Dunning faz ao trabalho destes autores é o fato de se tratar de análises, de certa forma, abstratas. Elas relacionam a industrialização a certas tendências no desenvolvimento do esporte sem dar atenção a interesses de grupo ou a ideologias. Mais especificamente, no caso de Huizinga e Rigauer, sugerem que as formas antigas de esporte estar-se-iam extinguindo sem conflito. Apesar de reconhecer “os seus méritos como primeira tentativa de elaboração de uma teoria sociológica da situação dominante no desporto moderno”, Dunning considera estas teorias muito simplificadas, quando comparadas a um esforço de análise configuracional destes movimentos (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 311).

Para buscar uma compreensão mais acurada das transformações que propiciaram as lógicas trabalhadas pelos autores estudados, Dunning aponta três fenômenos que propiciaram a crescente codificação e seriedade dos esportes: a sociogênese do Estado moderno, a democratização funcional e a divulgação dos esportes através do aumento da rede de interdependências. Assumindo que isso seja resultado de sistemas mais modernos de interdependências sociais, temos que:

“O indivíduo moderno mais rigoroso e civilizado estará menos apto a participar, de modo espontâneo e sem inibições, no desporto do que os seus antepassados,

que viveram num sistema de interdependências sociais menos complexo e menos constrangedor” (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 311).

Para poder explicitar o processo, torna-se central a necessidade de discussão das origens sociais do chamado *etos* amador, que é justamente o conceito dominante que impedia essa mudança em direção à maior seriedade nas práticas esportivas. Ele foi e é alvo de vários embates, desde as práticas nas *public schools* inglesas até hoje.

1.3 Resistências à popularização: o *etos* amador e sua sociogênese

No livro “Quest for excitement” (1986), em particular em seu capítulo 7, publicado originalmente como artigo na revista *Sportwissenschaft*, em 1979, Dunning afirma que a ideologia esportiva dominante na Grã-Bretanha, e também no Comitê Olímpico Internacional, era justamente aquela proveniente dos valores amadores. Estes possuem como componente principal a prática de esportes “descompromissados” ou “por divertimento”. O *fair play* – sistema de valores baseado no cavalheirismo e na exibição da superioridade do *gentleman* inglês por meio de práticas esportivas –, a aderência voluntária às regras e a participação destituída de interesses financeiros são aspectos que fundamentam o *etos* amadorístico. Trata-se de meios de obtenção da sua finalidade precípua, qual seja, que os esportes sejam “combates simulados”, capazes de suscitar o que chamam de “excitação”.

Um exemplo apontado, já em 1868, mostra a preocupação com a erosão desses valores e com o fim dos esportes tais como valorizados à época. Para tanto, os autores recorrem ao livro *British Sports and Pastimes*, de Anthony Trollope:

“[Os desportos] estão a tornar-se excessivos e os homens que os praticam permitiram que lhes fosse lembrado que o sucesso vulgar não vale nada.... Tudo isto provem do excesso de entusiasmo sobre o assunto, do desejo de alcançar com demasiada perfeição um objetivo que, para ser agradável, deveria ser um prazer e não um negócio... [Esta] é a rocha contra a qual os nossos desportos podem talvez naufragar. ” (TROLLOPE *apud* DUNNING; ELIAS, 1992, p. 313).

Porém, esse trecho escrito na segunda metade do século XIX mostra que a tensão ainda não poderia ser entre *amadores* e *profissionais*. Trollope argumentava contra o papel central que os esportes tomaram nas escolas públicas de elite inglesa, onde critérios de nomeação, promoção e seleção tomavam como base a habilidade e a aptidão esportiva. O argumento sustentava ainda que as práticas esportivas estavam

tomando uma posição dominante no currículo e de estavam sendo racionalizadas educativamente, como instrumento de condicionamento do caráter. Ou seja, é um conflito que surge em um primeiro momento, dentro do próprio esporte amador.

O que acontece com o advento do esporte profissional é uma formulação explícita e detalhada destes valores já existentes, que possuem em seu cerne a resistência à crescente seriedade do jogo. Ou seja, com a ameaça de profissionalização do futebol e do rúgbi, que atraiu os grupos de baixo estrato da classe média e dos trabalhadores que começavam a se organizar, jogar e assistir as práticas, esses valores se cristalizaram e passaram a ser difundidos com mais clareza (DUNNING; ELIAS, 1992).

Portanto, como será confirmado diversas vezes, principalmente quando do debate do surgimento do futebol no Brasil, a instituição e imposição dos valores amadores não tem a ver tão somente com o esporte, como demonstrado abaixo:

“Em resumo, (...) embora a elite das escolas públicas tentasse manifestar a sua afirmação de acordo com os termos específicos do desporto, pretendendo que estaria apenas interessada em preservar aquilo que considerava como essencial, ou seja, o caráter do desporto «orientado para o divertimento», hostilidades de classe e regionais e o ressentimento quanto a perda do seu antigo domínio desempenharam um papel importante na sua articulação da moral amadora como uma ideologia explícita.” (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 315).

É nesse contexto que a democratização funcional e a formação do Estado possuem papel principal. No século XVIII, com a configuração de interdependências da Inglaterra pré-industrial, existia pouca ou nenhuma pressão estrutural sobre os grupos no sentido de se orientarem para o sucesso e para os resultados, seja no esporte ou em outros setores. Ou seja, os esportes eram disputados em quadros regionais isolados, devido ao baixo grau de unificação nacional e centralização do Estado.

As exceções eram a aristocracia e a pequena nobreza: as únicas classes que poderiam ser denominadas nacionais, e elas possuíam uma competição em nível nacional. Assim, dentro das suas atividades esportivas restritas, surgiu um certo grau de pressão competitiva, mas não se submetiam a pressão qualquer, vinda de cima ou de baixo: essas duas classes chegavam a se confundir com o próprio Estado. Uma vez estabelecida a dominância do parlamento sobre a monarquia, o equilíbrio de forças entre classes era muito desigual e a consequência disso era o fato de os cavalheiros não enxergarem ameaça alguma pelo contato com outros indivíduos subordinados. Com um

quadro de dominância tão absoluta, não representavam ameaças algumas práticas esportivas que já envolviam interesses pecuniários, como salários e apostas.

A aristocracia e a pequena nobreza participavam em jogos populares no contexto de organização e de prática, usando a sua influência para desenvolverem formas de críquete profissional combates de boxe e corridas de cavalos. O tipo de profissão desportiva que se desenvolveu sob tais condições baseava-se na subordinação inequívoca do profissional ao seu patrono e na total dependência quanto aos riscos de vida que ligavam o primeiro ao último. Perante esse tipo de profissionalismo, nenhuma ameaça se colocava aos interesses e valores da classe dirigente. O desporto profissional não era suspeito, nem na perspectiva moral nem na perspectiva social, não havendo necessidade de lutar ou esconder o facto de que se poderia obter benefício pecuniário a partir dos jogos, quer através de um salário quer de apostas realizadas com base nos resultados dos confrontos. ” (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 318)

O que se segue é justamente a necessidade de compreender como o processo de industrialização e o conseqüente processo de “democratização funcional”, descrito por Elias, assumem protagonismo na transição entre esse tipo de amadorismo “adestrado” ao profissionalismo que apareceu como ameaça às classes superiores (ELIAS; DUNNING, 1992).

O processo de industrialização faz surgir cadeias de interdependência extensas e diferenciadas, ocorrendo cada vez mais especialização das funções e a integração destas com as de outros grupos em um quadro mais amplo de redes vastas. Concomitante a isso, surge uma mudança no sentido do decréscimo de poder diferencial entre os grupos e dentro deles. Desta forma, surge uma mudança no equilíbrio de poder entre dirigentes e dirigidos, classes dominantes e dominadas, homens e mulheres, gerações, etc. Isto acontece devido ao fato de que a especialização dos papéis faz com que os grupos e os indivíduos exerçam controle recíproco devido a esta nova configuração de dependência.

De acordo com Elias,

“É a partir de formas como esta que a crescente divisão do trabalho e a emergência de cadeias de interdependência mais extensas conduzem a uma dependência recíproca e, a partir dessa altura, a padrões de «controle multipolar» nos grupos e entre estes, isto é, a uma configuração social global em que indivíduos específicos e grupos estão sujeitos a uma crescente pressão efetiva da parte dos outros. Semelhante pressão é real devido as dependências recíprocas que estão envolvidas. ” (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 320).

Quando falamos sobre essa teoria das interdependências no contexto do esporte, vemos que nele surge também a necessidade de disputas esportivas inter-regionais e

representativas. Tal inclinação não surgiu na sociedade pré-industrial devido à ausência de uma unificação nacional e à existência de meios de comunicação e de transporte deficientes para este fim. O crescente nível de especialização também favorece a estratificação interna de esportes específicos – uma hierarquização que classifica esportistas do sexo masculino e feminino, e de equipes esportivas com os que representam os principais elementos que vemos em nível mais elevados.

Assim também os esportistas não podem mais ser independentes e jogar por divertimento. São obrigados a dirigirem-se uns aos outros e a participar nos esportes com seriedade, por estarem representando unidades sociais mais vastas, como cidades, distritos e países. Isso favorece um deslocamento significativo em direção à seriedade, já que a estes atletas é fornecido:

“(…) material e, ou também, recompensas de prestígio, facilidades e tempo para o treino. Em contrapartida, espera-se que realizem uma ‘atuação-desportiva’, isto é, o tipo de satisfações que os dirigentes e os ‘consumidores’ do esporte exigem, nomeadamente o espetáculo de um confronto excitante que as pessoas se dispõem a pagar para assistir ou a validação, através da vitória, da ‘imagem’ e da ‘reputação’ da unidade social com a qual se identificam esses dirigentes e ‘consumidores’. Todas as pessoas envolvidas e o quadro competitivo local, regional, nacional e internacional do esporte moderno trabalham no mesmo sentido.” (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 321).

Assim, os esportistas passam a se subordinar a diversas práticas que afastam as práticas de um jogo mais desinteressado no sentido de Huizinga, com treinamentos rigorosos, planejamento a longo prazo, autocontrole extremo e renúncia à gratificação imediata, além da subordinação burocrática a clubes e federações que passam a tratar da parte formal das competições.

Portanto, antes do surgimento de uma “ameaça do profissionalismo” existe toda uma configuração propícia a uma prática esportiva que deixa de ser um fim em si mesmo e direcionada ao prazer do atleta, como o *etos* amador impõe, deslocando esse prazer para satisfações mais relacionadas com a identidade e com o prestígio. Dunning ainda defende que:

“(…) tais constrangimentos não se encontram limitados ao esporte de alto nível, tendo repercussões nos níveis mais baixos da atividade desportiva. Isso deve-se, em parte, ao facto de os desportistas masculinos e femininos de alto nível constituírem um grupo de referenda promovido pelos meios de comunicação social e que estabelece padrões que os outros tentam seguir.” (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 322).

Porém, isso não se deve somente às mudanças no esporte, mas também às ansiedades e inseguranças profundamente enraizadas numa sociedade em que as pressões e as formas de controle multipolares se tornam presentes.

Da mesma forma, a popularização do esporte se dá como prática de “destruição da rotina”. A sua transformação em um dos meios de identificação coletiva mais efetivos (processo que veio desde a disciplinarização dos estudantes das *public schools*) justifica como este se popularizou na Inglaterra, e foi introduzido ao redor do mundo por diversos processos associados à industrialização, mas principalmente devido ao fato de as regras e as práticas estarem já em um grau maior de institucionalização. Isto facilitava a prática do mesmo esporte em diversos pontos e diminuía a diferença entre as diversas práticas regionais, como ocorria nas sociedades pré-industriais.

Especificamente, no caso do futebol, outro fator foi essencial para sua popularização e estabelecimento em outros países, como o Brasil: após a admissão do profissionalismo pela *Football Association*, a elite de praticantes procura se isolar para jogar entre si ou se convertem à prática de outros esportes. E isso é explicado também por este sistema de inseguranças e ansiedades que surgem com a questão mais ampla da industrialização e das interdependências (LOPES, 1995).

Diferentemente do rúgbi, que viu surgirem duas diferentes associações na Inglaterra (a de Londres, que só permite a disputa amadora e a de Leeds, que admite o profissionalismo), o futebol não teve esse tipo de cisão radical. Pois, enquanto que os dirigentes da associação de rúgbi sediada em Londres eram ex-alunos de *public schools* mais recentes e de *status* social mais baixo – o que acarretou em uma maior resistência e temor quanto à participação da classe trabalhadora no esporte – os dirigentes da *Football Association* eram de institutos mais influentes, de escolas mais antigas e de prestígio mais elevado. Isso não quer dizer que eles apreciavam o profissionalismo, mas sim que eles tinham confiança na sua capacidade de desenvolver simultaneamente o jogo amador e o profissional numa direção que não rivalizasse com seus próprios valores e interesses (LOPES, 1995).

Assim, no Norte da Inglaterra, onde havia regiões industriais grandes, clubes “abertos” de rúgbi foram criados, onde qualquer um poderia jogar, e não só os alunos das *public schools*, como destaca o antropólogo José Sérgio Leite Lopes no trecho abaixo:

“Pouco a pouco, tais clubes, patrocinados ou dirigidos por empresários ou notáveis locais sem escolaridade distintiva, não só passam a cobrar ingresso para a plateia interessada no esporte, como a pagar aos atletas ‘pelo que deixaram de ganhar’ ao gastarem seu tempo em uma atividade de lazer gratuita, quando podiam estar trabalhando para seu sustento.” (LOPES, 1995, p. 151)

Foi então que a reação da liga amadora foi a de expulsar e não permitir a disputa profissional, já que tais times, com mais adeptos e maior seleção de talentos seriam grandes ameaças aos clubes ligados à associação de amadores, já que seu nível de performance seria maior e, portanto, poderia levá-los a sofrer “humilhações”. Isto mostra que já havia durante a segunda metade do século XIX uma seriedade grande na questão representativa e uma grande insegurança por parte dos amadores em disputarem jogos com desequilíbrio de força contra praticantes de classes sociais inferiores.

Entendendo então como se deram a sociogênese e as causas da explicitação do etos amador no código esportivo da elite inglesa, o próximo passo é verificar como se deu o processo de inserção desta prática no Brasil, através de personagens como os estudantes Charles Miller e Oscar Cox. Estes não trouxeram somente a bola de futebol e o livro de regras consigo, mas também todo o código de valores que perdurou por diversos anos no princípio da prática futebolística em São Paulo e no Rio de Janeiro.

1.4. O ludopédio brasileiro e a questão do pioneirismo

Afinal, quem introduziu o futebol no Brasil? Seria relevante debater essa questão, analisar diversas documentações e chegar a um veredito definitivo de quem foi o primeiro filho de imigrantes ingleses a desembarcar em terras brasileiras com bolas, uniformes e o que mais fosse preciso para poder disseminar a prática?

A história das origens, quase um mito de criação do futebol, reproduzida tanto na mídia esportiva quanto em alguns trabalhos acadêmicos, refere-se à figura de Charles Miller, desembarcando no porto de Santos, em 1894, com duas bolas de couro, uma bomba para enchê-las, um par de chuteiras e duas camisas de times que defendera na Inglaterra⁹ e um livro de regras do *football association*. Será que a prática do futebol se inicia neste momento? Ou fazia parte de um contexto social maior?

Em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo (USP), o historiador Wilson Gambeta apresenta alternativas a essa visão e um debate mais denso em torno de como a prática se instituiu no Brasil. Ele apresenta a versão do também

⁹ Uma das equipes era o Southampton, então chamado St. Mary.

historiador José Moraes dos Santos Neto. Segundo os autores, desde 1880 já havia prática com bolas de futebol, trazidas por padres jesuítas que tinham ido à Europa estudar. O padre Luiz Yabar, então familiarizado com as regras do *association*, instituiu um campeonato interno com quatro equipes já com as regras então codificadas após voltar de uma de suas viagens, em 1894. A popularização haveria se dado através de ex-alunos do Colégio Jesuíta, que difundiriam o jogo e o praticariam antes dos clubes da colônia inglesa em São Paulo (GAMBETA, 2013).

Já o biógrafo John Mills acredita que não deve haver questionamentos ao pioneirismo de Charles Miller, devido ao fato de que a prática recreativa de chutar bolas com os pés fora documentada diversas vezes em colégios em Nova Friburgo, em Itu e mesmo nas brincadeiras dos marinheiros ingleses nos portos. Não obstante, a adoção das regras inglesas e a formação de times só ocorreu mesmo com o regresso do referido estudante ao Brasil (MILLS *apud* GAMBETA, 2013).

Independentemente de quem possa ter ganho o título de pioneiro, Miller ou Yabar, alguns aspectos se repetem em ambas histórias: o início da prática se deu em 1894, a importação das regras do futebol disputado em terras inglesas teve papel importante e ambos tiveram contato com o ludopédio durante períodos de estudo na Europa. Foi determinante, portanto, o fato de as famílias endinheiradas brasileiras buscarem a educação estrangeira em colégios como o São Luís, de Itu, onde o padre Yabar introduziu a prática esportiva dos colégios ingleses. Em outras palavras, o clérigo estava apenas atendendo a demanda de seus clientes:

“Portanto, nas duas bagagens pelas quais a bola desembarcou no Brasil – buscada pelo professor jesuíta e trazida pelo jovem estudante anglo-brasileiro – a mesma influência cultural foi embalada. Ela proveio do modelo de educação inglesa que incluía a missão de desenvolver a capacidade física e moral dos jovens, tanto quanto a intelectual. Ao longo do século XIX, as escolas europeias compensaram a falta de atividades da vida urbana com a criação de pedagogias para o corpo. A educação física seria a melhor forma de dar vigor àqueles que no futuro assumiriam o comando das tropas, dos negócios e da nação, e também de inculcar valores morais, como companheirismo, disciplina, respeito, lealdade, liderança, combatividade, entre outros.” (GAMBETA, 2013, p. 10)

Quando deslocamos o foco de visão para o Rio de Janeiro, o historiador Leonardo Affonso de Miranda Pereira relata a figura de mais um personagem pioneiro:

“(…) o jovem Oscar Cox resolveu trazer em sua bagagem uma bola, como aquelas que ele e seus colegas usavam para praticar o *foot-ball*, não podia saber o papel destacado que o futuro estaria por lhe reservar. Morando em um país

que reunia grande número de estudantes de várias localidades, Cox era apenas mais um entre os muitos jovens influenciados pela rápida difusão do ‘esporte bretão’. Terminados os estudos, ele voltava ao Rio de Janeiro sem se esquecer dos novos hábitos adquiridos. Na expectativa de conseguir juntar na cidade o contingente de jogadores necessário para a prática do jogo, Cox passou a agitar uma boa parte da juventude estudantil carioca, promovendo jogos e tentando despertar em seus amigos o interesse pelo novo esporte.” (PEREIRA, 1998, p. 18)

No Brasil, assim como em outros países, havia duas formas básicas de propagação do futebol que poderiam acontecer de forma concomitante. Uma tinha mais protagonismo que a outra, mas ambas faziam-se presentes:

“a) no âmbito do ensino, introduzido por professores de escolas secundárias e universidades, com a importação do jogo recreativo seguida por campeonatos colegiais e universitários; b) no cotidiano urbano, por iniciativa de old boys que voltavam de estudos no exterior e de funcionários graduados de empresas inglesas, com a fundação de clubes esportivos, adoção das regras inglesas e a organização de uma liga local para disputar campeonatos.” (GAMBETA, 2013, p. 11)

Portanto, o estabelecimento de um indivíduo isolado ou de um pioneiro único não dá conta de como o esporte se desenvolveu e se popularizou, tendo de haver uma visão mais ampla do contexto social. Não é possível concluir que o futebol tenha chegado casualmente e se difundido a partir de um centro propagador, e também não é possível concluir que introduções mais remotas tenham sido a razão do desenvolvimento do jogo. Neste caso, as ações individuais devem ser pensadas nas suas inter-relações com a sociedade (GAMBETA, 2013).

1.5. Rio de Janeiro e São Paulo: práticas e significados

Com o panorama em que se insere a introdução do futebol no Brasil, e já discutida a origem social do amadorismo como resistência à popularização e à apropriação do esporte pela classe trabalhadora, torna-se necessário a reconstituição do processo, conflituoso e complexo, que instituiu a profissão do jogador de futebol no Brasil, com todas suas contradições e especificidades¹⁰.

Apesar da questão dos valores amadores ter sua gênese e sua lógica em território inglês, a instituição da profissão de jogador de futebol ocorreu na Inglaterra até mesmo

¹⁰ Para mais detalhes sobre as carreiras de jogadores profissionais entre os anos 50 e 80, ver Astruc (2014).

antes das primeiras partidas sob as regras oficiais em solo brasileiro, em 1885 (LOPES, 1995). Diversos patrocínios dados por indústrias e mineradoras fizeram com que cada vez mais times oriundos da classe trabalhadora disputassem os campeonatos da *Football Association*, gerando pressões para a legalização do pagamento a jogadores pelo tempo dedicado ao esporte e não a outra atividade profissional.

O que ocorreu em 1885 foi justamente a legalização da participação de atletas remunerados, mas seguida de outra medida que conservava algo de amador: os clubes deveriam continuar como sociedades sem fins lucrativos e as diretorias deveriam ser compostas por *gentlemen* amadores. Desta forma, a associação atendia aos interesses de ambos os lados, pois os operários jamais poderiam ocupar cargos de direção, mas poderiam jogar recebendo salário. Os grandes clubes oriundos do patrocínio de indústrias poderiam buscar grandes sucessos esportivos, uma vez que a performance de jogadores que empenham mais tempo na preparação já havia se mostrado maior. Isto permitia que se convertesse em prestígio para seus empregadores, porém sem correr o risco de ver a lógica de dominação se inverter, com os *gentlemen* tendo seu lugar assegurado nos altos postos dos clubes (GAMBETA, 2013).

Esse fato favoreceu o processo de popularização e de espetacularização do futebol nesse período: em 1895, a média de público nos jogos era de sete mil e novecentas, com o recorde registrado na final da FA Cup (principal torneio da época) de quarenta duas mil, quinhentas e sessenta pessoas. Este número viria a subir mais nas décadas seguintes e atingir números consideráveis¹¹ (GAMBETA, 2013).

Nesse fim de século XIX, o futebol já se consolidava como cultura proletária, como aponta Hobsbawm:

“O operário se identificava com o seu time contra o resto do mundo – na verdade, em cidades suficientemente grandes, ele se identificava com uma das metades –, City ou United, Forest ou County, que entre si definiam o cidadão de Manchester, Nottingham ou de qualquer parte. O modelo da cultura do futebol, entretanto, era o mesmo em todos os lugares – com um pouco mais ou um pouco menos de emoção –, e era um modelo nacional, ou, para ser mais preciso, um modelo da nação proletária, visto que o mapa da Federação de Futebol era praticamente idêntico ao mapa da Inglaterra industrial. Ele era nacional até na conquista anual simbólica do espaço público da capital nacional pelos dois exércitos proletários provincianos que invadiam Londres para o jogo de decisão do campeonato.” (HOBSBAWN, 2000, p. 291).

¹¹ Dez anos depois, em 1905, a final do mesmo torneio foi acompanhada por 101.117 pessoas. Além disso, jogos entre os selecionados das diferentes nações da Grã-Bretanha (Gales, Irlanda, Inglaterra e Escócia) atraíam facilmente 50.000 pessoas aos estádios (GAMBETA, 2013).

Não obstante, os defensores do amadorismo, circunscritos até mesmo de forma regional, no sul do país, se isolaram ainda mais. Pelo desdém que tinham pelas multidões, preferiam disputas pequenas de torneios universitários e/ou restritas ao circuito de clubes burgueses. A *Football Association* separa os clubes amadores, que não se preocupavam com a ausência do público, dos profissionais, em 1892. Portanto, mesmo em um quadro de evidente predomínio do profissional sobre o amador, vemos que a resistência e os conflitos se mostram sempre presentes (GAMBETA, 2013).

No Brasil, é enganoso considerar que o futebol foi uma prática absorvida naturalmente e popularizada de forma automática a partir da organização das primeiras partidas. Nos primórdios dos esportes modernos no Brasil, principalmente nos anos que encerram o século XIX, existem relatos de praticantes isolados e com dificuldades de completar os times, em sua maioria imigrantes ingleses, alemães e filhos de estrangeiros. Em São Paulo, por exemplo, o alemão Hans Nobiling, que havia jogado pelo *Sport Club Germania*, em Hamburgo, demorou meses para completar seu time a fim de disputar jogos de *foot ball* na Chácara Dulley em 1899. Já no Rio de Janeiro, o filho de imigrantes Oscar Cox passa anos buscando incentivar a prática entre seus pares para poder continuar praticando o jogo que tanto o cativou em sua estadia na Inglaterra (PEREIRA, 2000).

A principal dificuldade no início era justamente o espaço em que os jogos aconteciam. Nas duas cidades, o futebol era praticado isoladamente em clubes ingleses, justamente as associações clubísticas frequentadas por Charles Miller e Oscar Cox. Tratava-se do *São Paulo Athletic Club* e do *Rio Cricket Club*, que viam no jogo apenas como uma diversão interna dos membros do clube, tendo forte caráter restritivo então.

Além disso, havia o fato de que outros esportes atraíam multidões neste tempo, como o remo, o turfe e o ciclismo. Porém, o futebol era praticado amplamente na Europa na transição dos séculos XIX e XX e atraía multidões para assistir às partidas, como mencionado aqui anteriormente. No Brasil, o futebol estava longe de servir de elemento à identidade operária, pelo contrário: era restrito aos jovens estudantes que retornavam e aos técnicos especializados das empresas inglesas que visitavam diversos países devido à expansão da economia bretã (PEREIRA, 2000).

Outra característica importante que faz o futebol se popularizar mais tardiamente no Brasil, mesmo se comparado com alguns países da América do Sul – como Argentina ou Uruguai – é o fato de não existirem escolas inglesas onde começa a prática institucionalizada. Devido a um fraco fluxo migratório inglês – quando comparado a

portugueses, italianos, alemães, espanhóis, entre outros – e à falta de incentivos esportivos do governo brasileiro, a prática de esportes acaba dependendo de iniciativas individuais, como explicita Gambeta:

“Na Inglaterra, na França, na Argentina e no Uruguai o futebol atravessou períodos relativamente longos como um jogo de estudantes, antes de se converter num esporte de espetáculos. Foram os *old boys* que deram origem aos primeiros clubes e finalmente aos campeonatos naqueles países (...). No país onde a escravidão terminara havia pouco tempo as disciplinas de moral e civismo, usadas na Europa para colocar os jovens em prontidão para o alistamento militar, não eram prioritárias. Aqui o alcance do ensino público era limitado e as práticas esportivas serviam apenas como forma de lazer espontâneo dos rapazes com educação superior. Os esportes não constavam nas políticas governamentais, dependiam da iniciativa dos clubes sociais e das escolas de nível médio mantidas por imigrantes. O início do movimento esportivo liderado por associações espontâneas, com autonomia em relação ao Estado, fazia parte da incipiente atuação civil dos jovens nas esferas públicas.” (GAMBETA, 2013, p. 138;140)

Assim, tendo os clubes amadores ingleses se isolando em sua prática nesse período, as equipes brasileiras passam a procurar emular esse *etos* amador como forma de diferenciação e de garantia de uma marca de modernidade, associada às suas origens inglesas. Entretanto, o amadorismo brasileiro possui características únicas e diversas daquela ideologia propagada no velho continente.

Em São Paulo, a elite *sportsman*¹² fazendeira sentia a necessidade de se estabelecer como habitantes historicamente e racialmente legítimos da terra, devido ao grande afluxo de imigrantes de diversas nacionalidades no início do século XX. Ela via nos espetáculos esportivos, principalmente os exibidos no velódromo, um meio de se estabelecer e se diferenciar aos olhos do resto do público, já que os ingressos para as exposições do ciclismo não eram caros.

“Assim sendo, o estímulo dado pelos futebolistas amadores de São Paulo às exposições abertas ao público seguia em sentido contrário ao do amadorismo europeu naquele momento. Na Inglaterra as grandes plateias eram cortejadas pelos times comerciais. Aqui foram os amadores que começaram a propagandear as exposições esportivas para atrair público (...)” (GAMBETA, 2013, p. 138).

¹² Termo que já era empregado antes mesmo da chegada do futebol para designar não atletas, em um primeiro momento (principalmente última década do século XIX), mas sim patrocinadores e criadores de cavalos nas disputas do turfe: os jockeys eram geralmente adolescentes ou mesmo crianças de peso corpóreo pequeno, e não possuíam muito prestígio (GAMBETA, 2013).

A facilidade de acesso aos equipamentos esportivos proporcionou uma popularização mais rápida das plateias do esporte em São Paulo. Em 1904, algumas partidas já enchiam “de povo”, de acordo com uma nota publicada no *Jornal do Commercio* de então. Enquanto isto, no Rio o interesse limitava-se a uma “escolhida sociedade”. A diferença no significado que o futebol teria nesse início de século XX no Rio, quando comparado a São Paulo, é explicitado no trecho abaixo, logo após o relato de um jogo entre o *Club Atlético Paulistano* e o *Fluminense Football Club*, com a presença pouco expressiva de plateia em solo carioca:

“Composto por jovens de pele clara e bigodes bem aparados, em grande parte filhos de famílias europeias, o time do Fluminense ia dando ao jogo no Rio de Janeiro um perfil bem definido: palco de afirmação de modismos e hábitos europeus, os estádios serviam para esta juventude endinheirada como um espaço de celebração de sua diferença em relação aos muitos trabalhadores que se espalhavam pelas ruas da cidade, em um processo que ia imprimindo ao futebol a marca do refinamento” (PEREIRA, 2000, p. 23).

Apesar da prática ter o sentido de refinamento e diferenciação em ambas cidades, no Rio a falta de assistentes não incomodava. Além disso, os *sportsmen* cariocas defendiam que era necessário o compartilhamento de um código comum para disputar *matches* de *foot ball*: “o simples ponta-pé na bola depende de tantas circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis ao jogador, que o dá-lo com acerto constitui uma verdadeira arte” (PEREIRA, 2000, p. 34). Desta forma, eles se afastam do futebol praticado no cais do porto por marinheiros ingleses e encontram na lógica amadora uma salvaguarda importante para a manutenção da prática elitizada do esporte.

Importante ressaltar que, em São Paulo, apesar da aura de distinção, alguns trabalhadores assalariados participavam dos campeonatos e competiam nos clubes. O próprio Charles Miller trabalhou como almoxarife na ferrovia em que seu pai trabalhara como técnico, foi bancário e agente de viagens. Outros jogadores do clube inglês *São Paulo Athletic Club* eram contadores, trabalhadores de escritório e dentistas. Apesar de trabalhos considerados “qualificados” então, novamente o amadorismo brasileiro divergia do europeu:

“Na Inglaterra a distinção entre *gentlemen* (amadores) e *players* (profissionais) era bem clara, dada não apenas pelo fato destes receberem pagamentos pela prática do esporte, mas também pela condição social. O gentleman não pertencia às classes assalariadas, era um jovem burguês ou aristocrata, de educação refinada, que contava com rendas suficientes na família para dispor de tempo livre e praticar vários tipos de esportes por lazer. A expressão *amateur*

sportsman definia, a um só tempo, o tipo de praticante e o seu status social. ” (GAMBETA, 2013, p. 168)

Contudo, este código compartilhado (o do *amateur sportsman*), se encontrava no imaginário de todos os praticantes brasileiros naquela época: como a prática era essencialmente amadora, os resultados não deveriam ser a questão mais valorizada, e sim a conduta dos jogadores em campo, agindo como verdadeiros cavalheiros, como *gentlemen e sportsmen*:

“Os *footballers* deveriam ter sua conduta pautada por um cavalheirismo que os colocava não como adversários, mas como companheiros de uma mesma luta em favor do esporte. Fosse dentro de campo ou nas arquibancadas, era fundamental ao *sportsman* um comportamento digno de sua elevada tarefa social”. (PEREIRA, 2000, p. 51)

Porém, diversas crises, conflitos e disputas se deflagram entre este tempo e a regularização da profissão de jogador de futebol em 1933, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro. Alguns desses acontecimentos serão relatados, contextualizados e problematizados a seguir.

1.6 Rumo ao profissionalismo: as crises e os conflitos

A documentação histórica do início do século XX privilegia a prática que ocorria dentro dos clubes de elite, tanto nas atas de reunião quanto nas coberturas jornalísticas. Porém, sabe-se que os jogos entre os marinheiros nos portos do país, ou quaisquer outros tipos de disputa que não tinham lugar nos diversos *athletic clubs* do começo do século XX ocorriam e influenciaram a popularização da prática. A leitura do noticiário dos jornais da época permite a percepção de uma lacuna entre os requintados *matches*, que atraíam a alta sociedade aos estádios, e as reclamações sobre os jogos informais. Estes eram disputados por crianças, adolescentes e adultos nas ruas da cidade, e causavam algazarra, quebravam vidraças e exigiam uma rápida e efetiva resposta policial.

Com base em pesquisas como as de Pereira e Gambeta, pode-se afirmar que as primeiras décadas do século XX foram o período responsável pela popularização do futebol. Há hipóteses que salientam o afloramento do sentimento identitário bairrista e nacionalista, durante as disputas entre Rio de Janeiro e São Paulo, ou entre Brasil e Argentina. Assim Wilson Gambeta descreve o fenômeno:

“Esse é um esporte bastante adequado para as expressões de identidades em pequenos grupos: é coletivo, não exige dotes físicos especiais dos atletas, nem aprendizagem complexa ou equipamentos caros e sofisticados. O espaço geográfico é um elemento importante nessa encenação esportiva, as partidas representam disputas e conquistas territoriais entre duas forças rivais uniformizadas (times/exércitos), o que favorece as representações bairristas/nacionalistas.” (GAMBETA, 2013, p. 189)

Parte desse processo também explica por que o futebol foi introduzido e disseminou-se em São Paulo, antes do Rio: as várias nacionalidades de imigrantes presentes na cidade paulista buscavam se agrupar “em organizações político-culturais de diversos gêneros: de teatro, música e dança; sindicatos e montepios; religiosas, literárias, carnavalescas e esportivas” (GAMBETA, 2013, p. 155), a fim de criar laços de sociabilidade e de proteção mútua na nova cidade, facilitando a emulação de embates entre os diversos clubes que compunham a *Liga Paulista de Football* – o C.A. Paulistano representando os brasileiros, o *São Paulo Athletic Club* representando os britânicos, o *Sport Club Germânia* representando os alemães, etc¹³.

Independentemente da visão que cariocas e paulistas tinham sobre a primazia na popularização da prática, o aumento da seriedade, no significado eliasiano do termo, na disputa passou a gerar diversos mal-estares, seja devido à postura dos atletas ou à postura dos espectadores, o que causou um movimento de reação e maior elitização das práticas: o código dos *sportsmen* estava em perigo, como no relato abaixo sobre a então capital da República:

“(…) jogadores de pequenos times como o Nacional, acusados pela crônica esportiva de vaiar e maldizer os adversários, pareciam já não compartilhar dos mesmos princípios cavalheirescos que norteavam a atuação dos jogadores dos clubes mais antigos. Decididamente, para os *sportsmen* a popularização do jogo aparecia não como uma dádiva, mas como um problema a ser enfrentado.” (PEREIRA, 2000, p. 57)

Outro interessante indício de como tais posturas incomodavam aparece como um aviso que fora dependurado no Velódromo Paulista, durante a época de jogos de futebol em 1915:

¹³ Apesar de existirem diversos clubes de colônias estrangeiras também no Rio de Janeiro, estes se limitaram a práticas mais localizadas e não faziam parte do circuito de elite do futebol no início do século XX, o que não permitiu que esses embates fossem emulados da mesma forma que em São Paulo (PEREIRA, 2000; GAMBETA, 2013).

“Tanto os jogadores como os juizes que tomam parte nos jogos disputados neste campo são “amadores”. A Associação Paulista de Sports Athleticos encarecidamente roga ao respeitável público a bondade de não se manifestar a respeito do comportamento dos jogadores ou das decisões do juiz. Toda pessoa cujo procedimento for julgado prejudicial à boa ordem dos jogos, será convidada a retirar-se.” (GAMBETA, 2013, p. 331)

Para uma classe dirigente então insegura e buscando afirmação no cenário nacional, não só através do futebol, mas também por meio dele, tais comportamentos ameaçariam a visão de modernidade que queriam passar, tanto para o povo brasileiro quanto para os outros *sportsmen* que viriam de fora do país. Outras manifestações que causavam grande mal-estar eram as agressões a jogadores do outro time e ao juiz, as invasões de campo, os “intrusos” que se dependuravam em árvores para acompanhar os jogos sem pagar ingresso, para ficar com apenas alguns exemplos (PEREIRA, 2000).

Esses foram os primeiros indícios de que, mesmo entre os amadores, o jogo passara a inclinar-se na direção de uma maior seriedade. Outro aspecto que incomodou os dirigentes dos grandes clubes da época era justamente a quantidade de clubes que foram sendo fundados e a fundação de ligas paralelas como resposta às barreiras que as grandes ligas – tanto a *Liga Paulista de Football* em São Paulo quanto a *Liga Metropolitana de Sports Atléticos* no Rio de Janeiro – impunham aos que tentavam ingressar em suas disputas¹⁴.

Em São Paulo, por exemplo, foram fundadas a Segunda Liga de Football de Primeiros Teams, a Liga Paulistana de Football, a Liga Internacional de Football e a Liga Paulista de Football Infantil, a Terceira e de Quarta Liga que, apesar dos nomes, não estavam subordinadas entre si. A Liga Americana de Football e a Liga Escolar, a Liga Santista de Football e a Liga do Centro com clubes de Campinas, Amparo, Casa Branca, Mogi Mirim e Itapira. Todas essas sem nenhum tipo de vínculo federativo entre si, assim centenas de outros clubes continuaram independentes, disputando campeonatos e jogos casuais entre si (GAMBETA, 2013).

No Rio de Janeiro, o número de clubes, 77 no ano de 1907, triplica em oito anos, registrando-se 216 clubes somente nas páginas do jornal “O Imparcial”, o que indica que poderia haver ainda mais associações na época, não documentadas (PEREIRA, 2000).

¹⁴ As duas ligas possuíam meios diferentes de impor barreiras. Enquanto que a carioca cobrava joia e mensalidades muito altas, fora da realidade da maioria dos clubes, a paulista exigia que o clube passasse por um processo seletivo rigoroso, com regras pouco claras. Apesar disso, a liga carioca permitiu a disputa de uma segunda divisão muito antes da paulista, que manteve os cinco clubes na disputa por muito tempo ainda (GAMBETA, 2013; PEREIRA, 2000).

A resistência a um processo tão intenso e de caráter aparentemente irreversível tomará conta da agenda dos dirigentes de alguns clubes nos anos que seguem as décadas de 1910 e 1920, para combater o que foi denominado “amadorismo marrom”: a prática de realizar pagamentos escondidos a atletas ditos amadores para que eles desempenhem melhor no time, o que desequilibraria as disputas e favoreceria a inclusão de atletas “não-dignos”, estranhos aos valores amadores *sportsmen*.

Vale salientar que, nessa época, na Inglaterra, o tema “atletas de futebol remunerados” não era mais tabu, sendo inclusive as quantias demonstradas detalhadamente. A Grã-Bretanha havia tido discussões semelhantes na década de 1880, quando trinta e um times afiliados à *Football Association* ameaçam fundar outra liga onde o pagamento a jogadores fosse admitido, fazendo com que a FA acolhesse o profissionalismo já nessa época (ALVITO, 2017).

Já no Brasil o assunto toma uma importância maior, inclusive pelo fato de o termo “jogador profissional” carregar uma conotação extremamente negativa consigo, para indicar aqueles que ganhavam dinheiro com jogos de azar (GAMBETA, 2013).

Antes mesmo das suspeitas e das informações desconstruídas sobre o pagamento a atletas de futebol na década de 1920, havia em São Paulo a categoria de “jogador convidado”, que já desafiava a lógica puramente amadora. Embora no Rio existisse, no começo do século, alguns jogadores que chegavam a ser sócios de mais de um time e em São Paulo fosse normal a passagem de associados de um clube para o outro, a novidade foi a inserção de jogadores que vinham para reforçar apenas o time de futebol, por uma ou duas temporadas, sem que se associassem ao clube, como detalhado abaixo:

“A LPF não questionava o tipo de vínculo mantido entre clubes e jogadores, nem fazia restrições aos temporários. Bastava que a relação dos componentes do time fosse apresentada um mês antes do início do campeonato, pois nenhum nome poderia constar por dois clubes ou trocar de equipe na mesma temporada. Os recém-chegados de outros estados e do exterior estavam autorizados a jogar desde que tivessem residência fixa no estado de São Paulo há mais de trinta dias, contados a partir do ato de inscrição. Ou seja, as regras eram suficientemente elásticas para que novos jogadores fossem incluídos com o campeonato em andamento. Terminada a temporada, qualquer um poderia comunicar sua transferência para outro clube, com uma breve justificativa.” (GAMBETA, 2013, p. 315)

Dessa forma, o perfil do time de futebol passara a se distanciar aos poucos do perfil do quadro de associados. Com o passar do tempo, tal prática iria favorecer e

estimular formas diversas de remuneração de jogadores, ainda que disfarçada e indiretamente.

O interesse em contar com os melhores, sem que houvesse associação social ou “identificação” ao clube, surgia devido a uma vontade de garantir maior força nos campos. Esta era gerada, principalmente, pelo fato de o futebol ter-se tornado uma importante fonte de renda para os clubes, com times como o Fluminense experimentando um incremento considerável na renda arrecadada com os jogos. De, aproximadamente, 44 contos de réis em 1922 para 131 contos de réis, em 1926 (PEREIRA, 2000).

O meio mais comum de burlar o pagamento aos atletas era através de reembolsos pagos por despesas de viagens e hospedagens, ou por horas de trabalho perdidas com treinos e jogos. Comum porque esse tipo de pagamento era permitido pela FIFA, órgão internacional que regulamentava o futebol desde então, e pelo Comitê Olímpico Internacional. O que acontecia era que os clubes ofereciam reembolsos “engordados” artificialmente para atrair futebolistas de qualidade.

Outra forma popular era através da oferta de empregos. Caso algum dirigente do clube tivesse uma empresa, ou contatos que o permitissem indicar um atleta a uma empresa específica, o futebolista teria facilidades para poder cumprir com a rotina de treinos, viagens e jogos. Os atletas repudiavam ser chamados de “profissionais”, ainda que o emprego deles dependesse do desempenho esportivo nos gramados, o que caracterizava tais relações como relações clientelistas¹⁵ (GAMBETA, 2013).

E, por fim:

“Outra forma de remuneração nos espetáculos futebolísticos, a menos visível de todas, eram os prêmios pagos em dinheiro. Poderia ser um valor adiantado (luvas) para o jogador se transferir de outro clube ou então pelos resultados obtidos. Pagamentos discretos eram feitos em nome de torcedores independentes, como doação voluntária, de modo a isentar o clube de qualquer responsabilidade direta. A moral amadorista condenava ganhos desse tipo, só se tem notícias deles através de vazamentos escandalosos. Inclusive boatos nunca comprovados sobre a divisão de uma parte do dinheiro arrecadado nas bilheterias entre os jogadores.” (GAMBETA, 2013, p. 322)

Algumas tentativas de impedir esses pagamentos foram feitas por dirigentes, supostamente querendo preservar os valores *sportsmen*. Porém, como já debatido antes, fica evidente a intenção elitista de frear a popularização de um esporte que cada vez

¹⁵ Existiam também os clubes de fábrica, que de fato tinham jogadores que eram operários, funcionários dela, porém estes terão mais espaço para debate mais à frente.

mais tomava a direção de se tornar a “religião leiga” da classe operária, o que já era realidade na Inglaterra. A mais famosa foi a iniciativa do dirigente carioca Alberto Silveira, que apresentou ao conselho da Associação Metropolitana de Sports Atléticos o projeto da “lei do amadorismo”. Este visava separar os times formados por trabalhadores manuais em categoria à parte, excluindo-os da referida associação.

Inicialmente, havia uma lista de profissões, baseada na proibição dos clubes de remo, o que incluía operários, serventes, condutores, caixeiros, lustradores, guardas civis, praças e inferiores de qualquer corporação armada, etc. O episódio gerou um debate e uma resposta imediata na imprensa e na câmara dos deputados. A proposta foi aprovada, mesmo sob protestos, com o seguinte texto:

“Artigo 65 – Não poderão ser registrados:

- a) os que a troco de dinheiro, tenham tomado parte em festas, partidas, campeonato ou concurso desportivos de qualquer natureza, dentro ou fora do país;
- b) os que tirem os seus meios de subsistência de qualquer profissão braçal, considerada como tal e que dependa, exclusivamente de esforços físicos;
- c) aqueles que exerçam profissões humilhantes que lhes permitam recebimento de gorjetas;
- d) os que direta ou indiretamente, tirem proveito da prática do desporto;
- e) os que tenham tomado parte em qualquer festa, partidas de campeonato ou concursos desportivos, disputando-os com profissionais, sem o prévio consentimento da Liga;
- [...]
- j) os analfabetos e os que embora tendo posição, profissão e emprego, estejam, a juízo do conselho superior, abaixo do nível moral exigido pelo amadorismo.” (GAMBETA, 2013, p. 381)

Devido à estrutura federativa do futebol brasileiro na época, a mesma legislação deveria ser considerada a da Confederação Brasileira de Desporto. Contudo, estando ainda em disputa a aliança que formou a CBD com a liga paulistana, que protestara, afirmando que a definição de amador aprovada não era compatível com a definição da FIFA¹⁶, a norma teve que ser alterada para ser enviada ao órgão internacional, abrandando algumas definições, porém resguardando o direito de aplicar regras mais duras nas competições internas (GAMBETA, 2013).

A ideia por trás desse endurecimento era a de controlar a ascensão de times pequenos nas ligas, já que no Rio de Janeiro clubes tradicionais como o *Rio Cricket* e o

¹⁶ Vale ressaltar que, apesar do profissionalismo ser já bastante difundido na Inglaterra, na FIFA ainda permanecia a ideologia amadora neste período.

Payssandu haviam sido rebaixados à segunda divisão. Em consequência, essas agremiações abriram mão da prática do futebol, com a perda de lugar para times em ascensão na época. Porém, o aparente maior rigor moral não era seguido pelos times que controlavam a liga, com a remuneração indireta se alastrando e dominando o cenário do futebol no Brasil (PEREIRA, 2000).

Um jornalista de O Estado de São Paulo relata, de forma apaixonada, a condição em que o amadorismo se encontrava então:

“O profissionalismo já não anda mais disfarçado. Faz-se tudo às claras, com o conhecimento de todos, notoriamente. As maiores patifarias são praticadas às claras e os seus promotores abrem-se publicamente, contam quanto recebem ou quanto pagam. Discutem os preços, há até concorrência! Uma vergonha inominável!” (GAMBETA, 2013, p. 382)

A diferença entre os pagamentos dos jogadores era o principal problema. Em meio ao clima nacionalista, aguçado após a Primeira Grande Guerra, tratava-se de traição ao dever cívico algum jogador se impor declarando os ganhos ou reivindicando respeito à profissão dos que participavam das exhibições. Somente nas vésperas da profissionalização formal é que um jogador se manifestou nesse sentido, Fausto, o “maravilha negra”, jogador do Vasco em 1931 (PEREIRA, 2000).

Durante uma excursão do time carioca à Europa, ele e outros de seus companheiros foram seduzidos por um contrato milionário oferecido a eles pelo Barcelona. Ao justificar-se a um repórter d’O Globo, Fausto disse “passamos fome vestidos com o traje da fama” (PEREIRA, 2000, p. 302) e que a quantia que receberia no Barcelona “seria o produto de dez anos de trabalho ininterrupto, de incessante e infernal luta contra a vida” no Brasil. Assim, ficava evidente que existia uma possibilidade de ascensão social concreta para os jogadores de futebol, tese defendida por Mário Filho em “O negro no futebol brasileiro”.

Isso fez com que outros atletas vislumbrassem as possibilidades que um tratamento profissional do futebol poderia trazer. Atletas de peso da época, como Domingos da Guia, após publicamente se mostrar contrário ao profissionalismo, admite que o regime seria uma necessidade inadiável para o progresso do futebol e que não se envergonharia em ser profissional, estando inclusive disposto a sair da própria terra natal para jogar futebol com remuneração, caso encontrasse boas vantagens. Posição desdenhada pelos *sportsmen* das primeiras décadas do século XX, como Marcos Mendonça e o próprio “pioneiro” Oscar Cox, que consideravam o processo “resultante

da substituição gradativa dos princípios idealistas pelos utilitaristas entre as classes moças”, uma “desgraçada avalanche que ameaça os alicerces morais de todas organizações esportivas de todo o mundo” (PEREIRA, 2000, p. 303).

Além disso, várias tensões raciais se sucedem. Perseguições a Leônidas da Silva, ataques a jogadores negros do Flamengo por não poderem representar o clube no exterior, entre outros episódios. A regulamentação do profissionalismo apareceria como uma boa solução aos impasses entre os sócios, que por vezes utilizariam de trato diferente conforme a cor e a origem social do atleta, e os jogadores, já que:

“Diferenciando claramente jogadores de sócios, ele permitiria que se fossem respeitados os critérios técnicos de escolha das equipes sem que se dissipasse o preconceito e as discriminações raciais que se faziam presentes em torno de jogadores como Leônidas e Gradin. Isso explicava porque, no começo dos anos 30 – quando Mário Filho começava no jornal O Globo uma grande campanha em favor do novo regime – a maior parte dos dirigentes esportivos cariocas já estivesse convencida da necessidade de sua implementação” (PEREIRA, 2000, p. 312).

Os clubes passaram a perceber que seria possível incorporar atletas de grande nível e prestígio como Leônidas em seus plantéis. Jogadores como Domingos da Guia e Leônidas da Silva teriam maior liberdade de buscar receber uma remuneração próxima ao grande destaque que recebiam, o que também permitiu aos clubes brasileiros competir com os clubes uruguaios. Estes ofereciam grandes contratos aos melhores jogadores do Brasil.

O historiador Renato Lanna Fernandez defende, em sua tese de doutorado, que houveram importantes motivações financeiras dentre os clubes para que alguns aderissem ao profissionalismo e outros simplesmente deixassem de praticar o futebol. O autor apoia-se na história do Fluminense, no Rio de Janeiro e do Paulistano, em São Paulo.

Fernandez nota que

“Conforme o futebol tornou-se popular, cada vez mais foi necessário o investimento de maiores somas de capitais. Além disto, novas atividades cresceram em função dele como o aparecimento de jornais especializados e a utilização de propagandas associadas ao evento, entre outras possibilidades. (...) as atividades esportivas não estavam indiferentes ao processo de desenvolvimento econômico global. Seu público tendia a aumentar com o crescimento do nível de rendimento daqueles que se interessavam pelo esporte, inclusive dos setores populares que se beneficiavam da expansão das atividades econômicas no Rio de Janeiro e São Paulo que se aceleravam na virada da década de 1910 para 1920” (FERNANDEZ, 2016, p. 312).

E é essa questão que faz o Fluminense – até então ferrenho defensor do amadorismo e seus valores – se posicionar favoravelmente à adesão ao profissionalismo em 1927, já que o Vasco da Gama inaugurara seu estádio, o São Januário, com capacidade para 50 mil espectadores, o que ameaçava as receitas do Fluminense, que possuía o maior e mais popular estádio de futebol até então. Além disso, o clube tricolor não ganhara um título há 3 anos, pois o Vasco dominara o futebol carioca na época, já que “dificilmente um time que não treinasse constantemente poderia ganhar o campeonato” (FERNANDEZ, 2016, P. 337). A adoção do regime profissional poderia solucionar essa questão, por isso o Fluminense se demonstra contrário à adoção da Liga dos Amadores do Futebol (LAF) como legítima representante do futebol paulista frente à Confederação Brasileira de Desportos.

O enfraquecimento político da LAF demonstrou também o enfraquecimento das tentativas de manter o futebol como um esporte de distinção, já que a questão financeira passa a assumir certo protagonismo. Os campeonatos organizados pela LAF – que contava apenas com o Paulistano como time tradicional – se caracterizaram por baixo público, baixo nível técnico e, conseqüentemente, baixa renda. O próprio Antônio Prado Júnior, representante do Paulistano, chega a afirmar ao jornal Estado de São Paulo que “Do ponto de vista moral e esportivo, julgo que o puro amadorismo seria o ideal. Mas como ideal, não é e nem mais pode ser atingido, entre nós, pelo menos quanto ao futebol” (FERNANDEZ, 2016, p. 341).

Então, em 1929, o Paulistano abandona a prática do futebol. Retira-se, desgastado pelos confrontos políticos que travou ao longo da década de 1920 em favor do amadorismo, mas também por uma crescente falta de interesse no esporte entre os associados do clube, que passaram a preferir a prática de outros esportes, como o atletismo, a ginástica e o tênis. E ainda, analisando a questão financeira, de 1925 a 1929, o clube gastou mais do que arrecadou com o futebol. De acordo com Fernandez, “o futebol no Paulistano já não era um esporte atraente economicamente” (FERNANDEZ, 2016, p. 352).

Em conclusão,

“(…) a defesa do ideal amador, foi sem dúvida uma reação ao processo de transformação que o futebol passava e o profissionalismo fazia parte dele, essa reação tinha como base tradições localizadas que marcavam sua existência e estavam ameaçadas, como o associativismo familiar e o ethos aristocrático tão bem representados no clube. O profissionalismo trazia uma necessidade de reconhecimento do indivíduo pelo seu mérito técnico e não mais pelo seu sobrenome.

Por outro aspecto, para continuar atuando no futebol, o Paulistano teria que desistir do ideal amador, mesmo que mantivesse uma equipe amadora, não teria condições de competir com os quadros que utilizavam jogadores remunerados. Para continuar competindo em alto nível, o clube teria que fazer investimentos financeiros, contratando atletas e adotando o profissionalismo. Essa atitude, além de ir contra seus ideais, esbarrava no desinteresse dos sócios com o futebol.” (FERNANDEZ, 2016, p. 352).

Na década de 1930, então, com a tomada do poder por Getúlio Vargas, um amplo projeto de construção de uma unidade nacional toma corpo, com o futebol, o samba e outras manifestações populares tendo papel importante para o governo como forma de transmitir às camadas populares as bases deste projeto.

Assim, “através da intervenção política, aconteceria a integração tão sonhada que constituiria a identidade nacional” e “o futebol era um desses pilares, a profissionalização nesse contexto era uma questão estratégica para um esporte que se tornava cada vez mais um evento de massas” (FERNANDEZ, 2016, p. 361). A profissionalização do futebol atendia perfeitamente aos ideais varguistas, em uma época de valorização do trabalho. Ademais,

“A assinatura de um contrato com direitos e deveres abria a possibilidade de o clube tratar seus jogadores como funcionários e não mais como um sócio, ele não era mais um igual e sim um empregado sujeito às ordens de seus patrões, não haveria mais conflitos de identidade. Os negros e os pobres estariam dessa forma contemplados e poderiam fazer parte do espetáculo.” (FERNANDEZ, 2016, p. 362).

Os clubes, já visando ganhos financeiros com a massificação do esporte, eram prejudicados com a saída em massa de jogadores para mercados já estabelecidos com o regime profissional. Poucos clubes ainda resistem à ideia do profissionalismo legalizado no começo da década de 1930, mas a Confederação Brasileira de Desportos ainda resistia à ideia, e apesar de ligas e campeonatos sob o regime profissional estarem já estabelecidos tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, a entidade máxima do futebol brasileiro não o admitia oficialmente.

Assim, as ligas profissionais cariocas e paulistas fundam a FBF (Federação Brasileira de Futebol) para contrapor os defensores do amadorismo que ainda dirigiam a CBD. Porém, vendo sua hegemonia ameaçada e percebendo que a defesa do amadorismo não seria mais possível, a CBD passa a aceitar o profissionalismo para esvaziar a FBF e continuar hegemônica na direção do futebol brasileiro (FERNANDEZ, 2016).

Dessa forma, instituiu-se a profissão de jogador de futebol no Brasil, que alavancou a popularidade do esporte de forma vertiginosa, culminando com o grande entusiasmo popular com a Copa do Mundo de 1938, com um selecionado já diferente daqueles que foram enviados em anos anteriores, com uma grande mescla de jogadores negros e brancos, que tornara a identificação popular cada vez maior e que inflou o nacionalismo do Estado Novo de Getúlio Vargas na época.

Conclusão

Como visto ao longo de todo este capítulo, as noções de amador e profissional são ressignificadas e reutilizadas conforme a intenção de quem os cunha. Elas têm conotação diferente através das épocas e dos lugares, com forte impacto no mundo “real”, hierarquizando, excluindo e diferenciando diferentes grupos que travam disputas pelo campo do esporte legítimo.

A valorização do sistema de valores amadores cumpre o papel de resistir à popularização da prática em diversos níveis e em diferentes épocas. Em um primeiro momento, os *sportsmen* britânicos se declaram amadores como forma de afastar-se das práticas populares e violentas do *folk football* inglês e constituírem o futebol como uma prática institucionalizada e que, portanto, pode fazer com que seja disputada uniformemente entre os fidalgos *clubs* do século XIX.

Apesar do amadorismo já ser uma lógica superada em terras inglesas no fim do século XIX, com a popularização e a mercantilização do futebol já estabelecidos, o futebol é introduzido no Brasil, com os estudantes egressos das escolas europeias – principalmente os vinculados à colônia britânica – buscando instituir a prática oficial do futebol no Brasil como um elemento de distinção.

Assim como ocorrem conflitos na Inglaterra até a adoção do profissionalismo, o Brasil também vê a adoção do “amadorismo marrom” aparecer, com a prática de pagar valores aos atletas, perturbando o sistema de distinção que os clubes procuram instituir no início do século XX. Negros e pobres não deveriam fazer parte da prática, já que não compartilhavam o precioso código *sportsmen* com os fidalgos praticantes da época. A popularização deveria enfrentar resistência, já que iria deturpar os valores puros do esporte amador.

Contudo, a possibilidade de maiores ganhos financeiros com um esporte em plena massificação aliada à ideologia de um governo autoritário e intervencionista

facilitou a vitória dos ideais do profissionalismo e do abandono do sistema amador. Porém, gerando consequências futuras devido ao considerável volume de conflitos que este processo gerou: as classes dirigentes ainda garantiriam o comando dos clubes e do futebol, já que a gestão dos clubes se mantém amadora, conservando elementos resultantes dos anos de embate entre profissionais e amadores.

Nos anos que se seguem, outro tipo de futebol passa a adquirir a nomenclatura de “amador”, porém com outro significado e outras implicações. O futebol popular, informal e marginalizado será o foco principal do próximo capítulo: como se estabelece, como muda, quais dinâmicas o afetam e como se diferencia dos outros “futebóis”.

2. Cidade, várzeas e bairros: São Paulo e o futebol varzeano

Introdução

A proposta deste capítulo é investigar e mapear o futebol de várzea na cidade de São Paulo e estabelecer uma trajetória histórica do futebol informal, desde os tempos em que o futebol começara a ser disputado na cidade até o estado atual em que se encontra, limitado às periferias e em espaços cada vez mais escassos. Será pontuado o papel que o mercado imobiliário assumiu no processo e como a valorização constante dos terrenos contribuiu para que os locais de prática ficassem cada vez mais localizados e circunscritos na paisagem da cidade. Também serão analisadas as teorias que permitiram que o mercado imobiliário se estabelecesse na cidade com relativa autonomia, como agente de ideais higienistas e segregacionistas.

Para compreender o espaço e a importância das pesquisas sobre futebol de várzea no Brasil, um exercício interessante é levantar a produção recente anterior sobre o tema. O banco de teses do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) aparece como uma boa ferramenta para este levantamento. Ao efetuar uma busca por palavra-chave e inserir “futebol”, são exibidos um total de 1080 registros, nas mais variadas áreas de concentração, entre teses e dissertações, em diversas universidades brasileiras.

Porém, se verificarmos na mesma base de dados a incidência de teses com as palavras-chave “futebol” e “várzea”, o número cai drasticamente para apenas 15 trabalhos.

Aparentemente, o futebol de várzea não parece ter a devida importância acadêmica, se considerarmos o quanto os campos de várzea representam, em diversos tipos de questões, desde a especulação imobiliária até a construção de identidades periféricas, passando pela formação de jogadores e pelas políticas públicas de esporte nas cidades. Basta um rápido levantamento para identificar, na memória dos jogadores entrevistados para o projeto “Futebol, Memória e Patrimônio”, do Museu do Futebol¹⁷, em conjunto com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, diversas menções de futebolistas da Seleção Brasileira à várzea, à sua importância na trajetória dos mesmos, bem como às dinâmicas e contradições dessa modalidade futebolística.

De 53 entrevistados para o projeto, cujo escopo compreendeu futebolistas que atuaram na Seleção entre as Copas do Mundo de 1954 a 1982, pelo menos 28 citam a várzea como parte de suas origens e do seu começo como jogador de futebol. Além destes, dois a citam em outro registro, como “celeiro” de jogadores, por terem trabalhado como olheiros e coordenadores de times de base. O ex-goleiro Eduardo Stinghen, o Ado, dá um depoimento sobre a necessidade de abrir escolinhas de futebol:

“Eu já sentia que era necessário [montar uma Escola de Futebol], porque São Paulo crescia muito e a periferia também tinha acabado aqueles jogos de várzea, campos de várzea que era o celeiro dos grandes jogadores. Acabou e eu falei: “Ah, vamos fazer escolinha. Pelo menos a gente vai revelar alguns jogadores aí.” E têm alguns jogando por aí, sabe?” (STINGHEN, 2011, p.10)

E Jair Marinho, enquanto relatava sobre suas experiências como olheiro e citava os grandes jogadores que havia revelado, relatou o seguinte:

“Eu tive muita experiência com grande jogador. Fiz vários jogadores profissionais e grandes jogadores que estão na Europa. O Héilton, está no Porto, foi o meu aluno lá, goleiraço. Fui lá buscar ele na várzea.” (DE OLIVEIRA, 2012, p. 3)

Além desses dois relatos, Alfredo Mostarda, Dino Sani, Leão, Félix, Fidelis, Jair da Costa e Luiz Moraes, vulgo “Cabeção”, citam seus começos na várzea paulistana.

¹⁷ Equipamento esportivo pertencente à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, fundando em 2008.

Por seu turno, Ademir de Barros, Zé Maria, Mirandinha e Waldir Peres falam sobre a várzea do interior paulista (Sorocaba, Araraquara, São José do Rio Preto e Garça), enquanto Carlos Alberto Torres e Gérson relatam a várzea fluminense. Paulo Isidoro e Luizinho mencionam a várzea mineira, ao passo que Marco Antônio e Pepe aludem à várzea santista, no litoral paulista, junto com Clodoaldo. Interessante notar que outros 14 ex-jogadores (Índio, Amarildo Silveira, Juninho Fonseca, Coutinho, Antonio Lima, Gallo, Leivinha, Edu, Polozzi, Baldocchi, Zito, Oscar, Renato Valle e Piazza) se referem à várzea em suas entrevistas como “times amadores” e relatam de que foram eles começaram no “futebol amador”.

Como veremos durante o capítulo, o universo relacional da várzea mostra diversas intersecções entre profissional e amador em sua prática. No limite, essa dicotomia se mostra insuficiente para entender o processo de diferenciação que hierarquizou as práticas futebolísticas e, junto ao crescimento urbano de São Paulo e ao processo de especulação imobiliária, resultou na escassez de campos para a realização de partidas do futebol de várzea durante a segunda metade do século XX. Para começar a apresentar este processo, é necessário um levantamento sobre os termos e as definições que foram relacionados a este “outro” tipo de prática do futebol.

2.1. Os “futebóis”: outras práticas e suas definições

Quando nos referimos à primeira partida de futebol em São Paulo – pelo menos a primeira disputada sob as regras institucionalizadas do *football association* –, sabemos que ela foi organizada por Charles Miller e disputada entre a *São Paulo Railway Company Team* e o *The Gas Works Team*, em 14 de abril de 1895 na Várzea do Carmo – localizada então na região central de São Paulo, às margens do Rio Tamanduateí, onde hoje se localiza o Parque Dom Pedro II (GAMBETA, 2013). Como debatido aqui anteriormente, não importa se este foi o ato fundador do futebol em São Paulo ou não, mas o fato de ter sido disputado na várzea de um rio mostra como essas regiões eram visadas para a prática de futebol em seus primórdios.

De acordo com Wilson Gambeta, a várzea dos rios Tamanduateí e Tietê não foram os focos de prática e disseminação do futebol informal em São Paulo. Não havia necessidade de ocupar terrenos alagadiços e que concentravam lama, mosquitos e mato na época das chuvas, já que a oferta de terrenos secos para as partidas era ampla. Não existiam campos fixos na várzea e alguns jogos improvisados aconteciam somente na

época da estiagem. As obras de retificação do rio, o desmonte do Morro da Glória e o nivelamento das várzeas fizeram com que a região permanecesse inabitável entre 1911 e 1914, não podendo ter havido partidas nesse período.

Somente após a conclusão destas obras, largas áreas planas ficaram disponíveis em ambos os lados do rio, resultado de um projeto urbanístico que buscava reproduzir em São Paulo um parque de estilo europeu, com grandes áreas reservadas ao lazer. É somente a partir desta época (de 1915 em diante) que as expressões “campeonato da várzea”, “futebol varzeano” e “time de várzea” começam a ser utilizadas e só alcançam as páginas de esportes dos jornais na década seguinte, com jornalistas como:

“Thomaz Mazzoni, um imigrante italiano cuja carreira na imprensa esportiva se iniciou em 1920, aos dezenove anos de idade, atribuiu de modo anacrônico os nomes “várzea” e “varzeano” ao início do futebol, cerca vinte anos antes. Em sua opinião, na antiga várzea do Carmo estaria a origem geográfica do “pequeno futebol” na cidade. Na verdade ele idealizou um berço varzeano para o jogo de bola, projetando para o passado o que conheceu na juventude, quando militou nos clubes daquela região. O mito da origem varzeana é repetido até os nossos dias.” (GAMBETA, 2013, p. 186)

O próprio Mazzoni, na década de 1950, passa a utilizar-se de outros termos para distinguir as práticas em São Paulo: “pequeno futebol”, que seria o praticado nas várzeas e o “grande futebol”, o que ocorria nas disputas organizadas pela LPF, o chamado “futebol de elite”. Tal denominação contrastiva também aparece no livro do historiador José dos Santos Neto, em “Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil” (2002).

Já outro jornalista, Salathiel Campos, sugere em 1934 que existiram o “futebol oficial” e o “futebol de várzea”, sendo que o primeiro originou o segundo, que tomou rumo próprio. Considerando estas diferentes possibilidades de interpretação e nomeação sobre os diferentes “futebóis” praticados em São Paulo, Gambeta sugere que se use “futebol informal” e “futebol de espetáculo”. Tal utilização permite que as diferenças sociais entre os praticantes não se dissolvam dentro dos nomes dados às diferentes práticas. Como demonstrado em sua tese de doutorado na USP, o “futebol de elite” não era praticado somente pela elite¹⁸, portanto o “futebol de várzea” não seria praticado somente por pobres e operários. O historiador dá ênfase ao fato de que diversos trabalhadores da camada média, trabalhadores qualificados e mestiços ricos também

¹⁸ Para mais detalhes, ver GAMBETA, 2013.

participavam das disputas, não podendo admitir que se tratava de uma prática majoritariamente branca e da elite cafeeira. (GAMBETA, 2013).

Além da terminologia simples, que consiste em separá-los somente em “futebol amador” e “futebol profissional”, é necessário recorrer então a dois autores da Antropologia para auxiliar nos termos que serão usados daqui em diante: Luiz Henrique de Toledo e Arlei Sander Damo.

Toledo apresentou sua tese de doutorado em Antropologia Social em 2002, na Universidade de São Paulo, fruto de intensa pesquisa etnográfica. Nela, o autor busca verificar como, a partir da vivência estabelecida entre os diversos atores, o futebol “gesta e anima as diversas práticas na sua fruição, aqui e alhures, engendrando configurações culturais específicas” através do estudo de diversas ritualizações inseridas no cotidiano, e não apenas no que seria o “momento ritual” da própria partida em si (TOLEDO, 2002, p.36).

A novidade e originalidade deste modelo está, digamos, na “fragmentação” da prática e do saber futebolístico que compõem o campo de atuação do profissionalismo debatido anteriormente aqui. Ao invés de enxergar o par dicotômico em duas categorias estanques, imutáveis e sólidas, Toledo colabora para que ao menos uma delas se mostre mais complexa e viva.

Assim, temos três categorias de atores que determinam essas práticas no futebol profissional: os profissionais, os especialistas e os torcedores. Ou seja, não são somente os que o praticam, o organizam e o institucionalizam como esporte de alto rendimento que determinam suas significações e suas práticas. O modelo ternário inclui também os que maximizam e exploram seus acontecimentos diariamente, através da mídia, e os que se utilizam de matrizes emocionais e atitudes valorativas para estabelecer o futebol como parte integrante de suas vidas.

Dessa forma, estabelece-se uma tipologia em que um termo estático passa a dotar de significações mais aprofundadas e com maior valor hermenêutico, que procuram instrumentalizar melhor a complexidade que envolve a prática e a lógica do futebol no Brasil. Tal tipologia será adotada com propósito semelhante por Arlei Sander Damo, antropólogo social formado pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), porém com os tipos ideais servindo para compreender um espectro maior de práticas futebolísticas no Brasil, e não só a modalidade profissional, o que pode nos aproximar de uma categoria mais apropriada para ser utilizada.

Assim como a partir de 1863, com a instituição das regras do *football association*, todas as outras práticas de jogo com bola na Inglaterra passam a ser caracterizadas como *folk football*, ou “jogos pré-modernos”, e a sua forma de estabelecimento (e consequente resistência) se assemelha ao processo de estabelecimento de línguas oficiais, procurando instituir-se como “oficial” e “legítimo”, apesar da persistência de certos dialetos ao longo do território. São essas práticas resistentes e alternativas ao *association* que Damo chama de “versões bricoladas” (DAMO, 2007).

Quanto ao papel da FIFA e da International Board nesse processo, vale recorrer novamente a Damo, em *Do dom à profissão*:

“O controle sobre as regras do *association* cabe, na atualidade, à Internacional Board (IB), instituição centenária, associada à FIFA que, por seu turno, é responsável pelo gerenciamento direto ou indireto das competições futebolísticas mais importantes em termos econômicos. Qualquer mudança nas regras do *association* que, por seu turno, tendem a desencadear mudanças na dinâmica do jogo e, portanto, no espetáculo (...) são debatidas e só então autorizadas por este comitê que, por assim dizer, presta auxílio à FIFA. Todavia, a IB não tem como impedir que o *football association* seja praticado para além do seu controle, pois também a FIFA não dispõe de mecanismos impedindo que se organizem eventos futebolísticos para além do seu domínio e muito provavelmente isto não lhe interesse.” (DAMO, 2007, p. 34)

Temos, portanto, que o domínio da FIFA e da International Board nada mais possui do que o monopólio sobre o futebol praticado e apreciado em forma de espetáculo, o que gera bens simbólicos com valores econômicos bem definidos (e consideráveis)¹⁹. Assim, existem diversas formas de futebol além dessa versão monopolizada.

A prática futebolística necessita, então, de uma estrutura primordial para que seja considerada: duas equipes, dispostas em territórios distintos, perseguindo objetivos iguais, porém assimétricos. A ação se dá sob um conjunto de regras que determina tempo, espaço e os limites entre o que é lícito e ilícito. A título de exemplo, o uso das mãos algo sempre vetado, a não ser pela posição diferenciada do goleiro. À luz destas condições, Damo denomina quatro matrizes em que essas diferentes formas de prática articulam-se: a espetacularizada, a bricolada, a comunitária e a escolar.

¹⁹ Segundo uma reportagem de Jamil Chade para o jornal Estado de São Paulo em 2015, a FIFA teria faturado R\$16 bilhões com a Copa do Mundo no Brasil em 2014 (CHADE, 2015).

A primeira, espetacularizada, é aquela que acontece sempre sob o ordenamento do sistema FIFA-IB e que articula e mobiliza diversos tipos de atores (como já visto em Toledo (2002), embora a terminologia não tenha sido empregada pelo autor). É também a matriz notabilizada por uma intensa e complexa divisão social do trabalho, capaz de prescrever aparatos coercitivos mais bem desenvolvidos para evitar a ultrapassagem do limite do ritual agonístico, que culmina na violência física. Tal situação pode ocorrer com certa frequência pelo nível elevado de tensão e conflito que são atingidos devido à mobilização de todo aparato que circunda a matriz espetacularizada.

Importante notar também que é a matriz onde mais atores são envolvidos e, portanto, se cobra mais deles, como relata Damo no seguinte trecho:

“A excelência performática, por seu turno, é uma exigência que se impõe de fora para dentro, mediada pelos interesses do público, dirigentes, críticos e patrocinadores. Ela acarreta na dedicação exclusiva e remunerada de quase todos os profissionais diretos - e não apenas dos atletas. Dos atletas, exige-se preparação específica para os eventos (jogos) e a especialização em relação ao uso das técnicas corporais, individuais e coletivas, condição indispensável para que elas sejam exibidas ao público. A exibição na forma de um confronto espetacularizado, que tende à separação entre vencedores e perdedores, é fundamental para a produção e circulação das emoções dos torcedores, antes, durante e depois do espaço-tempo do jogo propriamente dito (...)” (DAMO, 2007, p.40).

A segunda, bricolada, por sua vez, é aquela matriz onde as práticas são mais livres e não são reguladas por nenhum ordenamento, federação ou órgão. A prática bricolada pode ser desde uma “pelada” na rua, na praça, na quadra ou na praia. Nestas situações, pode mudar-se de lado a cada gol, devido ao espaço de disputa ser uma ladeira ou até mesmo a prática religiosa de futebol *society*, após o expediente de um grupo de colegas de trabalho. Na matriz bricolada, afinal, “joga-se com o que se dispõe, adequando-se as regras e os recursos materiais” (DAMO, 2007, p.40).

Não se verifica tão clara a divisão do trabalho durante uma partida dentro dessa matriz. Quando muito se diferenciam atacantes de defensores, são sempre arranjos situacionais, sem qualquer repetição prévia de fundamentos ou exigência performática que não seja a dos colegas de time interessados em saírem vitoriosos. Também, por estar à mercê dos agenciamentos, as regras são adaptadas e arbitradas pelos próprios praticantes baseados em acordos comuns, e eventuais autoritarismos são regulados pelo próprio grupo, com a eventual expulsão de algum membro que esteja perturbando a ordem social estabelecida ali naquele momento.

Em uma posição intermediária em relação às duas primeiras matrizes, está a terceira matriz, a comunitária. Esta refere-se às práticas do denominado futebol de várzea ou de todos os futebóis disputados no contexto dos bairros e das periferias de grandes cidades. O que mais caracteriza essa prática, segundo Damo, “é a presença de quase todos os componentes do espetáculo, mas diferindo em escala.” (DAMO, 2007).

Ou seja, existe divisão social do trabalho dentro e fora de campo, porém precária. Existem técnicos e dirigentes, porém o técnico não tem tempo de treinar a equipe durante a semana e tampouco os dirigentes se dedicam inteira e exclusivamente ao clube. O capital corporal exigido é menor do que o do futebol espetacularizado, porém o acesso a essa prática não é tão poroso quanto o bricolado. A grande mídia não separa tempo para cobrir as disputas e as federações estaduais não enxergam nessa prática prioridade para organização de campeonatos e disputas (DAMO, 2007).

A quarta matriz, escolar, refere-se à prática, como é estabelecida nas aulas de educação física no ambiente das escolas. Trata-se da relação de ensino e aprendizagem aliada aos usos do corpo e dos capitais futebolísticos pelos professores, em nível de ensino fundamental e médio. Esta última difere da prática bricolada, tal como empregada nos pátios escolares, antes das aulas e nos recreios. Trata-se de avaliar como o Estado, através de suas políticas educacionais, se insere neste contexto de reprodução uma pedagogia corporal (DAMO, 2007).

Tendo contato com estas definições, vemos que a distinção que Gambeta sugere (informal x de espetáculo) abriga diversas formas de práticas dentro do escopo do “futebol informal”. Os futebóis de matriz comunitária, bricolada e escolar estariam todos dentro da mesma categoria, o que não permitiria diferenciar uma partida de futebol bricolado disputado entre colegas de trabalho após o expediente de uma final de campeonato varzeano, eventos que possuem uma carga de seriedade, no sentido definido por Huizinga, extremamente distintos.

Porém, adotar o termo “futebol comunitário” para falar de todas as práticas localizadas ao longo do tempo traz um problema: a falta de documentação e de registros dos clubes que não se profissionalizaram não nos permite identificar se o que ocorria desde o começo do século XX, em São Paulo, eram disputas que apresentavam componentes do futebol de espetáculo em menor escala ou se eram partidas mais próximas da matriz “bricolada”. Nesta, a prática era mais desinteressada e as regras e recursos materiais eram readequados para que uma partida simplesmente fosse disputada.

Sabe-se que na primeira década do século XX diversas ligas foram fundadas em diversos lugares de São Paulo, todas tendo como modelo a estrutura oligárquica da LPF, porém tendo times que não faziam parte do quadro de disputa desta. Gambeta destaca que:

“Em novembro de 1903 foi formada a Segunda Liga de Football de Primeiros Teams. No ano seguinte foram fundadas a Liga Paulistana de Football, a Liga Internacional de Football e a Liga Paulista de Football Infantil. Uma nova Segunda Liga Paulista de Football foi criada em 1905 e duas outras no ano seguinte, chamadas de Terceira e de Quarta que, apesar dos nomes, não estavam subordinadas entre si. A Liga Americana de Football e a Liga Escolar foram organizadas em 1907. Fora da capital apareceram em 1904, a Liga Santista de Football e a Liga do Centro com clubes de Campinas, Amparo, Casa Branca, Mogi Mirim e Itapira. Essas entidades não se unificaram em federação e outras centenas de clubes permaneceram independentes, com campeonatos e jogos casuais entre si.” (GAMBETA, 2013, p. 190).

Idealmente, deveríamos ter acesso a relatos diversos sobre os times que se enfrentavam dentro destas ligas e das centenas de clubes independentes e identificar diferenças e semelhanças entre suas práticas para definir o que seria “bricolado” e o que seria “comunitário” nessa época. Como um dos principais problemas ao investigar o futebol de várzea é o fato de “ser (...) um campo de fontes escassas e renitentes” (SILVA, 2013, p. 17), não será possível resolver este dilema aqui. Portanto, o termo que será usado a partir de agora, para se referir ao futebol que não se encaixa nem no sistema de espetacularização nem no improvisado das peladas informais, será o de “futebol varzeano”.

Apesar de este termo carregar um sentido pejorativo resultante do processo de desvalorização social do espaço das várzeas, o que será explicado mais adiante, os praticantes não procuram carregar este estigma e não tem problemas em resistir e buscar ressignificar a categoria. Exemplo disto é o fato da existência de uma Federação Paulista de Futebol Varzeano, em vigência desde 2008, que busca facilitar a organização de campeonatos, promover eventos e administrar atividades de times ligados ao futebol de várzea (ALVES, 2012).

Apesar da ressalva de Gambeta de que o futebol “informal” só dominou a várzea a partir de 1915, será empregado o adjetivo “varzeano” mesmo em eventuais relatos anteriores a esse período, já que o termo se refere a um tipo de prática e de percepção dela e não especificamente a uma questão territorial.

2.2. Os primórdios do futebol varzeano e a ascensão do Sport Club Corinthians Paulista

Durante os anos 1910, as disputas oficiais do futebol em São Paulo possuíam um endereço próprio: o Velódromo Paulista, localizado no morro da Consolação. O estádio havia sido palco de práticas esportivas anteriores, como o turfê e o ciclismo, o que explica a origem do seu nome. Era um local que, em um primeiro momento, procurou estabelecer e apresentar ao povo paulistano a superioridade dos hábitos desportivos e o traço de distinção e modernidade almejado por determinados membros da elite. Porém, o argumento de que a prática do futebol se popularizou somente a partir das apresentações dos times filiados à LPF desconsidera o peso de outras práticas no processo. Isto demonstra uma tendência a seguir a história oficial e a repetir a memória canônica, própria de quem procurava no período justamente atrair para si, por meio do registro escrito, a exclusividade do pioneirismo e do protagonismo.

Como indica Bourdieu, “o esporte, como toda prática, é um objeto de lutas entre frações da classe dominante e também entre as classes sociais” (1983b, p. 147). Portanto, tais elites possuíam o interesse em se estabelecer como dominantes no campo dos esportes. Um indicativo desses conflitos é a dificuldade e as resistências que o *Sport Club Corinthians Paulista* enfrentou ao tentar adentrar o campo de disputas do futebol “oficial” da LPF em São Paulo, durante a segunda década do século XX.

O jornalista Thomaz Mazzoni apontara, em 1955, que a entrada de um clube varzeano no círculo de disputas oficial seria dificultado, acima de tudo, por “preconceitos sociais” (MAZZONI *apud* GAMBETA, 2013, p. 180). O cronista Lourenço Diaféria, escrevendo sobre a história do Corinthians, narra alguns detalhes interessantes sobre esses primórdios do futebol varzeano, como por exemplo que

“A várzea não era uma coisa única. Na verdade, ela se desdobrava em ‘várzeas’, espalhando-se pelos rios e córregos, assumindo o caráter dos bairros onde se situavam. O *football* das várzeas ia criando seus ‘reis particulares’(...). Certos embates varzeanos, como os jogos entre o Aliança e o Domitila, seu maior rival, ainda que não ocupassem uma linha sequer nos jornais da época, mexiam com a cidade.” (DIAFÉRIA, 1991, p. 18).

Deixando de lado eventuais exageros e romantizações, sabemos que o futebol varzeano já mobilizava um número considerável de pessoas. O problema da falta de fontes ainda é real, já que os jornais da época relutavam em relatar as disputas varzeanas. Júlio de Mesquita Filho, por exemplo, era associado ao *Club Athletico*

Paulistano e também proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*. Ou seja, defendia os interesses de seu clube ao evitar propagandear as práticas diversas que ocorriam na cidade. Outra razão devia-se ao fato de que “a maioria dos *teams* da várzea tinha vida efêmera. (...) as agremiações (...) se formavam quase sempre por impulsos passageiros e entusiasmos ocasionais” (DIAFÉRIA, 1991, p. 19).

Uma marca que o começo do Corinthians carregara consigo e que até hoje é verificado nos campos de várzea é a fluidez na circulação de jogadores. Depois de fundado, o time procurou trazer para si os melhores jogadores de alguns conceituados clubes da várzea então, como o Botafogo da Paula Souza, o Pary e o Domitila, e passou a entrar em disputas até mesmo com times do interior do Estado. Porém, quando não existia nenhum jogo marcado, os atletas voltavam a vestir a camisa e jogar nos times dos quais foram recrutados. Isto é, “jogador varzeano era sinônimo de atleta voluntário que jogava no sábado à tarde, no domingo de manhã e no domingo de tarde. Em três times diferentes, defendendo três camisas. Sempre foi assim, normal.” (DIAFÉRIA, 1991, p. 60).

O historiador Plínio José de Campos Negreiros, em sua dissertação de mestrado sobre a gênese do Sport Club Corinthians Paulista, afirma que

“A informação de que os jogadores do SCCP também praticaram o futebol por outros clubes, concomitantemente, revela algumas conclusões. Antes de tudo, é fato de que não havia rigidez na organização do futebol informal, na qual o jogador, excetuando jogos de campeonatos, jogava em vários clubes na mesma época. Isso quando não eram vários embates no mesmo dia. Por outro lado, reforça a ligação que o SCCP tinha com o futebol varzeano.” (NEGREIROS, 1992, p. 72)

Obviamente, quando o time atingiu o patamar que o permitiu pleitear a disputa dos campeonatos da LPF, havia recrutado não só diversos jogadores da várzea, mas também nos times de grupos escolares e escolas particulares. Isso fazia com que alguns lamentassem que “os métodos antigos com que se formaram as brilhantes equipes do Athletic, do Paulistano e do Mackenzie, tão salutareis e nobres, tenham caído em desuso”.

E continuavam a se queixar de que:

“São Paulo transformou-se num vasto campo de *football*. Há sociedades por todos os cantos.... Os *clubs* da Liga acolheram em seu seio rapazes da várzea. Fizeram bem? Acharmos muito justo que os operários, os humildes, participem das refregas, mas os operários e humildes que compreendem os seus deveres de *sportsmen*. Desta forma apareceram ao Velódromo, da noite para o dia, inúmeros *sportsmen* de outras plagas e de outros costumes.... Os antigos, fiéis aos velhos hábitos, receberam com hostilidade os seus companheiros. E daí, desse encontro inesperado, que era, aliás, uma consequência inevitável do

progresso do *football*, resultaram os factos tristíssimos de 1909 a 1912...” (DIAFÉRIA, 1991, p. 71)

Esse relato jornalístico lamenta os tristes fatos de 1909 a 1912, anos em que ocorreram “uma sucessão de discussões em campo, de arbitragens desastradas, apelações ao conselho de representantes, resultados alterados após os jogos e recursos dirigidos à assembleia geral” (GAMBETA, 2013, p. 312), associando-os à ascensão de jogadores vindos da várzea e não à tensão resultante desse processo. Trata-se da falta de *sportsmanship* dos que não compartilhavam desse código, que, como visto anteriormente, sempre foi um instrumento de defesa e legitimação da elite esportista quando sentia ameaçada sua posição dominante nos esportes.

O Corinthians consegue ingressar no campeonato da LPF em 1913, depois de uma tentativa frustrada de ingressar no ano anterior na vaga do Sport Club Internacional, que se retirara da competição. Porém, de acordo com Negreiros,

“Esse fato implica que o SCCP já preparava a sua entrada para o futebol oficial de São Paulo, que certamente obrigou-o a iniciar um processo de mudanças no sentido de adaptar-se a essa nova realidade. Ou seja, concessões necessárias, realizadas pelo clube do Bom Retiro, com o intuito de facilitar seu acesso à organização do futebol oficial.” (NEGREIROS, 1992, p. 73)

Mas, ainda assim, vê os times mais “tradicionais” da época se retirarem da LPF. Em contrapartida, funda-se a APEA (Associação Paulista de Esportes Atléticos), que torna as regras mais rigorosas para o ingresso de jogadores advindos da várzea. Através do empréstimo de seus jogadores a times como o Mackenzie, o Ipiranga e o Scottish Wanderers, o Corinthians atestou a qualidade que seu time possuía e acaba readmitido em 1917, quando a APEA passa a aceitar os clubes remanescentes da LPF (ANTUNES, 1992).

Ainda assim, como já relatado, o desejo de participar do futebol oficial “fizeram o SCCP percorrer caminhos que, possivelmente, destoariam dos seus primeiros anos de vida”, ou seja, “não se tem garantias de que os mesmos operários fundadores, organizadores e administradores do clube continuariam a influenciar, de forma decisiva, os destinos do SCCP” (NEGREIROS, 1992, p. 74). Negreiros apoia-se no relato do ex-jogador Neco, que afirma ter encontrado com um homem que o ofendera, causando uma briga no jogo entre Corinthians e Minas Gerais em 1913, dizendo que “o Corinthians é um time de carroceiros” anos mais tarde, agora trabalhando como tesoureiro do clube. Neco disse ter se entristecido, pois “nem ao menos o homem era corinthiano e só estava

lá por causa do dinheiro que tinha” (p. 75). Este homem era Manuel Domingos Correa, que viria a ser o décimo oitavo presidente do SCCP.

Importante ressaltar que, para conseguir seus objetivos, o Corinthians dependeu de mecenas e colaboradores ricos, como o já citado acima para garantir que os custos de aluguel de campos para treinar e de locomoção de seus atletas não fizessem o time desaparecer, como diversos outros times da várzea no início. Mesmo operando de forma diferente de um time de várzea, a imagem de clube de origem popular e, portanto, não digno de disputar um esporte tão refinado como o futebol.

A resistência em relação aos “operários e humildes” e a tentativa da elite de estabelecer sua posição privilegiada no campo determina diversos processos que buscaram isolar, diferenciar e segregar o futebol varzeano, tanto no campo simbólico, quanto no campo urbano-geográfico. A seguir, será estudada uma importante forma de futebol “operário e humilde”, matriz que acrescenta significado à discussão subsequente: o futebol de fábrica.

2.3. O futebol popular: várzea, fábrica e os movimentos operários

Além dos clubes de várzea, os clubes mantidos por empresas e indústrias foram um outro meio importante de democratização do esporte. Como exemplo clássico temos o *The Bangu Athletic Club*, fundado em 1904 por técnicos e mestres têxteis, contratados da Inglaterra, que buscavam um clube para se divertirem nas horas de folga e lazer.

Não obstante, o número de jogadores não permitia formar duas equipes fechadas e as tentativas de buscar outros compatriotas de empresas inglesas falharam, devido à distância do bairro suburbano em relação a outras regiões do Rio de Janeiro, principalmente o Centro. A situação fez com que eles resolvessem recorrer aos operários da tecelagem. E assim, uma camada social que nunca havia tido acesso a um jogo até então de prática exclusiva da elite e da colônia inglesa, passa a praticar o *football* (ANTUNES, 1992).

O que fez do Bangu um exemplo paradigmático é o fato de que a agremiação já nasce com os trabalhadores incorporados no seu quadro, ao contrário do caso de outros clubes cariocas de elite e da colônia inglesa. Porém, nada disto teria sido lembrado se o time não tivesse tido o êxito esportivo alcançado, disputando torneios com o Botafogo, o Fluminense, entre outros clubes já importantes de então. O sucesso da sua empreitada

se dá não apenas pelo apoio da empresa na formação do clube, como também pela colaboração material e financeira na manutenção da atividade, de modo que:

“A direção da fábrica passava a subsidiar as atividades do clube; por exemplo, cedendo um terreno de propriedade da empresa para a construção do campo de futebol e da sede social ou, então, contribuindo para o pagamento de aluguéis. Mensalmente, ela oferecia ao clube uma quantia em dinheiro, a fim de complementar seu orçamento, que incluía despesas com conservação e limpeza da sede social e do campo, pagamento de impostos, energia elétrica, limpeza dos uniformes, transporte de jogadores e outras. Quanto ao material esportivo, a fábrica poderia fornecer desde as camisas até as bolas e as chuteiras.” (ANTUNES, 1992, p. 35).

Ainda assim, a empresa procurava exercer um certo controle sobre o clube e suas atividades, exigindo relatórios de atividades, balancetes e outros modos de verificar se estaria havendo um retorno do dinheiro empregado nestas atividades. Apesar de os operários serem os principais promotores das atividades atléticas do clube, a diretoria alvirrubra contava sempre com os cargos mais importantes da fábrica também, dentre chefes, diretores, gerentes, mestres, etc. Tal característica das relações e hierarquias patronais favorecia a disciplinarização e evitava que os trabalhadores fabris tomassem conta dos rumos do clube, restringindo-os àqueles que já controlavam a fábrica.

A socióloga Fátima Antunes²⁰ recorre a pelo menos três referências para responder à questão acerca das razões motivadoras dos empresários no exercício do controle sobre estes clubes, ao invés de apenas os aprovarem. Trata-se dos autores Anatol Rosenfeld, Alfred Wahl e Waldenyr Caldas. O primeiro trabalha com a hipótese de que o incentivo ao futebol entre os operários seria uma forma “de domesticar seus corpos para o trabalho e de infundir neles um sentimento de grupo, identificado com a empresa” (ROSENFELD *apud* ANTUNES, 1992, p. 38).

Já Wahl, ao analisar o processo de difusão do futebol na França:

“refere o claro interesse dos empresários daquele país em promover, através do futebol, uma identificação clube-empresa e, conseqüentemente, a crença de que jogadores, trabalhadores e patrões formavam uma grande ‘família’. A vitória no futebol aumentaria o ‘orgulho’ do trabalhador pelo clube e pela empresa dos quais fazia parte. O sentimento de integração poderia, assim, reduzir os conflitos no local de trabalho, otimizando a produção.” (WAHL *apud* ANTUNES, 1992, p. 39)

²⁰ José Sérgio Leite Lopes também versa sobre isso em seus artigos sobre os jogadores Garrincha e Ramon, ambos vindos do futebol fabril. Para mais detalhes, ver Leite Lopes, 1992.

Além disso, Wahl destaca a extraordinária capacidade de promoção dos clubes dos empregados deles, citando o exemplo dos clubes do banco *Société Générale* e da montadora *Peugeot*:

“No começo do século, empresas criaram sua própria equipe de futebol. Assim, a *Société Générale* fundou o CASG, cujos jogadores foram geralmente chamados de “bancários”. Para os dirigentes do banco, o interesse da operação era duplo: primeiro, o clube de futebol constituiu, em razão de seus bons resultados, um suporte publicitário de impacto crescente; depois, a empresa reuniu o potencial de coesão e de espírito “casa” difundido entre os jogadores e os espectadores pelas emoções experimentadas em uníssono durante as partidas. Entre os amantes do futebol da *Société Générale*, desenvolveu-se uma espécie de patriotismo de empresa. A família Peugeot imitou este caso exemplar mantendo, em primeiro lugar, o U.S. *Valentigney* e fundando, posteriormente, o F.C.*Sochaux*.” (WAHL *apud* ANTUNES, 1992, p. 39).

Para Waldenyr Caldas, o argumento de que os industriais se valiam do futebol como forma de aprimorar a disposição e a disciplina física dos trabalhadores não é plausível. Vislumbrando um sucesso maior do time, e, conseqüentemente, da fábrica, a seleção dos atletas que representaria o clube passa a ser mais rigorosa e apenas os melhores integrariam a equipe. Portanto, a questão do aprimoramento físico só seria plausível caso todos os trabalhadores tivessem acesso às atividades (CALDAS *apud* ANTUNES, 1992).

Sendo o futebol uma atividade paralela ao emprego na fábrica, os operários que integravam o time passaram a receber os mais diversos benefícios em sua atividade profissional regular, como flexibilização da jornada e dispensas para treinos, trabalho mais leve aos melhores jogadores, possibilidade de promoção mais rápida. Assim, com o sucesso do clube, o time do Bangu era mais conhecido que a própria tecelagem, resultando em vantagens para os produtos da empresa e possibilitando às camadas menos favorecidas uma nova possibilidade: a de fazer carreira como operário-jogador (ANTUNES, 1992).

Tal paradigma não se limitou apenas ao Bangu, apesar de este ser o mais emblemático e exitoso. Outros exemplos de clubes de fábrica, alguns criados até mesmo antes do Bangu, são: o Votorantim Athletic Club, fundado em Sorocaba, interior de São Paulo, em 1902; o Crespi F.C. fundado em 1909 na Mooca, em São Paulo, que iria dar origem ao Clube Atlético Juventus em 1930; o Gasômetro F.C.; a Aniação Paulista; a Fábrica Sant’Ana, entre outros que foram documentados na década de 1920, mas não tiveram projeção nem perenidade.

Os auxílios financeiros, em um primeiro momento, se restringiam à compra de equipamento esportivo, pagamento de aluguel do campo de futebol e despesas com transporte de jogadores. Após o ingresso dos times de fábrica nos campeonatos e a necessidade de sucesso neles justamente para a divulgação da marca da empresa, estas eram obrigadas a montar equipes mais competitivas, melhor preparadas e com jogadores de boas qualidades técnicas.

Isso passa a fazer o “capital esportivo” ser o mais importante no momento de contratação destas fábricas, sendo preferido o bom jogador ao bom operário. O quadro motiva formas distintas de remuneração e disputas, como nota Fátima Antunes:

“Oferecia-se uma remuneração especial aos operários-jogadores sob a forma de pequenos presentes e serviços diversos, de gratificações e, inclusive, de um segundo salário. Muitos trabalhadores viam-se estimulados pela possibilidade de complementar os ganhos provenientes do trabalho na fábrica com os ‘bichos’ pagos aos jogadores. Com esse propósito, engajavam-se nas acirradas disputas internas por uma posição no time, o que foi motivo de vários conflitos entre os próprios trabalhadores.” (ANTUNES, 1992, p. 51).

Além dessas questões, clubes de fábrica eram constantemente acusados de praticar o “amadorismo marrom”, já que muitas indústrias costumavam registrar os jogadores recrutados exclusivamente para o time como empregados regulares, a fim de encobrir seus respectivos salários. Esta resistência ocorre principalmente no Rio de Janeiro, onde os clubes não admitiam trabalhadores disputando partidas entre eles.

Antes mesmo desses tipos de queixas, o Bangu já havia sido prejudicado por uma resolução da Liga Carioca em 1907 que não permitia que negros fossem sócios e, conseqüentemente, jogassem futebol no campeonato. Tudo isso depois de várias queixas do “cansativo deslocamento” para disputar as partidas em Bangu de outros membros de times da liga durante a disputa do Campeonato de 1906²¹.

Porém, como visto no capítulo anterior, à época da disputa sobre o amadorismo, diversos clubes, não necessariamente fabris, já se valiam de sócios ricos e influentes para empregar os melhores jogadores em suas empresas e obter os mesmos benefícios, devido ao alto grau de competitividade que as disputas foram tomando (GAMBETA, 2013).

Esse sentimento de pertença dos operários-jogadores à empresa, decorrência de todos vínculos paternalistas que os uniam causou uma importante oposição à prática futebolística dos movimentos operários comunista e anarquista, que tentaram por

²¹ Para mais detalhes, ver PEREIRA, 2000, p. 66-68

diversos meios em um primeiro momento impedir e combater a prática (PEREIRA, 2000).

Como citado anteriormente, a afirmação de Hobsbawn sugeria um curioso descompasso: enquanto, no fim do século XIX, o futebol já havia se consolidado como cultura proletária na Inglaterra, ao mesmo tempo ele começava a ser adotado pela elite no Brasil. Conforme a prática foi-se disseminando e popularizando, passou a fazer parte da cultura proletária nas cidades brasileiras também. Nos anos 1920, por exemplo, boa parte dos bairros operários contava com seus times de várzea, os clubes de fábrica tinham seus grêmios esportivos organizados e em plena atividade, as camadas menos favorecidas encampavam o futebol em seu cotidiano, a exemplo dos moleques dando pontapés nas bolas, dos trabalhadores nos bares conversando sobre as disputas ou assistindo às partidas nos inúmeros campos espalhados pela cidade.

Tal movimento não passou despercebido pelos movimentos comunistas e anarquistas, que possuíam uma considerável inserção no proletariado urbano e industrial nestas primeiras décadas do século XX. Consideravam o futebol um “esporte burguês”, um “poderoso ópio capaz de minar a união e a organização de classe” (ANTUNES, 1992, p. 42). Sem embargo, enquanto representantes de uma ideologia do operariado se ocupavam de tais debates e discussões, o gosto pelo futebol se enraizava e a prática ia conquistando cada vez mais adeptos.

Em um primeiro momento, as organizações anarco-sindicalistas até toleravam que houvesse *matches* de *football* e bailes em suas festas de propaganda, embora as considerassem elementos culturais próprios da burguesia, impostos aos trabalhadores. A tolerância, no entanto, decorria de sua subordinação à “eficácia da pregação libertária” (ANTUNES, 1992).

Porém, esse posicionamento passa por uma revisão em ambas correntes – anarquista e comunista –, quando a imprensa operária passa a denunciar a presença da classe dominante nos bairros, procurando estabelecer um domínio sobre o proletariado de diversas maneiras, dentre elas o futebol. Isto acarreta uma volta ao antigo debate da esquerda segundo a qual este esporte desvirtuava a luta e a consciência de classe: “A prática do futebol, principalmente nos clubes de fábrica, levava os trabalhadores a defender o nome da empresa, separando-os e colocando-os em confronto.” (ANTUNES, 1992, p. 44).

Além da denúncia da exploração do trabalho nas fábricas e das más condições da vida, a luta tinha por foco o combate à sujeição dos trabalhadores à ordem burguesa no seu dia-a-dia. Ademais:

“Lutavam contra o desinteresse dos trabalhadores pelos teóricos socialistas e pela necessidade de organização sindical. Acusavam os trabalhadores de só se interessarem pelos bailes e pelo futebol, elementos culturais ‘impostos’ pela burguesia. A responsabilidade por tal situação, em parte, cabia aos próprios trabalhadores, como apontavam alguns jornais, por se deixarem levar por esses ‘brinquedos’” (ANTUNES, 1992, p. 44).

A visão dominante das principais lideranças sindicais da época considerava o direito de associação e de prática do esporte como legítimo somente em sociedades socialistas, em que o trabalhador teria seu tempo de lazer assegurado pela oferta de equipamentos de lazer que o Estado colocaria à disposição: clubes, cinemas, teatros, campos de esporte, bibliotecas, etc., como já acontecia na União Soviética. Porém, a forma como era praticada por aqui somente seria uma “artimanha de divisão da classe” e uma forma de distração da necessidade da revolução (STÉDILE, 2015).

O que ocorre em seguida – mais especificamente na década de 1920 – é que, pelo menos alguns dos movimentos sindicalistas comunistas passam a integrar o futebol às suas atividades, procurando organizar o lazer operário para contrapor-lo à cultura burguesa. Procuravam utilizar o futebol como meio aglutinador da classe, como mais um campo de luta pela “libertação de todas as formas de miséria e opressão”.

Essa opção por parte do movimento comunista pode ser explicada pela criação da Internacional Desportiva Vermelha, vinculada à “Terceira Internacional”, movimento sob hegemonia do Partido Comunista da União Soviética. Esta surge em 1921 e considera as atividades esportivas um bom meio de arregimentar a juventude para a militância comunista, decidida a criar seções em países onde não existia um movimento esportista operário. Apesar de ter tido uma breve existência, pois é dissolvida em 1937 pela Internacional Comunista, é notória a influência das decisões da IC sobre os Partidos Comunistas locais, devido ao seu caráter verticalizador (STÉDILE, 2015).

A popularização e a inserção do futebol no dia a dia do operariado e a tensão que isso acarreta obriga os movimentos a ressignificarem a prática ou a aceitarem a cisão de posições no interior da militância. Por exemplo, as vertentes anarquistas passam a criticar a proposta de apropriação da prática esportiva pelos comunistas, dentre outras práticas “burguesas, como os bailes. Para tanto, dizem que os sindicatos com longa

tradição de luta passariam a ser “meros centros esportivos e dançantes” (DECCA *apud* ANTUNES, 1992, p. 48).

Desde o começo do século, os movimentos anarquistas demonstravam preocupação em relação a práticas “condenáveis” que enfraqueciam o corpo para a luta, como o alcoolismo e a frequência aos “bailes”. O futebol acabara por ser associado diretamente a esses “vícios”, apesar da sugestão dada pelo jornal gaúcho “A Luta” em 14/11/1908, de que seriam benéficos:

“Exercícios ao ar livre, no campo onde se respira o ar puro, saudável [...] [sendo] mesmo de grandes resultados para o desenvolvimento físico e a higiene do organismo, de que tanto carecem a maior parte dos jovens, de ambos os sexos, ocupados diariamente em trabalhos fatigantes e as mais das vezes insalubres.” (BILHÃO *apud* STÉDILE, 2015, p. 93)

A ideia então era de instituir um processo identitário que afastasse a imagem construída pelo discurso dominante. Este associava o trabalhador à preguiça, ao vício e à indisciplina. Tal discurso teve, em sua elaboração, diversos referenciais teóricos e fez parte tanto da instituição do futebol como prática elitista em seu início quanto da segregação espacial sofrida pelo futebol varzeano décadas depois. As origens e características dessa ideologia serão investigados a seguir.

2.4. Os ideais higienistas e a domesticação dos corpos

Em seu livro “Footballmania”, Leonardo Pereira descreve a visão que um cronista da Gazeta de Notícias teria sobre o advento dos esportes náuticos em 1903:

“[O cronista] atestava esta transformação em artigo transcrito por um periódico esportivo deplorando o tempo em que o esporte ‘era apenas a capa em cujas dobras só mascarava o jogo’, e no qual ‘a multidão’ via nas atividades esportivas não ‘a regeneração e o aperfeiçoamento da raça humana’, e sim o ‘palpite’, a ‘aposta’, a ‘sedução do mais empolgante de todos os vícios’” (PEREIRA, 2000, p. 42)

Como os mais antigos esportes considerados fidalgos, o turfe principalmente, enfrentaram as mais diversas resistências por parte das autoridades devido ao grande volume de apostas feitas neles através da venda de *poules* e também aos grandes tumultos causados por espectadores insatisfeitos ou desconfiados sobre o resultado das corridas de cavalo. Era necessário ressignificar as práticas de modo a afastar-se da

conotação vulgar que o esporte tinha por ser diretamente relacionado às apostas (GAMBETA, 2013).

O aumento e a proliferação dos clubes de futebol nesse começo de século não podem ser enxergados isoladamente de uma outra tendência presente: a da valorização da Educação Física dentre as camadas letradas brasileiras, que nutriam forte desconfiança em relação aos exercícios ginásticos. Apesar de as propostas de incorporação dos exercícios corporais nas escolas remontarem aos anos 1870, travava-se de atitudes isoladas, o que preocupava alguns médicos, como o Dr. Eduardo de Magalhães. O doutor alude à necessidade da ginástica para as crianças em artigo de 1900, defendendo que a importância dos exercícios seria ainda maior no Brasil do que nos países europeus, pois “eles ficaram melhor aquinhoados que nós”, por serem “melhor guiados e sustentados pela regular variedade das estações e pela tonacidade do clima” (PEREIRA, 2000, p. 37).

Assim sendo, é iniciada uma grande campanha pela imprensa de valorização dos exercícios. Parte expressiva da elite letrada considerava o país e o povo atrasados em relação aos europeus não só por que “não há nação robusta sem educação física”, mas também pela mácula da mestiçagem. Assim:

“O cuidado com o físico estaria na base de uma educação completa e saudável, pois ela geraria no indivíduo um ‘robusto equilíbrio orgânico e mental’. O alvo principal seria, neste sentido, a juventude e a infância cuja educação, para estes médicos e educadores como Paulo Lauret, decidiria sobre ‘o seu futuro e o da sociedade’” (PEREIRA, 2000, p. 38)

O doutor Álvaro Reis, na defesa sua tese na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1904, argumentava que os exercícios físicos deveriam ser acompanhados de prazer e de interesse. Seu caráter recreativo contribuiria para que não se tornassem enfadonhos. A recreação seria decorrência da dimensão lúdica dos jogos e dos *sports*, que colaborariam no aperfeiçoamento orgânico da mocidade. Todos os interessados em promover o vigor físico da nação deveriam exaltar o esporte, defendendo o princípio latino da “mente sã e corpo sã” e vendo nele um elemento de “preservação contra a decadência e a moléstia” (PEREIRA, 2000, p. 39).

A preocupação em relação à “decadência e a moléstia” baseava-se nos conceitos da política higienista, que assumira certo protagonismo na política e na imprensa brasileira, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. Os higienistas propunham, então, padrões de moradia, alimentação e organização familiar aos habitantes da cidade.

Definiam regras e condutas a ser seguidas, particularmente ao povo pobre e operário, que estaria supostamente depauperado por séculos de inércia e de passividade (PEREIRA, 2000).

Em São Paulo, por exemplo, os esforços higienistas começaram devido à preocupação com as epidemias do fim do século XIX e início do XX. O higienismo associou-se à política imigratória da então ascendente metrópole do café. Com o fim da escravidão, a vinda de imigrantes europeus baratearia o custo da produção e criaria uma oferta permanente de mão-de-obra. Porém, o medo gerado por surtos epidêmicos, como febre amarela, fez as entradas de imigrantes decrescerem de 120 mil ao ano entre 1890 e 1899 para 50 mil entre 1900 e 1904 (ROLNIK, 1997).

As teorias higienizadoras e as campanhas sanitaristas foram apropriadas e postas em prática no Brasil nesse período. Elas baseavam-se, em especial, na lei francesa da higiene residencial, datada de 1850. Conquanto as condições de moradias e a extensão dos problemas fossem distintas, se consideradas as cidades brasileiras ainda em formação, os fundamentos médicos que inspiraram o aparato legal francês influenciaram várias gerações de higienistas, formados principalmente pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro.

A teoria mais recorrente era a dos fluidos, explicada abaixo:

“Segundo a teoria dos fluidos, que dominava o pensamento médico produzido essencialmente na França desde o século XVIII, o ar e a água eram considerados veículos mórbidos, portadores de emanações fétidas e pútridas, conhecidas como miasmas, transmissores de doenças. A inalação dos miasmas poderia provocar uma ruptura do equilíbrio do organismo, obstruindo as vias de circulação do sangue e ocasionando o surgimento das febres. Os pântanos e todos os lugares que acumulassem detritos, dejetos, insetos e matérias em decomposição eram considerados fontes produtoras de miasmas. Assim, as teses de medicina forneceram um paradigma para orientação e forma de construir moradias, constituindo as primeiras regulamentações presentes nos Códigos de Posturas.” (ROLNIK, 1997, p. 40).

Em um primeiro momento, a teoria inspirou regulamentações urbanas em relação a questões técnicas, como o alinhamento, a forma das edificações nas esquinas e a altura dos pavimentos. Porém, com o tempo, a teoria do contágio deslocou-se do meio físico para o meio social e do espaço público para o privado, responsabilizando a população urbana miserável e seus hábitos pela propagação das epidemias. Evidência desse pensamento está nos pareceres de médicos e engenheiros fornecidos ao Conselho Superior de Saúde Pública do Rio de Janeiro em 1886:

“A vida em *commum* facilitada por esta solidariedade espontânea das classes pobres que, para se defender na luta pela Vida. Se congregam e mesmo se amontoam em casas quasi em ruina, em porões, em córregos, carecidos dos mais elementares requisitos hygienicos é fonte de muitas moléstias, como é causa de múltiplos delítos. Em geral, essa população é constituída por gente de inferior cultura. E entre esses de espirito simples, tolerantes, desprezam os mais necessários preceitos de decoro e respeito mútuo, e a intimidade vão ligando numa trama apertada as mais diversas mentalidades, bem como aproximando às vezes as mesmas tendências. Resultando desta massa heterogênea a criminalidade, a prostituição, a doença, e mantendo baixo o nível moral e physico desta gente.” (...) “Diminuir o número de moradores nas casas destinadas aos pobres é providência útil e hygienica, e é por isto que certas medidas policiaes e municipais conviriam ser adoptadas. Como é sabido, é nas estalagens e cortiços que vivem agglomeradas as centenas de vagabundos, capoeiras, etc. que impestam moralmente esta cidade“ (ROLNIK, 1997, p. 40-41)

Ao associar doença, imoralidade e pobreza, as moradias precárias eram demarcadas como território rejeitado na cultura urbanística da cidade. Vale ressaltar que, com o passado escravista pouco distante, as relações de trabalho foram alteradas sem uma modificação nas estruturas sociais e econômicas que formavam tal desigualdade. Isto ocasionou a concentração de trabalhadores não aproveitados por essa nova configuração nos centros urbanos e em suas moradias precárias. Somada a esta situação, uma alegada “predisposição genética à degeneração física e moral” consolidaria o discurso de que os pobres urbanos seriam por si só perigosos. E não só perigosos à saúde pública devido à teoria do contágio, mas também problemáticos em relação à organização do trabalho e à manutenção da ordem pública (STÉDILE, 2015).

Seguindo a lógica do imaginário político,

“(...) as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre repressão é ociosidade, que temos citado, a estratégia do combate ao problema é geralmente apresentado em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores.” (CHALHOUB *apud* STÉDILE, 2015, p. 80)

Assim, entende-se o porquê da ênfase na importância dada ao esporte dentro da ideologia higienista, principalmente em relação à juventude. As classes superiores atribuíam ao operariado uma imagem “infantil” e preferiam a tutela e a instrução do operariado, como estratégia para impedir a atuação de “organismos estranhos”. Isto

leva, mais adiante, às medidas paternalistas que os clubes de futebol de fábrica adotariam em relação aos seus operários-jogadores.

Além disso, no caso do esporte, a higiene e a “salubridade pública” foram argumentos utilizados por empresários para que pudessem realizar espetáculos públicos de esportes²². Estes contribuiriam para o desenvolvimento das forças físicas e dispensariam a cobranças de impostos dos organizadores. A higiene “transformava-se, portanto, em uma grande aliada dos patrocinadores e praticantes dos novos esportes, dando-lhes a justificativa moral para sua lucrativa diversão” (PEREIRA, 2000, p. 40).

No período, mesmo ferrenhos críticos dos esportes e do culto ao físico passavam a reconhecer que “talvez seja de utilidade para a nossa raça abastardada tal desenvolvimento da educação física”. A cronista do jornal “O Paiz”, Carmen Dolores, denunciava os perigos do embrutecimento e salientava a humilhação aos intelectuais, que possuíam “mais cérebro do que pulso” (PEREIRA, 2000, p. 44).

Pode-se constatar que a ideologia higienista já se encontrava incrustada no imaginário social. Graças a ela, o valor da educação física teria ganho “foros de uma verdade inquestionável”, através da sucessiva repetição de seus preceitos por todos os meios. Diversos esportes disputariam então a proeza de esporte mais útil para os ideais higienistas. Estava em jogo a modalidade mais “legítima”, quando considerado o grau de benefício acarretado ao desenvolvimento corporal, seja o turfe, o remo, a pelota e até mesmo o *baseball*.

Tal “batalha” se daria através da imprensa, uma disputa também por capital financeiro, considerando-se as isenções de impostos que alguns jogos haviam logrado na ocasião. Outra frente foi travada na luta por capital simbólico, o que implicava agressivas retóricas de seus respectivos praticantes. Em decorrência, os empresários poderiam lucrar com mais investimentos públicos em tais esportes.

Os refinados *sportsmen* que se reuniam nos clubes de futebol usaram de diversos argumentos em favor da emergente prática, como o fato de ser “um dos primeiros exercícios de atletismo ao ar livre”. Postulavam ainda que “o atleta precisa estabelecer a coordenação dos músculos e da vontade e (...) de um golpe de vista conhecer a situação e planejar seu jogo”, e exaltavam a coordenação de movimentos exigida pela prática. Esta não poderia competir com o remo ou a luta romana, quando considerado o

²² Nesse caso mais especificamente, o “jogo de pelota”, “um esporte espanhol que consistia em dois competidores arremessando com raquetes em forma de arco uma pequena bola contra um paredão, perdendo aquele que não conseguisse rebater a jogada do adversário.” (PEREIRA, 2000, p. 40).

desenvolvimento da força dos praticantes. A coordenação de movimentos corporais durante o jogo então estimularia “o bom funcionamento de todos os órgãos”, o que garantiria seu “efeito útil para a saúde” e faria do futebol um “exercício aprazível” (PEREIRA, 2000, p. 47).

Porém, o grande trunfo dos defensores do futebol foi conseguir argumentar que o futebol, além de desenvolvimento físico, promoveria o desenvolvimento moral dos seus praticantes, como afirma:

“(...) o cronista da revista O Malho (...) em 1905 que, ‘de todos os sports atleticos oferecidos à mocidade para sua regeneração física’, o futebol seria o ‘mais belo e mais completo’ enumerando, depois, as ‘qualidades morais que cada jogador adquire’ na prática do novo esporte: ‘Em primeiro lugar o espirito de disciplina que adquire pela obediência absoluta que a cada jogador é imposta para com o seu comandante, o espirito de decisão e iniciativa inteligente que o jogo sugere pelo imprevisto das peripécias, o desprezo dos perigos que ele exalta, o estoicismo que inspira por algumas de suas consequências e finalmente o admirável espirito de solidariedade e de abnegação que exige de todos os seus adeptos’” (PEREIRA, 2000, p. 47).

Tal característica estava em plena harmonia com os princípios da política higienista, que fazia do físico e do intelecto duas esferas indissociáveis. Isto fez com que a disseminação da prática do futebol em seus primeiros anos fosse saudada e exaltada. O futebol seria o jogo da higiene e da saúde. Com a consolidação da feição nobre do jogo, os praticantes trouxeram apoio e legitimidade para suas associações, efetivamente traduzindo o poderoso capital simbólico que os ideais amadores *sportsmen* traziam desde a sua gênese na Inglaterra em capital simbólico e financeiro no Brasil:

“Fazendo-se representantes naturais de um país do futuro, mais forte e sadio, os *sportsmen* reunidos em torno dos clubes do futebol juntavam a força da ciência com um pretendido refinamento do novo esporte inglês, fazendo do futebol um elemento que lhes conferia papel de grande destaque. Com a propaganda ao culto físico ocasionada por suas atividades, construía para si mesmos a aura de modelos que deveriam ser seguidos pelo restante da massa de gente sem força e saúde que, na sua visão, comporia a população carioca. De proposta médica para a sociedade, a higiene convertia-se em meio de legitimação da identidade construída por estes rapazes que se juntavam nos clubes de *foot-ball* tentando firmar para si o papel de salvadores da sociedade, patrocinadores de uma luta que teria como objetivo a salvação de todos.” (PEREIRA, 2000, p. 52).

Contudo, o caráter restritivo assumido pelo futebol em sua prática oficial faz com que fique clara a presença da ideologia higienista em sua conformação. Ela serviu apenas para que os praticantes do futebol elitizado se estabelecessem como seus

praticantes legítimos no Rio de Janeiro. O próprio médico Álvaro Reis, que em 1904 defendeu os benefícios do esporte em sua tese, afirma nela mesma o abuso da prática do *foot-ball*. Este teria benefícios somente para a “mocidade mais preparada”.

Outro médico defendia na Gazeta de Notícias que os exercícios atléticos exigem várias condições para serem efetivos para a saúde, que “nem sempre se acham reunidas”: só poderiam ser praticados “por órgãos solidamente construídos e isentos de qualquer estorvo nas funções nutritivas”. Desse modo, as visões médicas colaboram para a exclusão da população pobre da prática do futebol, dando argumentos e referenciais aos sócios dos clubes elegantes para manter o acesso à prática restrito (PEREIRA, 2000, p. 57).

A disseminação da ideologia e o discurso higienista contribuíram para a diferenciação espacial de práticas do futebol, principalmente em São Paulo. Em seguida, será estudado o processo de segregação e de periferização que o futebol varzeano sofreu ao longo dos anos e como a prática desse futebol continua viva até os dias de hoje.

2.5. As “classes perigosas” e a segregação espacial

Havia, no fim do século XIX e começo do XX, uma preocupação grande e flagrante tanto em São Paulo como no Rio, com as “classes perigosas”. Após a abolição da escravatura, os debates recorrentes na Câmara dos Deputados do Império falavam sobre um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade. Afinal, muitos estavam preocupados com as consequências da abolição da escravatura para a organização do trabalho.

Tornava-se necessário estabelecer quais seriam tais classes e como combatê-las. A principal fonte utilizada era a de um compêndio francês publicado em 1840 por um alto funcionário da polícia de Paris, chamado M.A. Frégier. Através de diversos relatos, inquéritos e estatísticas policiais, ele buscou detalhar todos os tipos de “malfeitores” atuantes nas ruas de Paris. Ao longo de sua detalhada descrição, diversos aspectos das classes pobres são relatados, sem um maior cuidado de estabelecimento preciso da fronteira entre “classes perigosas” e “classes pobres” (CHALHOUB, 1996).

Essa falta de clareza em seu trabalho proporciona e favorece a visão dos parlamentares sobre a questão do trabalho, a ociosidade e a criminalidade. O próprio Frégier chega a ser citado durante as discussões do projeto de lei:

“As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas – ; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade” (CHALHOUB, 1996, p. 21).

Faltava aos parlamentares que debatiam a questão, então, a própria clareza da distinção entre as palavras “pobres” e “viciosas”, por serem usadas de maneira conjunta. Tem-se, pois, que o vício maior seria a falta de gosto pelo trabalho e acarretaria justamente a condição das classes pobres e sua definição como classes “perigosas”.

A consequência dos resultados dessa discussão determina, em grande parte, a visão dominante sobre as populações pobres e justifica certas políticas em relação a eles. Como o historiador Sidney Chalhoub assinala:

“Assim é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torna-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história subsequente de nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia age do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que os outros” (CHALHOUB, 1996, p. 23).

Toda a lógica dessa situação remete aos interesses ao redor da nova organização do trabalho pós-escravidão: já que não era mais possível manter a força de produção acorrentada ao local de trabalho, a teoria da suspeição generalizada legitimou uma política de repressão contínua fora do ambiente laboral, amputando a possibilidade do trabalhador de “não estar” em seu lugar de trabalho. Assim, a manutenção da “ordem” passa a ser percebida como algo que pertence à esfera do poder público e a suas instituições específicas de controle (CHALHOUB, 1996).

Paralelamente a esse processo, a demanda por moradia crescia, em grande parte devido à abolição da escravatura e mais futuramente devido aos fluxos migratórios. Ao mesmo tempo, os terrenos em áreas centrais valorizavam-se. O resultado desses fatores foi a construção e proliferação de cortiços nas áreas centrais das grandes cidades.

O cortiço surge do estímulo à superutilização dos lotes nessas áreas, sendo uma construção em que os cômodos são subdivididos no maior número possível de cubículos, alternativa de moradia barata em cidades que viviam momento de “explosão” dos preços de imóveis. Tal explosão foi possível devido “ao deslocamento do capital

imobilizado no escravo para a terra e da possibilidade aberta pelos estabelecimentos bancários de lastrear empréstimos para lavoura e outros negócios através de hipotecas” (ROLNIK, 1997, p. 103).

São justamente os cortiços um dos primeiros lugares privados a sofrer intervenção pública, em nome das teorias higienistas, sendo o proletariado o principal alvo. Primeiro são impostas regulações públicas quanto ao espaçamento e à ventilação dessas moradias, com a justificativa do medo em relação à teoria do contágio. Tais regulações impossibilitariam a existência de diversos cortiços, face à demanda por reformas custosas e demoradas. Em seguida, são proibidas as construções desse tipo de habitação, bem como de casas operárias e de cubículos na área central da cidade de São Paulo.

Essas medidas praticamente institucionalizam a proibição dos pobres no centro da cidade. Esta procurava passar a imagem de cidade moderna, de locomotiva do país, de metrópole. Como explicitado por Rolnik a seguir:

“A primeira preocupação da legislação municipal, além de redesenhar as áreas centrais, foi eliminar estas formas de ocupação da área mais valorizada o centro da cidade. Com a proibição [da instalação de cortiços, casas de Operários e cubículos], proibiu-se genericamente a presença de pobres no centro da cidade, que no momento em estudo era o principal objeto de investimentos através dos chamados ‘Planos de Melhoramentos da Capital’. Esse tipo de intervenção no território ‘popular’ complementava o projeto urbanístico municipal de construção de uma nova imagem pública para a cidade, aquela de um cenário limpo e ordenado que correspondia a respeitabilidade burguesa com a qual a elite do café se identificava. Tal preocupação era explícita nas determinações do Código para a construção não-coletiva e não destinada aos trabalhadores, apesar de, mesmo nos grandes e ricos sobrados, a maior parte dos dormitórios não ter janelas ou aberturas para o exterior, não foram estabelecidas exigências de iluminação e ventilação para esses aposentos.” (ROLNIK, 1997, p. 37)

Dessa forma, boa parte dos projetos de melhoramento urbano serviram, em um primeiro momento, como forma de separar as classes dominantes das “classes perigosas”, através de barreiras nem sempre visíveis, mas identificáveis nas leis (SÊGA apud STÉDILE, 2015).

A prática do futebol na metrópole paulista, entretanto, não precisou do poder do Estado: os *sportsmen*, os jogadores legítimos, estabeleceram suas barreiras em relação ao proletariado através de capital simbólico, principalmente. O fato de as disputas futebolísticas oficiais em São Paulo serem abertas ao público estavam de acordo com o pensamento e com a visão da elite paulistana à época, com a valorização de uma imagem de modernidade e liderança (GAMBETA, 2013).

2.6. Futebol varzeano, política e as disputas por espaço

Como debatido anteriormente, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, as ligas estabelecidas para regulamentar a disputa do futebol oficial possuíam caráter exclusivo e excludente. Em São Paulo, a pequena quantidade de clubes – cinco, no total – e a dificuldade de inserção de mais clubes na disputa determina o estabelecimento do lugar de cada um dos clubes: os que participassem da Liga Paulista de *Football* jogariam no Velódromo Paulista, espaço transformado em campo de futebol através de iniciativa do *Club Athletico Paulistano* em 1901. Os demais clubes e praticantes deveriam buscar outros lugares para jogar, expressando a necessidade de transpor diferenças sociais a diferenças físicas (MENDES, 2013).

A administração municipal que possibilitou essa conversão do Velódromo tinha assíduos frequentadores e ainda sócios das associações do futebol oficial, como a família Prado e o futuro prefeito Washington Luís, associados ao Clube Atlético Paulistano. A especialização dos espaços de disputa na cidade começa neste momento, com plena concordância das classes dominantes quanto às “classes perigosas”, inseridas também no campo do futebol.

Para Mário Cardim, jornalista *de O Estado de São Paulo* e um dos fundadores do Paulistano, dividir a Várzea do Carmo com os populares poderia acarretar confusão em relação aos lugares sociais de cada grupo. Com o Velódromo enfim revertido para os jogos oficiais, o futebol “informal” passa a ser retratado com crescente desdém e termos pejorativos, como no trecho abaixo:

“Um ‘ground’ em polvorosa – Na várzea do Carmo, dois ‘times’ anônimos de menores desocupados se empenharam ontem às três e meia horas da tarde, num ‘match’ de ‘futebol’, com entusiasmo belicoso de dois cães na disputa de um osso” (MENDES, 2013, p. 38)

Termos como “anônimos”, “desocupados” e “menores” seriam utilizados cada vez com mais frequência para designar os praticantes do futebol varzeano, como forma de os diferenciar dos *sportsmen* amadores dessa época. É também nesse contexto que os termos “varzeano” e “de várzea” passam a ser utilizados de forma pejorativa, com sentido negativo.

O futebol oficial e elitista passa a utilizar, além do Velódromo, o antigo Hipódromo da Mooca e o Parque Antarctica para seus jogos, enquanto os antigos locais

frequentados pelos associados dos clubes – a Várzea do Carmo, a Chácara Dulley e a Chácara White – situavam-se nas regiões da várzea dos rios Tamanduateí e Tietê. Ante a rejeição ao passado escravagista, uma nova elite, composta por *sportmen*, arvora-se moderna e modernizadora. A prática do futebol nas várzeas é então rejeitada e associada a “anônimos”, a pessoas de menor importância social. Em contrapartida, os jovens desportistas almejam moldar o futebol como “um dos elementos que compunham sua distinção social, como algo que lhes era *próprio*.” (MENDES, 2013, p. 26).

Concomitantemente, a área de rios e adjacentes já era usada para partidas informais de futebol, já que apresentavam um limite para alguns processos urbanos como habitações ou indústrias, por serem superfícies inundáveis. Contudo, a noção de várzea passaria a ser mais abrangente com o processo de ocupação das margens do Rio Tietê devido à implantação de ferrovias próximas, já que:

“(…) com o processo de ocupação das margens do rio Tietê, as áreas além dos trilhos da linha de trem entre a Lapa e a Barra Funda em direção ao rio Tietê ou entre a Avenida Celso Garcia e o mesmo rio também foram tratadas pela população como várzeas. O mesmo processo ocorreu com as margens do rio Tamanduateí, ampliando-se posteriormente para abranger todos os habitantes de regiões sujeitas às enchentes nas várzeas de outros riachos e córregos da cidade. As populações pobres que ocupavam essas áreas ficavam conhecidas como *varzeanas*.” (STREAPCO, 2015, p. 39).

Assim, o termo varzeano adquire um sentido negativo não só em relação à prática do futebol nesses terrenos, mas também associando a população varzeana à sujeira devido às cheias dos rios que levavam água e lixo para dentro das casas dessas pessoas. Dessa forma, os praticantes do futebol oficial referem-se aos praticantes do futebol fora de sua estrutura como varzeanos dando um duplo significado negativo. Estes são associados a lugares já “superados” pela prática oficial e a uma população suja. Lembre-se que os praticantes do futebol de elite em seus primeiros anos eram um dos detentores da legitimidade higienista que o esporte adquire nessa época.

Assim como acontecia com outras áreas associadas à população pobre, portanto “perigosa” e “insalubre”, as várzeas foram alvo de diversos processos urbanísticos e interventores. O prefeito Washington Luís, por exemplo, comentava sobre a Várzea do Carmo em 1916:

“... uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos, e, ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa” e também a considerava “a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de

negras emaciadas pela embriagues habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos [...]. Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita.” (MENDES, 2013, p. 20).

A primeira região de prática de futebol varzeano a ser atingida foi justamente a Várzea do Carmo, local em que Charles Miller teria organizado a primeira partida de futebol em São Paulo. A região passou por um demorado e custoso processo de “saneamento”. Com as margens do Tamanduateí retificadas e a construção do Parque Dom Pedro I na região, um processo de valorização dos terrenos acabou por expulsar o futebol varzeano da região central, como aconteceu com os cortiços anteriormente (MENDES, 2013).

De acordo com a agenda higienista da época, a Várzea do Carmo sofre intervenção por ser mais uma das áreas centrais que estavam sofrendo um processo de valorização e, portanto, deveria ser “limpa” das “classes perigosas”. Em compensação, as várzeas do rio Tietê, mais afastadas da região central e em harmonia com a política de periferação das vilas operárias para locais mais distantes do centro, não sofrem grandes intervenções, pelo menos até a década de 1940. Isto permitiu que:

“(…) atividades de lazer e de subsistência nascidas nos séculos anteriores nela se mantivessem até, pelo menos, a instalação das avenidas marginais. Assim as pescarias, os passeios, os piqueniques, os banhos, as lavagens de roupas e utensílios domésticos e a coleta de areia e pedregulho para uso nas olarias dos arredores, próprias do cotidiano da cidade no século XVIII, adentraram o século XX.⁵² A não intervenção na várzea do Tietê naquele momento permitiu também que práticas novas como o futebol fossem integradas a essa dinâmica num local bastante adequado para sua realização.” (MENDES, 2013, p. 22).

Somente em meados dos anos 1940 as várzeas do Tietê também viriam a sofrer alterações urbanísticas. Conforme afirma a geógrafa Odette Seabra, em sua tese de doutorado:

“Como toda obra de produção da cidade (asfalto, iluminação, praças, etc.) a retificação em projeto e a retificação em execução abria enorme perspectiva da valorização de terras. Tanto daquelas beneficiadas imediatamente como eram as várzeas, como das áreas adjacentes, envolvendo até mesmo a cidade como um todo.” (SEABRA, 1987, p. 114).

Dessa forma, as várzeas ainda não haviam sido retificadas e submetidas a um processo de valorização imobiliária. Elas se encontravam sob esse processo, que converge com a questão higienista em razão da necessidade de “rendimento social” dos

terrenos. Enquanto os discursos e modelos higienistas eram replicados e aplicados de diversas maneiras na década de 1910, Victor da Silva Freire, diretor municipal de obras da cidade de São Paulo por 27 anos, entre 1899 a 1926, discordava de algumas questões. Baseado na experiência americana de urbanismo e legislação, ele e outros engenheiros municipais procuravam reinterpretar a questão social de habitação dos pobres, introduzindo um novo elemento à discussão: a rentabilidade do solo urbano (ROLNIK, 1997).

Dessa forma, a discussão sobre as dimensões das residências é retomada com outra necessidade: a redução dos pés-direitos e a verticalização das casas. Estas iriam “aumentar a superfície do solo a capitalizar”. Explicita-se então a visão da produção imobiliária como negócio dentro do próprio aparato estatal, desafiando certos preceitos higienistas, como a necessidade de ventilação e a exigência de uma cubagem de ar mínima, por exemplo.

Porém, isso não acarreta uma ruptura com o modelo higienista, apenas o complementa. A tese era a de que avanços na técnica urbanística poderiam garantir as condições de higiene moralmente aceitas e, ao mesmo tempo, fazer investimentos urbanos altamente lucrativos. Assim, constitui-se um dos aspectos fundamentais na legislação urbana de São Paulo, que, segundo Raquel Rolnik, “tem um papel positivo – proteger os investimentos – e outro negativo – evitar a ameaça representada pelo contato com usos e grupos sociais indecentes e insalubres” (ROLNIK, 1997, p. 46).

Assim, a retificação do rio Tietê e a consequente instituição do Plano de Avenidas não devem ser interpretadas somente à sombra da questão higienista. Saliente-se também a importância que a valorização de uma grande área e seus arredores teria para o negócio imobiliário da cidade. Vários desses usos complementares da região estão descritos neste detalhamento do Plano de Avenidas:

“(…) apresentava a construção de avenidas marginais que resolvessem o problema de drenagem do rio, além de objetivar a urbanização da várzea. Prestes Maia previa avenidas de tráfego rápido, instalações esportivas, a localização de linhas e estações de estradas de ferro, bairros de habitações para os operários de indústrias e o aeroporto da cidade. A margem direita do rio Tietê seria reservada para a relocação das ferrovias e para a criação de bairros industriais. Na altura da Ponte Grande seria criada uma nova Estação Geral, que conteria todas as estações em um só edifício. Já em sua margem esquerda, a avenida marginal seria reservada para a circulação de automóveis, tendo que receber desta forma calçamento, arborização e iluminação.” (ALMEIDA *et al*, 2013, p. 22).

Um investimento público em infraestrutura desse porte acarretaria a valorização dos terrenos, atingindo o duplo objetivo ao qual Victor Freire se referia: a alta do preço dos terrenos nas várzeas expulsaria as classes pobres e “insalubres” da região e permitiria investimentos imobiliários de alta rentabilidade.

De acordo com o historiador João Paulo Streapco, o Plano de Avenidas e outras diversas obras como a Avenida Nove de Julho e o Estádio Municipal:

“... apresentavam para a municipalidade as novas formas de ocupação das várzeas da cidade intencionadas pela Prefeitura, com os rios devidamente canalizados e ocupados pelas grandes avenidas, soluções que foram largamente adotadas na segunda metade do século XX. O processo, testemunhado pelos habitantes da cidade (...), de grandes intervenções urbanas desse período começou ainda no final dos anos 1930 e se consolidou em meados dos 1970, representando um duro golpe ao chamado futebol varzeano. Nesse período, todo o leito do rio Tamanduateí foi canalizado, boa parte foi transformada em pista para automóveis e sumiu da paisagem urbana; as margens dos rios Tietê e Pinheiros viraram grandes avenidas expressas; outras várzeas viraram avenidas. Os terrenos vazios desapareceram junto com os campos servindo de justificativa para muitos paulistanos afirmarem que o futebol de várzea corria o risco de morrer.” (STREAPCO, 2015, p. 32).

A partir desse momento, então, o futebol varzeano começa a vivenciar diversas dificuldades no que diz respeito à oferta de campos vazios para disputar partidas. Essa preocupação em relação ao espaço da várzea e à sua possível “morte” ou a seu “desaparecimento” se repete em diversos relatos, já que os clubes varzeanos englobaram diferentes significados e usos, para além da simples prática futebolística, conforme veremos a seguir.

Como vimos anteriormente, o futebol operário abarcava também o futebol de fábrica, além do varzeano. Porém, devido a algumas das transformações que o futebol e a cidade sofreram, muitas vezes eles não serão tratados separadamente, como Streapco indica em seu trabalho de dissertação sobre a formação das equipes paulistanas, entre 1894 e 1942, intitulado “Cego é aquele que só vê a bola”:

“Quase todos os times de fábrica tiveram seus campos e sedes nas áreas de várzea, assim como os times de bairro. A distinção entre eles era muito frágil, pois quase sempre disputavam partidas e campeonatos entre si” (STREAPCO, 2015, p. 43).

No começo da prática, como relatado aqui, os clubes de fábrica conseguiram certo sucesso e protagonismo, pois os benefícios concedidos aos operários-jogadores eram interessantes e, em um clima de defesa do amadorismo, era mais viável para um trabalhador jogar futebol através do clube da empresa. Esta garantia que ele tivesse um

salário e benefícios para poder treinar e se apresentar de forma que a marca da empresa fosse exposta e revertida em prestígio para esta (ANTUNES, 1992).

Após a implantação do profissionalismo em lugar do amadorismo, tornou-se mais onerosa a manutenção dos clubes de futebol de fábrica. Se antes bastava que o jogador fosse funcionário da empresa, desde então era necessário bancar um salário além do que ele já recebia na fábrica: o salário pela profissão de jogador de futebol. Assim, os clubes que não haviam tido sucesso até então resolveram retirar-se das disputas e as empresas deixaram de patrociná-los. O que se segue são os clubes de fábrica se juntando em ligas específicas como a LECI, acrônimo da Liga das Entidades Comerciais e Industriais, disputando partidas com os clubes de bairro e de futebol varzeano ou então desaparecendo, com o encerramento de suas atividades (STREAPCO, 2015).

Já os varzeanos se adaptaram, pouco a pouco, às obras de retificação, como as que aconteceram na várzea do Carmo, e se difundiram pelos bairros da cidade, onde quer que houvesse terrenos disponíveis. Tal processo culminou com o dado de que havia 600 equipes de futebol varzeano em 1930, segundo um documento do jornal *Gazeta Esportiva*. Essas obras e a atuação da prefeitura em relação às várzeas dos rios permitiram que o futebol praticado pelos grupos pobres da cidade se disseminassem pelos bairros. Isto acarretou que:

“Em algumas ocasiões, o futebol era integrado nas práticas festivas, religiosas e paroquiais tão características dos bairros. Com o processo de massificação e espetacularização, o futebol construiria um espaço autônomo de lazer em relação à religião e ao paroquismo na construção de identidades diretas com os bairros e seus moradores.” (STREAPCO, 2015, p. 45).

Essa relação com os bairros teve como consequência uma diferenciação entre os times organizados pelas empresas e indústrias e aqueles fundados no próprio bairro pelos trabalhadores. Em um depoimento citado em artigo do historiador Paulo Fontes, um dos fundadores da Associação Esportiva Jardim Belém afirma que “esses times de fábrica não eram como os times de bairro enraizados na comunidade”. O entrevistado pondera que “as indústrias usavam esses times para tentar estabelecer conexões com o contexto social do bairro” e que “os times de bairro agregavam a comunidade, diferentemente dos times de fábrica que eram mais dedicados à disputa de torneios” (FONTES, 2014, p. 92).

Um aspecto importante dessa relação dos times com os seus bairros e comunidades é o fato deles formarem uma complexa rede política onde se estabelecessem como local de reunião e mesmo de reivindicação e luta por direitos e melhorias nos respectivos locais. Isidoro Del Vecchio, residente da Mooca envolvido na política do bairro na década de 1950 resume que “as pessoas eram sempre as mesmas (...). Havia uma rede. Clubes de futebol amador, clubes de dança, sociedades amigos de bairro²³. ” (FONTES, 2014, p. 98).

Em certas ocasiões, essas relações poderiam se radicalizar e se politizar de forma importante, como no final da década de 1950 e início de 1960, quando sindicatos, organizações de bairro e partidos populares se juntaram para cobrar uma resposta em relação à inflação, melhorias urbanas e profunda reforma social. A proximidade com sindicatos e organizações de bairro permitiu a clubes esportivos locais se tornarem espaços para reuniões e piquetes durante greves generalizadas, por exemplo.

O efeito aglutinador que os clubes de futebol varzeano possuíam e sua conexão com a vida cotidiana dos bairros não passou despercebido por forças políticas, especialmente aquelas mais próximas às exigências da classe trabalhadora. Clubes operários foram fundados relacionados à militância comunista, como o Dínamo Paulista da Mooca e líderes sindicais passaram a fazer discursos após as partidas, como no clube Progresso Paulista (FONTES, 2014).

Durante a década de 1950, políticos como Jânio Quadros e Adhemar de Barros direcionaram suas carreiras políticas a exigências urbanas locais dos bairros e criaram conexões locais. Tais governantes se utilizaram do futebol varzeano como instrumento de propaganda política e campanha eleitoral. O PSP (Partido Social Progressista), partido de Adhemar de Barros, possuía um time próprio que disputava torneios ao redor da cidade. Jânio Quadros comumente iniciava sua campanha com várias visitas a festivais de clubes de futebol varzeano, sendo que, ao ser eleito, criou torneios municipais e uma divisão especial para esportes amadores na Secretaria Municipal de Esportes.

Políticos locais de diversos partidos procuravam estabelecer relações próximas com os clubes, o que ajudava a afirmar seu pertencimento a localidades específicas, a comunidades ou mesmo à própria classe trabalhadora. Criava-se então uma relação de

²³ As sociedades amigos de bairro eram locais de reunião que tinham voz em relação à cobrança de melhorias e reformas urbanas nos bairros, de acordo com Fontes, um elemento fundamental da ação cultural e política em São Paulo (FONTES, 2014).

via dupla de patronato político: campos, uniformes e recursos para festas e churrascos eram frequentemente usados como elemento de barganha pelos líderes dos clubes varzeanos em retorno do espaço de fala, discurso e palanque político (FONTES, 2014).

Não só eram organizados jogos de futebol nesses espaços, mas também festas de dança, piqueniques, concursos de beleza, entre outras atividades para atrair cada vez mais pessoas do bairro e atingir um público maior e buscar integrar a frequência feminina em uma atividade predominantemente masculina. Além disso, em datas comemorativas específicas, como o aniversário de fundação dos clubes, organizavam-se os chamados “festivais”, que segundo Silva, tiveram origem nas tradicionais festas paroquiais da Igreja Católica e em outras festividades comuns na cidade no início do século, porém a partir da década de 1930 passaram a ser realizados quase que exclusivamente nos clubes de futebol locais (SILVA, 2013).

O historiador Fernando Antônio Abrahão descreve com detalhada dinâmica desses festivais, organizados especificamente na Freguesia do Ó. Em artigo sobre o clube varzeano XXV de Agosto, afirma:

“(...) os festivais eram eventos meramente futebolísticos, torneios organizados exclusivamente pelos dirigentes, que convidavam os times da região para um rol de partidas que iniciava por volta das 10h da manhã e encerrava as 16h do domingo. O festival começava com partidas das categorias de juvenis e de veteranos e encerrava com as partidas entre os quadros reserva (conhecido como 2ºs quadros) e o quadro principal do clube. Todos os jogos valiam um troféu e este geralmente homenageava um antigo jogador ou dirigente. Era praxe ainda, o anfitrião ceder o troféu ao visitante no caso de uma disputa terminar empatada. As primeiras festas de aniversário do clube foram marcadas pela cooperação de pais, mães e simpatizantes, que ajudavam na compra ou na feitura de salgadinhos, doces e refrescos. Já os garotos tinham uma função que promovia ainda mais o espírito de equipe: primeiro renovavam a pintura ou trocavam os mastros que, à beira do campo de jogo, abrigavam as bandeiras do Brasil e do clube; depois, decoravam os passeios da Rua Manoel Madruga, desde a Avenida Itaberaba até a entrada do campo, cerca de 200 metros, com arcos de bambu instalados distantes cerca de três metros entre eles; por fim, a distância entre a avenida e o campo era percorrida com bandeirolas de papel de seda em branco e preto, sustentadas com barbantes presos aos arcos de bambu.” (ABRAHÃO, 2011, p. 9).

O período entre o final dos anos 1950 e a metade dos anos 1960 é considerado o “auge” da disputa de torneios do futebol de várzea em São Paulo. Na ocasião, a própria Federação Paulista de Futebol resolve – inspirada em torneios que já existiam e eram promovidos pelos próprios clubes – organizar campeonatos regionais entre os afiliados das ligas amadoras. Isso resultou em um maior controle da prática por parte do Estado,

já que todos clubes precisariam apresentar um alvará expedido pelo governo estadual para disputarem essas partidas. Fazia-se necessário também comunicar o comando do Batalhão de Polícia a realização de cada jogo com antecedência para que fosse providenciado um efetivo policial para garantir a segurança. Nessa época, as disputas do futebol varzeano se assemelham em menor escala ao futebol oficial, já profissionalizado e convertido em espetáculo rentável (ABRAHÃO, 2011).

Após ser vice-campeão desse torneio em 1963 e campeão em 1964, o XXV de Agosto passa a enfrentar uma dificuldade que se apresenta em diversos relatos sobre o futebol varzeano em São Paulo: a perda do campo. O terreno que existia na Rua Manoel Madruga fora adquirido pelo governo estadual e transformado na Escola Estadual “Professor Jácomo Stávale”. A percepção da perda do campo para disputar jogos e as dificuldades que os clubes enfrentam a partir disso pode ser verificado em diversos relatos.

O processo de desaparecimento dos campos vai atingindo várias regiões ao passar do tempo e se manifesta sob dinâmicas diversas. Primeiramente, o higienismo e os esforços da classe dirigente em manter uma “barreira invisível”, através de um pacto territorial capaz de valorizar o centro, livre das “classes perigosas”. Em seguida, a noção de “rendimento social”, que favorece o negócio imobiliário e suas ações pela cidade, por meio de obras de melhoramento urbano, valorizando terrenos e impedindo que espaços vazios se instalem para a prática do futebol.

Tal processo já era denunciado no jornal comunista “Notícias de Hoje” em 1954, quando um leitor envia uma carta com exigências de mais notícias sobre “os clubes de futebol amador que atualmente enfrentam o problema de encontrarem campos para jogar”. A missiva fazia coro a diversas outras reclamações nos jornais do período e evidenciava a falta de espaços para jogar futebol em áreas mais centrais (FONTES, 2014, p. 93).

A grande expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo entre as décadas de 1940 e 1970 – quando a população cresceu de 1.3 milhões para 8.5 milhões – favoreceu a expansão da atuação do mercado imobiliário, que passou a buscar não apenas terrenos centrais, mas diversificou seus investimentos também em regiões mais afastadas e nos bairros, para onde o futebol varzeano havia “migrado” em razão da escassez que atingiu as várzeas devido ao processo de retificação dos rios (FONTES, 2014).

Isso enfraqueceu as associações que organizavam torneios na várzea, como as Ligas Amadoras. Estas passaram a enfrentar diversas dificuldades na localização terrenos, o que atingiu diversos times. Ao final, muitos destes desapareceram sem deixar vestígios, razão pela qual a produção é escassa, com a dificuldade em obter fontes primárias.

No caso do XXV de Agosto, o grande prestígio no meio varzeano possibilitou articular, juntamente com outros times da região, o estabelecimento de um novo campo para organizar partidas na Freguesia do Ó. A Secretaria Municipal de Esportes no final da década de 1960 promete a cessão de um terreno público para a prática do futebol, mas este apresenta uma dificuldade maior de acesso e ainda deveria ser abastado e aplainado para abrigar um campo de futebol. É então inaugurado em 1976, na Avenida Ministro Petrônio Portela, o CDM (Clube Desportivo Municipal) 31 de Março, que possuía, além do campo, dois vestiários e uma sala utilizada como bar nos dias de jogo (ABRAHÃO, 2011).

O estabelecimento deste novo campo permitiu que o XXV de Agosto, e outros times da região, como o Paulista e o Botafogo, não desaparecessem e continuassem em atividade. Porém, outros clubes presentes na cidade não tiveram o mesmo destino, tal como ocorreu com o Cruzeiro do Jardim São Luís.

O Cruzeiro era um dos times que ocupavam os mais de vinte campos de futebol de várzea da favela do Jardim São Luís, próximo ao bairro de Vila Andrade e do Morumbi. Contudo, o terreno em que esses campos funcionavam pertenciam todos a uma grande construtora, a Gomes de Almeida Fernandes, o que caracteriza uma diferente configuração de disputa do espaço (HIRATA, 2006).

O processo é descrito abaixo pelo sociólogo Daniel Hirata:

“Nessa região da então Vila Andrade, os campos eram cedidos pelos proprietários dos terrenos, que ademais incentivavam os times, fornecendo a estrutura para a prática do esporte, como traves, redes, cal para demarcação das linhas limites. Segundo nos conta Adalto, os responsáveis pelos times assinavam um pequeno contrato garantindo que, no momento em que a construtora precisasse do terreno, imediatamente este seria devolvido.” (HIRATA, 2006, p. 228).

Como a região passou, nos anos 1980 e 1990, por um processo de crescimento e valorização, as construtoras recorrentemente mantinham campos de futebol de várzea em seus terrenos. Assim, evitavam-se as ocupações e mantinha-se a propriedade longe dos conflitos por espaço na periferia, já que as pessoas do clube cuidavam para que o

terreno permanesse propício à prática do futebol. Porém, os times assinavam um contrato que condicionava o uso do terreno a uma desocupação imediata quando fosse conveniente para a construtora:

“(...) foi assim que, mantendo e incentivando os times da várzea, os proprietários [dos terrenos usados] conseguiram o melhor dos mundos para eles próprios, preservando os terrenos desse processo quase incontrolável da favelização que começa, no mais das vezes, com um barraco e outro, para logo ocupar extensas áreas, além de provocar a desvalorização imobiliária de seu entorno.” (HIRATA, 2006, p. 229).

A devolução do terreno e a consequente falta de espaço para o Cruzeiro continuar suas atividades culminou na desativação do time. Diferentemente do XXV de Agosto, o fato do Cruzeiro não ter se projetado além do nível local de disputa, e de não ter acumulado prestígio suficiente para conseguir uma intermediação pública ou uma negociação com outros times para ocupar outro local, destinou o time ao fim de suas atividades.

O Ventania de Vila Cipreste, outro time que tem a trajetória relatada por Daniel Hirata, por exemplo, invade um terreno para poder jogar, mas é expulso em decorrência de uma ocupação que ocorre no local. O time continua suas atividades pois a diretoria do clube passa a ocupar a diretoria do Clube Desportivo Municipal do Jardim Cipreste e passa a utilizá-lo para marcar os seus jogos e se afirmar no cenário varzeano definitivamente ao ganhar a Copa Kaiser – campeonato de maior prestígio da várzea, disputado entre 1995 e 2014 (HIRATA, 2006).

Neste contexto de escassez e intensa disputa pelos espaços de prática, o poder público passa a agir de forma mais efetiva em relação ao futebol varzeano, o que culmina com o estabelecimento de espaços públicos destinados à prática, porém com uma forma de administração distinta.

Conclusão

Como vimos durante o capítulo, a história do futebol varzeano é fortemente influenciada e definida pelos rumos das políticas urbanas e a lógica mercantilista e elitista que estas políticas assumem na cidade de São Paulo. Também por ser uma prática, em sua maioria, popular, sofre com os mesmos processos de exclusão que a

população pobre, sendo afastado dos centros, se estabelecendo nas várzeas dos rios e finalmente se isolando pelas periferias da cidade.

A lógica e a forma de atuação do mercado imobiliário faz com que os antes abundantes terrenos baldios usados para os jogos dos times de várzea passassem por um processo intenso de especulação, sendo a maioria deles utilizados para os mais diversos destinos, como supermercados, escolas, hotéis, entre outros. Já que o futebol varzeano é preñado de significados para os que o praticam, isso ocasionou uma procura por alternativas para manter os times em atividade.

Nesse momento, surge com importante papel o poder público e os Clubes Desportivos Municipais, ou, segundo a nomenclatura mais atual, os Clubes da Comunidade. Estes espaços passarão por diversos processos de negociação, reciprocidade e determinarão diversas lógicas do futebol varzeano contemporâneo, que serão estudadas em detalhe no capítulo a seguir.

3. A resistência da prática varzeana em São Paulo: os Clubes da Comunidade

Introdução

No presente capítulo, veremos quais foram as formas de resistência encontradas para os praticantes do futebol varzeano quando do problema da escassez de campos para a prática, quais são as dinâmicas que fazem estes espaços funcionarem e quais os conflitos e contradições na utilização destes espaços pelos times varzeanos e pela população da cidade.

O tema do “desaparecimento” dos campos de várzea em São Paulo e sua consequência para os praticantes vai muito além da simples questão dos espaços onde jogar ou não. O campo varzeano, ou mesmo o grande estádio do futebol espetacularizado, compreende um significado maior do que a arquitetura ou sua localização. De acordo com o historiador João Paulo França Streapco,

“Podemos definir os estádios de futebol como lugares de memória monumentais, funcionais e simbólicos, pois, além da arquitetura, servem de espaço para as celebrações ritualísticas ou futebolísticas e para a narração da memória das associações desportivas que denominamos clubes.” (STREAPCO, 2015, p. 27)

Dessa forma, todas as partidas disputadas no estádio ou no campo, as derrotas amargas, as glórias que serão fundamentais quando se resgatarem a memória dessas associações, todas convergem a este local, que se tornará palco privilegiado para se contar a História e as histórias do clube.

O historiador francês Pierre Nora problematiza justamente esta questão, afirmando que os lugares de memória são, acima de tudo, restos. A importância do lugar de memória está diretamente atrelada ao fato da efemeridade de certos espaços e costumes e do sentimento de que não há memória espontânea: a sociedade contemporânea necessita manter registros, monumentos, atas, já que a história desconsidera constantemente a memória viva, das pessoas que viveram aqueles acontecimentos e que

“A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. (...) Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens” (NORA, 1992, p. 11)

Em uma prática constantemente atacada por diversos interesses, em constante mudança e tendo como característica principal a impermanência, o universo do futebol

varzeano confia nos campos como forma de manter e enaltecer as origens dos indivíduos que trabalharam na direção de constituir o time e fazê-lo relevante.

Ou seja, a posse de um campo é algo que influi fortemente na construção de narrativa sobre um determinado clube ou time e sua ascensão no ambiente de disputas varzeano. Como o antropólogo Enrico Spaggiari relata abaixo:

“Como ressaltam os varzeanos, o campo é fundamental para construir a identidade de um clube. São identificados com o nome do clube, ou do dono do terreno, de alguma figura importante ligada ao futebol, ou com o nome da localidade no bairro, seja a vila, a rua, alguma referência urbana ou uma característica geográfica. Ter um campo próprio e a sede própria – tal como a construção da casa própria – aparecem como símbolos de luta dos futebolistas. Referências centrais de diferenciação social, a residência e o campo de futebol são costurados nas narrativas, ambos tidos como projetos individuais e coletivos, pessoais e familiares. Se as condições da casa diferenciam os moradores do bairro, certos aspectos – ter ou não um campo, ser gramado ou de terra batida, ter ou não ter iluminação – diferenciam, criam hierarquias e estabelecem rivalidades entre os clubes varzeanos.” (SPAGGIARI, 2015, p. 42).

Como vimos anteriormente, o clube varzeano se converte também em espaço privilegiado de reuniões e associações entre os moradores de determinada comunidade ou bairro. O impacto simbólico que uma eventual aquisição, demolição e transformação do espaço que era um clube varzeano em qualquer outra atividade (como escolas, no caso do XXV de Agosto, empreendimentos imobiliários, como no caso do Cruzeiro do Jardim São Luís, supermercados, lojas, entre outros) traz impactos à comunidade e também gera uma demanda em relação a um novo espaço de sociabilidade e reunião, além da necessidade dos times em terem um campo para jogar.

No universo relacional do futebol varzeano, ter um campo para jogar torna-se essencial, já que a circulação pela cidade é fundamental para que um dado time construa seu prestígio e possa participar das grandes competições. Como destaca Hirata,

“Se a circulação pela cidade é fundamental para um time de várzea, para isso ser possível, é indispensável ele também se constituir como um ponto nesta grande rede social que estrutura o mundo social da várzea. Concretamente, isso significa ter espaço e condições para receber outros times, treinar e ajustar localmente a infra-estrutura de que a equipe necessita.” (HIRATA, 2006, p. 260).

O protagonismo político que os usuários dão a esses espaços e o fato de serem um local privilegiado de reunião não passou despercebido pelo poder público e pelos políticos locais. E é nos anos de 1970 que a mediação pública em relação aos terrenos

para prática de futebol de várzea se consolida, alguns anos após perceberem o potencial político da prática. Como visto no caso do XXV de Agosto, o campo fora definitivamente ocupado para a construção de uma escola por volta de 1965. O Clube Desportivo Municipal, que permitiu a continuidade das atividades do time, fora inaugurado somente em 1976 (ABRAHÃO, 2011).

Conforme o processo de urbanização avançava, os clubes que possuíam melhor relação com a municipalidade ou com políticos locais buscaram uma alternativa pública à perda de seus campos, o que culmina no Decreto número 12429, de 05 de dezembro de 1975, do prefeito Olavo Egydio Setúbal, que dispõe sobre a criação dos Clubes Desportivos Municipais.

De acordo com o artigo 1º, a criação destes Clubes teria a “finalidade primordial de promover o desenvolvimento de atividades comunitárias no campo desportivo, em áreas de propriedade municipal” e que objetivaria a “integração social urbana” (DIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1975, p. 1). Pode-se observar, nos termos utilizados no corpo da lei, que o objetivo ao mesmo tempo era esportivo e social, considerando esses espaços como privilegiados para a citada “integração social urbana”.

O funcionamento destes clubes se dá através de um sistema em que a posse e propriedade do terreno é da Prefeitura, enquanto a administração e manutenção dele é de responsabilidade de pelo menos duas entidades civis, sem fins lucrativos. Estas devem fiscalizar e regular mutuamente, com realização de eleições a cada dois anos para os cargos de diretoria. Além da cessão do terreno, a prefeitura também ofereceria “orientação técnica intensiva da Secretaria Municipal de Esportes para seus programas” e

“participação da Prefeitura, em parte, no custo total do investimento necessário à implantação de projetos aprovados de infraestrutura, benfeitorias e equipamentos nas áreas a serem por ele utilizadas” (DIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1975, p. 1)

O requerimento de utilização do terreno possuía algumas particularidades, como por exemplo a exigência de cadastramento do clube, um plano de aproveitamento do imóvel, indicação da infraestrutura a ser implantada, especificação dos recursos materiais e humanos necessários e existentes e a indicação dos recursos financeiros disponíveis para o custeio parcial. Quando analisadas essas prescrições, percebe-se uma exigência financeira com que poucos clubes varzeanos poderiam arcar sozinhos, já que

não dispunham de renda que permitisse tais investimentos, por mais que fossem feitos em parceria com a prefeitura.

Apesar de o decreto datar de 1975, um artigo da lei demonstra que não foi a partir deste decreto que a cessão de terrenos públicos a entidades esportivas comunitárias teria começado:

“Artigo 7º - As entidades, clubes ou sociedades que, com exclusividade ocupem áreas municipais, à data da edição deste decreto, só poderão receber quaisquer benefícios do Poder Público se vierem a adequar-se às normas ora instituídas” (DIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1975, p. 1).

Isso indica que já era recorrente a prática, apesar de não poder-se especificar o quão disseminada era antes da redação do decreto. Assim, a instituição do decreto inaugura a possibilidade legal de utilização de terrenos para o lazer comunitário regulamentados e menos desprotegidos do que os campos informais. A título de exemplo, mencionem-se os campos na favela do Jardim São Luís, de propriedade de construtoras e com poucas garantias aos utilizadores do local.

A administração descentralizada dos campos acarreta diversos questionamentos e dúvidas em relação ao modelo de gestão destes clubes. Trata-se de fiscalização acompanhada pela Prefeitura, a fim de evitar que os clubes apresentem uma administração de cunho personalista. No ano de 2005, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída, tendo por objeto o funcionamento dos CDMs. Dentre as questões que permeavam as discussões da CPI, pode-se incluir:

“conceder às entidades esportivas locais, tidas pelo poder público como comunitárias, o poder de gerenciar e administrar financeiramente essas áreas públicas é a melhor forma de orientar essas políticas públicas de esporte? Ou a Prefeitura deveria requisitar as áreas de volta, o que pode ocorrer, legalmente, a qualquer momento? Trata-se, portanto, de questionar o potencial e os resultados de trabalhar em conjunto com a comunidade, ou, num outro plano, de saber se a Prefeitura teria recursos e estrutura para administrar mais de duzentas áreas esportivas.” (SPAGGIARI, 2009, p. 42).

Uma das conclusões à que a CPI chegou ao final de suas atividades, em 2005, foi o fato de as corresponsabilidades precisarem ser aperfeiçoadas, garantindo um maior envolvimento comunitário e maior apoio da Prefeitura à manutenção desses espaços, em sua maioria localizados na periferia e com dificuldades de angariar recursos. O que muda no modelo de gestão é o fato de as subprefeituras (órgãos administrativos descentralizados distribuídos pela cidade a fim de ter uma proximidade maior aos bairros e vinculados à Prefeitura) passarem a ser responsáveis pela manutenção dos c. É

também em 2005 que a nomenclatura é alterada: de Clubes Desportivos Municipais (CDM) são rebatizados de Clubes da Comunidade (CDC) através também de decreto do então prefeito José Serra.

Este outro decreto estabelece e detalha diversas outras exigências que foram assunto de debate durante a CPI. O artigo 5º, por exemplo, versa sobre as instalações mínimas necessárias nos Clubes:

“Art. 5º. Cada Clube da Comunidade deverá contar com a seguinte estrutura mínima:

- I - um equipamento esportivo;
- II - um vestiário e sanitário masculino;
- III - um vestiário e sanitário feminino;
- IV - uma área coberta para atividades sócio-culturais;
- V - uma área de recreação infantil;
- VI - estar devidamente cercado.

Parágrafo único. Somente os atuais Clubes Desportivos Municipais e Equipamentos Esportivos em sistema de rodízio que não comportem ampliação ficarão desobrigados do atendimento ao disposto no ‘caput’ deste artigo.” (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2005, p.1).

Além disso, o decreto especifica as documentações que deverão ser coletadas e analisadas pelas subprefeituras com o fim de fiscalização:

- I - ata de fundação e estatuto devidamente registrados;
- II - ata da última eleição da diretoria gestora devidamente registrada;
- III - prestação de contas dos últimos dois anos;
- IV - contratos firmados com terceiros, incluindo os de exploração de publicidade, de serviços de alimentação e de segurança na área dos Clubes da Comunidade;
- V - balancetes trimestrais, nos quais serão especificados os valores revertidos a qualquer título e a sua utilização, que deverão permanecer disponíveis na sede do Clube para análise de qualquer associado que o solicitar;
- VI - comprovantes de pagamento das contas de fornecimento de água e energia elétrica, bem assim da taxa de lixo e demais encargos incidentes.” (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2005, p. 1)

Além disso, a legislação estabelece a presença de representantes da subprefeitura nas reuniões e eleições dos Clubes, as normas para exploração publicitária dentro do clube, os horários, telefones e valores eventualmente cobrados sempre em local visível. Ela também estabelece sanções aos clubes que não praticarem as normas estabelecidas, desde intervenção e perda dos benefícios concedidos até a desativação Clube da Comunidade e a reintegração da área pela Municipalidade, após revogação do termo de permissão de uso.

Atualmente, existem 284 Clubes da Comunidade na cidade de São Paulo, segundo o site da Prefeitura²⁴. Das competições e dos festivais varzeanos realizados atualmente, a maioria se encontra nesses espaços, com raras exceções²⁵. Apesar de serem espaços de sociabilidade ricos no que diz respeito à relação com a comunidade, com a história do bairro, com a permanência da prática do futebol varzeano, a despeito da especulação imobiliária e, conseqüentemente, da articulação política local, os mesmos poucos foram estudados e mapeados.

Além de possuir poucos estudos, existe a dificuldade adicional de acesso à informação em alguns clubes, como os clubes em que minhas tentativas de incursão não foram bem sucedidas: CDC Mauro Bezerra Pinheiro, Vila Palmeiras e Jardim Cachoeira. Muitas vezes verifica-se um receio em relação a uma visita ou ligação inesperada que não seja referente ao aluguel do espaço, o que pode explicar parte dessa ausência de trabalhos sobre estes espaços. Em seguida, serão apresentados relatórios dos 21 CDCs que foram mapeados por uma equipe do Museu do Futebol, entre Agosto de 2011 e Fevereiro de 2013, além do relato das visitas que fiz em três CDCs nas zonas Norte e Oeste de São Paulo.

Com isso, pretendo apresentar um panorama amplo que busque apreender a complexidade e diversidade destes espaços, mostrando como os usos e apropriações (políticas ou não), a relação do espaço com a comunidade, os tamanhos, relevância e importância dos espaços para a prática do futebol varzeano variam entre si. Para tanto, foram feitas análises em cada um dos 21 relatos de campo das visitas feitas pela equipe do Museu do Futebol, além das anotações feitas nas visitas mal sucedidas, buscando coisas em comum e divergências entre os entrevistados na fonte secundária e no que os pesquisadores relataram sobre suas visitas.

3.1 O Museu do Futebol e o mapeamento dos Clubes da Comunidade em São Paulo

O Museu do Futebol, inaugurado em 2008 na cidade de São Paulo dentro das dependências do Estádio Municipal do Pacaembu, é uma instituição da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e administrado pela Organização Social de Cultura

²⁴ Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/cdcs/>, acesso em 05/01/2017

²⁵ Em depoimento dado a este trabalho, o jornalista Diego Viñas, especialista em futebol de várzea e redator do projeto do Museu do Futebol que fez várias visitas a CDCs, afirma que um dos outros locais privilegiados em relação à prática do futebol de várzea seriam os seis campos de propriedade da Aeronáutica. Estes levam de 15 a 20 mil pessoas por fim de semana ao Campo de Marte, aeroporto militar e civil localizado na Casa Verde, Zona Norte de São Paulo (VIÑAS, 2017).

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte (antigo Instituto da Arte do Futebol Brasileiro – IFB), entidade privada sem fins lucrativos que presta serviço público de interesse da comunidade. Em 2011, recebeu recursos públicos da própria Prefeitura para fazer uma pesquisa e uma exposição sobre o futebol de várzea na cidade de São Paulo, através do Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB), setor responsável pelas pesquisas do Museu.

Diversas pessoas participaram do projeto, que compreendia desde visitas aos clubes até a redação e a revisão dos relatos de campo. Dentre os participantes do projeto, a pesquisadora do museu Aira Bonfim e o jornalista Diego Viñas deram depoimentos a este trabalho sobre o projeto e sobre o funcionamento, a importância e as dualidades que eles verificaram nos Clubes da Comunidade.

Foram visitados 21 CDCs em atividade em São Paulo, sendo quatro na Zona Norte - Adhemar de Barros, Agostinho Vieira, Alvorada e Cecília Meirelles –, sete na Zona Sul - Bola Preta, Jardim Niterói, Cleuza Bueno, Parque Fongaro, Ferradura, Jardim Martinica, Vila Anhanguera –, cinco na Zona Leste - Cidade São Matheus, Veneza Independente, Parque Santa Madalena, Parque Vila Bela, Waldemar Moreno –, quatro na Zona Oeste - Jardim Regina, Pequeninos do Jockey, Jaguaré, Morada do Sol e um no Centro, o CDC Roberto Russo.

A escolha dos clubes a serem visitados foi feita a partir de uma lista enviada pela Secretaria Municipal de Esportes, com telefones para contato dos CDCs, que possuíam o futebol como principal atividade e de acordo com a facilidade de agendamento e a disponibilidade dos presidentes e diretores destes.

O que todos os clubes estudados têm em comum (exceto o Jardim Martinica) é o fato de fazerem parte de um programa da prefeitura chamado “Clube Escola”, como definido pelas pesquisadoras Rachel Bakke, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e Karina Alves, mestre em Museologia também pela USP:

“O Clube Escola faz parte de um programa da Prefeitura do município de São Paulo criado em 2007. Trata-se de uma atividade de extensão escolar, voltada para os alunos da rede pública de ensino. Ao aproveitar a malha de equipamentos esportivos já existentes na cidade, diferentes programas esportivos e culturais são oferecidos pelo poder público gratuitamente à população. De acordo com os dados disponibilizados pela Prefeitura, o programa atende atualmente duzentos e trinta mil usuários em cem lugares da cidade.” (BAKKE; ALVES, 2012, p.1)

O programa fornece aos Clubes participantes subsídios públicos para a aquisição de materiais esportivos e pequenas refeições são diretamente entregues aos CDCs para que sejam distribuídas às crianças participantes. O Clube Escola é um meio de ocupar o espaço do Clube da Comunidade durante os dias da semana, com o oferecimento de cursos dados a alunos da rede pública de ensino municipal, podendo ser cursos de futebol ou mesmo outros tipos de cursos em Clubes em que a estrutura é maior e permite o oferecimento de outras atividades (BONFIM, 2017).

A prefeitura, além de fornecer subsídios e materiais, também direciona os professores que darão os cursos nas escolas através de entidades licenciadas pela própria prefeitura para este fim. Na maioria dos clubes visitados, a Associação Craques de Sempre era a entidade responsável pelas aulas, como relatado abaixo:

“A Associação Craques de Sempre foi criada juridicamente por um grupo de ex-jogadores de futebol profissional no intuito de atender aos critérios de seleção exigidos no chamamento público aberto pela Prefeitura Municipal de São Paulo - por meio de edital lançado no ano de 2008. (...) Esse mesmo grupo já havia se organizado anteriormente em um sistema de cooperativa a fim de participar do Programa Mais Esporte, implementado pela Prefeitura Municipal de São Paulo durante a gestão Marta Suplicy (PT), cujo mandato cumpriu-se de 2001 a 2005.” (BONFIM, 2012, p. 1)

Apesar da alternância de partidos no poder municipal, esta associação conseguiu se estabelecer como referência no oferecimento de aulas a jovens de baixa renda nas periferias da cidade. Antes de se reunirem como uma associação propriamente dita, constituída como pessoa jurídica, os ex-jogadores administravam aulas contratados individualmente para contratos esporádicos.

Quando a prefeita Marta Suplicy, do PT, assumiu em 2001, o programa municipalizou-se e mudou de nome: então passou-se a chamar “Mais Esporte” e incluía outras modalidades, como basquete e vôlei. Os ex-jogadores que já administravam aulas por conta própria se reuniram para formar a então Cooperativa Craques de Sempre, por exigência da prefeitura, que se tornou Associação em 2009, por exigência do novo edital, agora sob o mandato de José Serra, do PSDB (BAKKE; PEREIRA, 2012b).

Dos CDCs mapeados, Agostinho Vieira, Parque Fongaro, Pequeninos do Jockey e Jaguaré não apresentam qual associação é responsável pela administração dos cursos do Clube Escola, enquanto que no CDC Cecília Meirelles a responsabilidade é de uma entidade civil relacionada à Escola de Samba Unidos de Vila Maria e no CDC Jardim Regina, na Zona Sul, a responsabilidade é da Associação de Moradores União e ao

Progresso do Parque Araribá e Adjacências (AMUPPAA). Todos os outros estiveram sob responsabilidade da Craques de Sempre.

A ideia do programa Clube Escola e, principalmente, da Associação Craques de Sempre, é promover a prática do futebol como ferramenta de inclusão social, e não formar atletas de alto rendimento para atuarem no futebol espetacularizado. Depoimentos dos professores do Clube Escola, dados ao longo da pesquisa, demonstram essa visão de auxílio social que a prática do futebol adquire nesses espaços. É o caso de Wanderley Luiz dos Santos, professor da Craques de Sempre e ex-jogador, que relata na pesquisa sobre o CDC Parque Santa Madalena:

“Esse [trabalho no CDC] é, para Wanderley, ‘um trabalho muito bonito e muito gratificante’, pois tem como foco tirar as crianças carentes das ruas e afastá-las da violência ligada ao mundo das drogas. Em suas palavras, ‘temos que nos preocupar com essas crianças e essa violência que existe aí fora... A droga nos preocupa muito!’” (BAKKE, PEREIRA, 2012a, p. 2).

Outro relato nesse sentido é o de Afonsinho, outro ex-jogador e professor da Craques de Sempre no CDC Bola Preta:

“(...) o intuito do projeto Clube Escola é formar cidadãos e não só viabilizar a formação de profissionais do futebol. A profissionalização, na verdade, depende da vontade de cada um, disse. De acordo com Afonso, ‘futebol não se ensina, apenas se estimula’” (BONFIM; PEREIRA, 2012, p. 5).

E, por fim, Silvério dos Santos no CDC Jardim Niterói diz que:

“Em primeiro lugar vêm os estudos; depois o futebol; como forma de reeducar essas crianças para serem cidadãos conscientes, seja exercendo a profissão de jogador, seja exercendo qualquer outra profissão. (...) Mais que o ensino da técnica e da tática, os treinadores procuram passar suas experiências de vida para as crianças, orientando-as em sua formação.” (BAKKE; PEREIRA, 2012, p. 3).

Uma das características mais marcantes dos CDCs é a pluralidade nos usos, visões, formas de administração e relação com a comunidade. Enquanto os relatos acima demonstram uma preocupação maior com a questão de auxílio social, de estabelecimento da cidadania e afastamento das drogas do que com a questão da profissionalização e do encaminhamento dos alunos para clubes do futebol espetacularizado, outros relatos mostram uma visão inversa. O CDC Jaguaré é um bom exemplo de Clube de Comunidade que busca direcionar as aulas no sentido de

profissionalização dos meninos através do “Centro de Treinamento Molecaje”, descrito abaixo:

“(...) fundado em 1990, atende cerca de 180 garotos e sofre com a constante rotatividade dos alunos inscritos. Com cinco anos de idade já é possível participar das atividades de futebol oferecidas pelo projeto, e nesse caso, trata-se de uma atividade voltada para a recreação e iniciação ao esporte. Por volta dos doze anos de idade, o ritmo de treinamento sofre modificações, direcionando as atividades aos fundamentos de base do futebol de campo. Nessa etapa, os alunos começam a encarar o aprendizado como uma opção de profissionalização de suas carreiras. Ocorre então uma divisão entre o alto e médio rendimento, e os meninos passam a participar de mais campeonatos. No cartaz fotografado na sede da escola lia-se sobre a escola: ‘Molecaje contribui e implementa ações nas categorias de base que visam dar oportunidades às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e ser uma alternativa aos desprovidos de lazer’” (BONFIM; ALVES, 2012b, p. 3-4).

Como visto, o discurso não deixa de ser assistencialista, porém em outro sentido. É um discurso que evidencia a importância da profissionalização do futebol como instrumento de mobilidade social importante para as classes pobres. Observando o discurso, porém, passa despercebido outro interesse na formação destes aspirantes a jogadores profissionais, relatado na visita ao CDC Cleuza Bueno: o repasse de direitos federativos. Os diretores deste clube procuram receber valores referentes à transferência de alunos que futuramente virem a ser jogadores profissionais.

Essa possibilidade surgiu devido a uma recente mudança na legislação. Nela, certos espaços públicos de formação de atletas passam a ter direito a uma pequena porcentagem sobre negociações futuras, caso o atleta chegue a profissionalizar-se. Paulo César Dutra, presidente do CDC Vila Anhanguera, lembra que o Clube Portuários – que preparou Robinho no futebol de salão, antes de ele começar a jogar no Santos Futebol Clube – teria conseguido um repasse de 300 mil reais devido à negociação do atleta que se transferiu do Manchester City ao Milan, em 2010 (BONFIM, 2012b).

O centro de treinamento do CDC Jaguaré, por exemplo, revelou atletas que chegaram a participar com algum êxito do futebol espetacularizado, como Bruno Bonfim, o Dentinho, que transferiu-se ao Shaktar Donetsk da Ucrânia após passagem pelo Sport Club Corinthians Paulista e Rubenilson dos Santos da Rocha, o Kanu, que construiu sólida carreira jogando em clubes importantes da Bélgica (Anderlecht) e da Rússia (Terek Grozny) desde 2008 (BONFIM; ALVES, 2012b).

Há outros exemplos de jogadores que foram projetados ao grande cenário nacional do futebol de espetáculo através do meio futebolístico varzeano. A lista inclui Ricardo Oliveira (atualmente no Santos e com passagens pela Seleção Brasileira, São Paulo, Milan e pelo mundo árabe), Leandro Damiano (hoje no time do Flamengo, com passagens pela Seleção Brasileira, Santos, Internacional, Real Bétis Balompié e Cruzeiro) e Elias (volante titular da última Copa América pela Seleção Brasileira e jogador do Atlético Mineiro, com passagens por Ponte Preta, Atlético de Madrid, Sporting Lisboa, Flamengo e Corinthians).

Esses são alguns dos mais famosos jogadores que foram “descobertos” em competições de grande visibilidade na várzea, alcançando fama nacional e internacional, após boas apresentações no Estrela Vermelha de Vila Nivi, em 1999, no Estrela da Saúde, em 2007, e no Leões da Geolândia em 2006, respectivamente, conforme informação de um portal de notícias (UOL, 2012).

Importante ressaltar também que no projeto “Futebol, Memória e Patrimônio” do Museu do Futebol, em conjunto com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – já citado anteriormente – 26 dos 52 jogadores entrevistados citam em suas memórias o futebol varzeano ou amador como ponto importante no começo de suas carreiras. Jogadores estes que chegaram a alcançar o que é considerado o maior êxito que um jogador pode atingir no futebol espetacularizado: a disputa de uma edição de Copa do Mundo representando a seleção de atletas brasileiros.

Como o historiador Marcos Alvito afirma, a globalização impactou o mercado de jogadores profissionais de forma considerável, já que

“Não há como negar a existência atual de um mercado de trabalho mundial para jogadores de futebol profissional. Esta nova configuração tem afetado profundamente a existência e o funcionamento dos clubes brasileiros, pois na nova ordem do futebol mundial a parte que cabe ao Brasil é a de formador de ‘pés-de-obra’ para serem oferecidos ao mercado internacional.” (ALVITO, 2006, p. 452)

Pierre Bourdieu defendia, em 1978, em um congresso de historiadores do esporte, que era necessário entender as condições históricas e sociais do surgimento de um campo esportivo, que consistiria em diversos agentes e instituições ligados à prática e ao consumo esportivo. Alvito defende que

“O processo entrevisto por Bourdieu há quase trinta anos alcançou hoje dimensões incalculáveis. Poderíamos, hoje em dia, falar na existência de um campo esportivo planetário, onde estão presentes novas instituições e agentes. Estamos nos referindo, por exemplo, à existência de canais mundiais

especializados em esportes, a uma miríade de mercadorias vendidas em todos os continentes, às multinacionais que produzem materiais esportivos e às novas mídias — como os celulares e a Internet, que proporcionam inéditas formas de consumo do espetáculo esportivo. Nos Estados Unidos, com certeza o primeiro país onde o esporte-espetáculo alcançou um pleno desenvolvimento, os esportes profissionais representam a décima maior indústria, gerando US\$ 220 bilhões por ano. ” (ALVITO, 2006, p. 454)

Esse estabelecimento de um mercado global faz com que cada vez mais jogadores saiam do país para tentar jogar em times de fora, principalmente na Europa. Apesar do fato de jogadores saírem para o velho continente não ser necessariamente uma novidade, os números atingem patamares que não se verificava em décadas anteriores nos anos 2000, já que apenas em 2004, 857 jogadores foram negociados com o exterior oriundos do Brasil (ALVITO, 2006).

Os centros de formação, então, procuram se beneficiar do grande volume de transferências internacionais e de dinheiro envolvido nas negociações para conseguir recursos para si. Com centros de treinamento em suas dependências, o sucesso de jogadores oriundos de CDCs compõem importante retorno financeiro em instituições que precisam buscar recursos a todo momento.

Porém, as relações entre o futebol varzeano e espetacularizado não se constituem de maneira unilateral. O mais comum em relatos sobre o tema é a exaltação de atletas importantes como um meio de valorizar determinado time do circuito varzeano ou Clube da Comunidade em relação à sua visibilidade no universo futebolístico local. Constitui-se assim um potencial centro formador de atletas. Contudo, muitas vezes jogadores tentam carreiras no futebol espetacularizado, mas não conseguem prosperar nele e voltam à várzea.

A antropóloga Simoni Lahud Guedes, uma das pioneiras dos estudos sobre futebol no Brasil, afirma em seu artigo “Subúrbio: celeiro de craques” que o futebol aparece na primeira e última fases da carreira do jogador como “brincadeira”, que a socialização da pessoa no futebol possui esse elemento lúdico. Essa conotação é secundarizada assim que a possibilidade de se tornar jogador profissional torna-se um objetivo mais palpável, acessível e a família passa a investir neste sentido (GUEDES, 1982).

Porém, ainda segundo Guedes, os fatores que possibilitam ao jogador profissional de fato começar sua carreira em grandes clubes são de difícil obtenção, principalmente nos subúrbios, pois “refere-se à ausência dos superiores imediatos,

facilitando horários para os ‘treinos-testes’ e o incentivo da família, compreendendo as tentativas do jovem.” (GUEDES, 1982, p. 69).

Em um primeiro momento, retornar à várzea parece ser um meio que os jogadores possuem para continuar jogando futebol como um exercício descompromissado, sem um grande nível de seriedade, após falharem em um ambiente de grande pressão por resultados e com muito dinheiro envolvido.

Um relato específico no CDC Veneza Independente indica que essa interpretação não é a mais adequada. O presidente Apolinário Carvalho de Souza, presidente do equipamento, diz que “o futebol de várzea está inflacionado e todos os jogadores só querem jogar para ganhar dinheiro”. Devido a isso, os convites para os jogadores são sempre feitos com a condição de jogarem “por amor à camisa (...), sem promessas, sem ilusões, sem pagamento”, pois “é futebol amador!” (ALVES; FALLEIROS, 2012, p. 6).

Essa fala demonstra diversas faces da atividade do futebol varzeano atualmente: existem diversos times que pagam, se não salários, quantias relacionadas ao desempenho do jogador. Mas também existem times que não participam e não concordam com isso, o que indica que existe uma hierarquização e que o universo relacional do futebol varzeano não é algo único e imutável.

Existe, então, uma hierarquia própria de dominação dentro do espaço da várzea, com a diferenciação entre os times mais regionais e a chamada “elite da várzea”, como Daniel Hirata ilustra abaixo:

“De formas diferenciadas conforme as regiões da cidade, há um intrincado jogo de atores pertinentes a novas e velhas institucionalidades, de caráter clientelístico ou não, e que estabelecem conexões com estruturas políticas do Estado e também as partidárias. As práticas urbanas organizadas em torno do futebol de várzea interagem, assim, de uma forma ou outra, com as regulações locais que compõem o cenário de disputas e articulam campos de forças nestes territórios.” (HIRATA, 2005, p. 32)

Essa diferenciação opera em diversos níveis. De fato, o capital financeiro possui um papel importante nela: os times com mais patrocínios, apoios e menos custos para jogar em seu próprio campo tendem a ter mais condição de serem conhecidos na cidade. O jornalista especializado em várzea e um dos participantes do projeto que mapeou os CDCs citados aqui, Diego Viñas, afirma que são principalmente os títulos de

competições de grande visibilidade que fazem um time ser considerado “elite” na várzea (VIÑAS, 2017).

E, como acontece no futebol de espetáculo, os times com mais visibilidade e que melhor articulam sua comunidade em torno deles acabam por serem os alvos preferidos dos investimentos (muito mais modestos no universo varzeano), sejam de políticos buscando força eleitoral ou mesmo de negócios locais à procura de visibilidade. Assim, o capital financeiro se articula de forma intrínseca em relação às diversas formas de capital simbólico que um time de várzea possui, pois em um cenário competitivo o êxito esportivo demanda força financeira.

Outro ponto importante de discussão que o depoimento do presidente do CDC Veneza Independente, Apolinário, levanta é a questão da nomenclatura e de como os termos “amador” e “varzeano” são tratados. Como já debatido anteriormente, os termos “várzea” e “varzeano” foram historicamente constituídos como termos de valoração negativa e pejorativa em relação a uma certa população pobre das cidades, que em determinado momento ocuparam as várzeas dos rios. Já o termo “amador”, usado por Apolinário para se referir a uma prática futebolística por “amor à camisa” e sem interesses financeiros, remete aos termos usados pelos defensores da prática restrita e elitista do futebol no começo do século XX.

Essa questão remete mais uma vez à diversidade do universo varzeano e de seu estabelecimento histórico. Ao tratar da denominação do “pequeno futebol” no começo de século como “varzeano”, Diana Mendes da Silva indica, em seu trabalho sobre o Clube Anhanguera da Barra Funda, que:

“Embora não tenham sido encontrados documentos diretamente associados à construção de tal acepção, a alcunha de varzeanos para designar aqueles que moravam na várzea ou que dela usufruíam já circulava com claro conteúdo pejorativo entre os anos 1910 e 1920, como vimos nas ações do poder público. Curiosamente, tais sujeitos das camadas mais pobres da população – principalmente os moradores dos bairros da Barra Funda e do Bom Retiro, na várzea do Rio Tietê – não rejeitaram a denominação associada ao seu futebol. Muito embora representasse uma série de conflitos, ela foi por eles incorporada tornando-se uma afirmação identitária forte e corrente, prenhe de conteúdos novos já ao final dos anos 1920, a ponto de um antigo morador da Barra Funda assim rememorá-la: “[era] futebol de várzea, naquele tempo. Nem amador não se chamava” (SILVA, 2013, p. 39).

Visão semelhante foi relatada por Diego Viñas, em depoimento a este trabalho. O especialista diz que as diferentes concepções passam por um recorte temporal: muitos

preferem o termo “amador”, como forma de se afastar da valoração pejorativa que a prática possui e alcançar maior visibilidade, enquanto outros ainda preferem o termo “várzea”, como um registro de nostalgia, de tempos em que o futebol varzeano era parte importante da cultura popular, antes do gradual desaparecimento dos campos pela cidade.

Durante a entrevista, Viñas afirmou que, para quem faz parte do universo do futebol varzeano, esse teor pejorativo do termo não existe. Interpretando esse fato junto com o trecho citado do trabalho de Diana Mendes, observamos que a categoria “varzeano” adquiriu um significado de afirmação de identidade dos praticantes desde o início de seu estabelecimento na cidade. Já em relação à imprensa, Viñas diz que “várzea” e “varzeano” são termos usados diversas vezes em matérias jornalísticas devido ao apelo que eles têm e da curiosidade que eles suscitam no leitor, porém atuando no registro negativo do termo na maioria das vezes (VIÑAS, 2017).

Em sua tese de doutorado, Enrico Spaggiari define bem este recorte temporal que existe na memória e nas narrativas dos praticantes do futebol varzeano:

“Falar de futebol com os varzeanos – sejam esses jogadores, torcedores, dirigentes ou entusiastas do esporte – é uma viagem pelo tempo e pelo espaço a partir das suas memórias e narrativas. Narrativas que exploram e revelam uma pluralidade de versões e definições do que “era” e do que “é” o futebol de várzea, construídas na relação entre tempo e espaço nos campos de futebol, no bairro e na cidade. Quando o interlocutor é um veterano, com seus 40, 60 ou 80 anos, a conversa geralmente gira em torno de “uma várzea que não existe mais” ou uma “várzea que já acabou”. O cenário varzeano atual é abordado, mas de forma crítica, em comparação ao que foi vivido em outras épocas, quando “a várzea já foi melhor”. Estas expressões pouco aparecem quando o interlocutor é um futebolista mais novo, que atua nos quadros principais das equipes de hoje. O assunto destes é o futebol de várzea atual.” (SPAGGIARI, 2014, p. 30).

Um dos principais pontos de desacordo entre gerações no futebol de várzea é a questão dos campos de grama sintética em contraponto ao campo de terra batida. Uma questão aparentemente simples, a opor natureza e cultura, ou natureza e artifício, mas que pode lançar luz quanto a diversas dinâmicas que vão além da qualidade ou não do campo em que se joga, e de como o Clube da Comunidade se relaciona com a política e com a comunidade em que estão inseridos, fatores que serão estudados a seguir.

3.2. Gramado sintético, política e clientelismo: o que está em jogo

Quando se refere ao panorama atual do futebol de várzea, uma questão aparece insistentemente nos depoimentos e nos trabalhos já realizados sobre o tema. Nas entrevistas da pesquisadora Aira Bonfim e do jornalista Diego Viñas, na tese de doutorado de Enrico Spaggiari, na dissertação de mestrado de Diana Mendes da Silva, em diversos relatos sobre os CDCs, em todas essas fontes em algum momento falou-se do gramado sintético, sua instalação nos campos de várzea e como esse fato se relaciona com políticos locais, prefeitura, empresas privadas e os times de várzea.

Abordando a reforma do campo do Botafogo de Guaianazes, Enrico Spaggiari estabelece um panorama interessante sobre como os praticantes e integrantes do futebol varzeano enxergam a questão:

“A notícia foi comemorada por muitos varzeanos do Botafogo e de outros clubes. Veteranos consagrados da região celebravam a notícia ao mesmo tempo em que lamentavam o fim do terrão no campo do Botafogo e de outros clubes. Embora ressaltassem que o gramado sintético tem como vantagem oferecer uma superfície mais segura, sem buracos, mesmo entre os mais jovens a grama sintética não é unanimidade. Além de privar os jogadores das famosas adversidades e imprevisibilidades da terra batida, outras reclamações recorrentes eram de o jogo ficar muito corrido e da bola pingar demais.” (SPAGGIARI, 2014, p. 160).

É importante a expressão “a grama sintética não é unanimidade”, já que existe certo romantismo em relação a períodos mais importantes do futebol varzeano e como nesses tempos o que dominava era o chamado “terrão”, o campo de futebol de terra batida. Esse conflito é retratado no relato de campo quando da visita dos pesquisadores do Museu do Futebol ao CDC Alvorada:

“Para José Roberto, o gramado sintético é o futuro do futebol de várzea e o processo de substituição dos campos de terra está mais avançado nos CDCs da zona sul. (...) Já Ataliba defende o terrão, que diz ser a essência da várzea, inclusive pela poeira que sobe.” (BONFIM, 2012a).

Assim, temos a visão de José Roberto Andrade, presidente do CDC, e a de Ataliba, ex-jogador do Corinthians e professor da Associação Craques de Sempre, conflitando entre si. Independente do fator estético e da movimentação durante as partidas, o advento dos gramados sintéticos no futebol varzeano traz importantes mudanças no aspecto político-administrativo e simbólico dos espaços de disputa. Afinal, o fato de o time ter um campo para jogar ou não define o quanto de prestígio ele

tem, assim como se o campo que utiliza é iluminado, possui grama sintética, vestiários, etc. (SPAGGIARI, 2014).

A consequência imediata das reformas é a valorização dos aluguéis de quadra, principal fonte de renda dos CDCs para bancar os custos de manutenção e administração dos espaços, além de uma maior procura por parte de um público que não utilizara o equipamento antes da reforma. Assim, além de times de várzea, grupos de colegas de trabalho e amigos também passam a procurar o CDC com interesse no campo de gramado sintético.

Juntamente com o gramado sintético, são instalados também postes de iluminação, o que permite que jogos sejam disputados e marcados sem o receio do gramado não estar em condições de disputa devido a eventuais chuvas. A medida também amplia o horário que o Clube pode explorar o espaço, gerando mais procura e mais receita (BONFIM, 2017).

O custo destas operações pode chegar a um milhão de reais, valor considerado alto para as receitas arrecadadas pelos Clubes. Assim, forma-se um sistema de interdependências para permitir que tais reformas aconteçam, com os custos sendo arcados pelo poder público através de vereadores e verbas específicas destinadas a essas reformas ou por empresas buscando exposição da marca e acordos comerciais com os locais.

O projeto mais famoso nesse sentido é o “Viva o Campinho”, da marca de cervejas Brahma, de propriedade da AmBev – maior produtora de cervejas do Brasil. No *website* do projeto, uma inscrição romantizada e nostálgica o apresenta:

“O Futebol brasileiro vem do campinho.
De Bentos Ribeiros, de Vila da Penhas, de 3 Corações.
Na terra batida ele nasce para se tornar o melhor futebol do mundo.
Mas hoje, o futebol brasileiro pode ser mais.
É por isso que Brahma vai reformar campinhos por todo o Brasil.
Porque cuidar da nossa paixão é o primeiro passo para o futebol brasileiro voltar a ser o futebol brasileiro.” (BRAHMA, 2014)

Sem mais explicações sobre o projeto, apenas esta pequena apresentação é seguida de diversos vídeos sobre o projeto e alguns dos campos reformados. Segundo Aira Bonfim, durante as visitas aos equipamentos foi verificado que, além do potencial publicitário e de exposição da marca (grandes *displays* com a marca da cervejaria são instalados na parte superior dos campos), o bar que fica dentro do CDC firma um

compromisso de somente comercializar produtos da cervejaria, o que garante também um retorno financeiro e de consumo da marca entre os frequentadores do local, além da valorização publicitária (BONFIM, 2017).

O programa iniciou-se em 2014, justamente após a derrota da Seleção Brasileira por 7 a 1 para a Alemanha, no Estádio do Mineirão, durante as semifinais da Copa do Mundo. A marca aproveitou a decepção com a performance do selecionado brasileiro e o crescente sentimento nostálgico em relação a “bons tempos” do time do Brasil para se colocar praticamente como “guardião” do “verdadeiro futebol brasileiro”. Com efeito, a reforma destes campos garantiu que os “verdadeiros futebolistas brasileiros” voltassem a surgir nos campos de várzea, como podemos inferir da inscrição citada acima.

Interessante ainda que a campanha, apoiada em um registro narrativo de caráter saudosista, financie e patrocine justamente o que, entres alguns praticantes da várzea, é o sinal de uma “modernidade” deletéria. Esta é vista com desconfiança, em detrimento da “várzea que já acabou” – termo utilizado recorrentemente por varzeanos mais antigos para se referir aos tempos áureos da prática (SPAGGIARI, 2014).

Além dessa iniciativa, a forma mais comum dos CDCs conseguirem a verba e a reforma dos seus gramados é através da alocação de recursos públicos. Porém, essa alocação não é feita pelo poder executivo, mas sim pelo legislativo. Desta forma, diversos vereadores passam a concentrar seus esforços político-eleitorais nos CDCs mais populares e mais frequentados, de modo a garantir um importante número de votos.

Vale resgatar e definir o termo “clientelismo” neste momento, para lançar luz ao tipo de relação que se constitui entre os políticos locais e os CDCs. Para isso, será utilizado o artigo “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”, do historiador José Murilo de Carvalho.

De acordo com Carvalho, o sistema de poder clientelista deriva de certas dinâmicas do coronelismo, que “é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos.” (CARVALHO, 1997, p. 1). Porém, é um sistema datado historicamente, já que ocorre devido ao advento do federalismo republicano em oposição do poder central imperial em uma época de decadência econômica dos fazendeiros, o que “acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado” (p. 1). Portanto,

“Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos.” (CARVALHO, 1997, p. 1)

Dessa forma, vemos que o Coronel não é o senhor absoluto do poder. Ele está inserido em um sistema historicamente delimitado com características próprias. Já o clientelismo é um fenômeno mais amplo e “seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos” (CARVALHO, 1997, p. 2), porém “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (p. 2).

Ou seja,

“As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo (...). À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística.” (CARVALHO, 1997, p. 2)

Para evidenciar a característica clientelística da política nos CDCs, diversos vereadores foram lembrados nos relatos de campo dos CDCs visitados, como Dalton Silvano (DEM) – nas visitas aos CDCs Parque Fongaro e Ferradura, Domingos Dissei (PSD) – Parque Fongaro, Senival Moura (PT) – Veneza Independente, Edir Sales (PSD) – Veneza Independente, Celso Jatene (PR) – Jaguaré, Milton Leite (DEM), Arthur Alves Pinto (PR) e Antonio Carlos Rodrigues (PR) – Jardim Martinica.

Dependendo do local no qual o vereador atua, eles procuram auxiliar os CDCs de diversas formas, como liberando verbas através de projetos de lei para garantir a reforma dos campos até mesmo com auxílio em transporte e alimentação para os times de várzea disputarem campeonatos. Com isso, criam-se contrapartidas de ambos os lados para o estabelecimento de uma relação de via dupla, em que os administradores

dos CDCs possuem poder de barganha considerável por contarem com o domínio de um importante local de reunião no bairro e na comunidade, herança das dinâmicas já apresentadas aqui por Paulo Fontes sobre as sedes de clubes varzeanos nas décadas de 1950 e 1960 (FONTES, 2014).

Uma consequência importante da diminuição dos campos de várzea e do protagonismo que os CDCs assumem com essa situação, segundo Bonfim, é que os lugares de reunião e confraternização dos bairros diminuem e, conseqüentemente, os CDCs concentram mais poder. Afinal, se um bairro possuía 6 ou 7 times de várzea com tradição de reunir parte dos moradores não só através dos jogos, mas também de festas, por exemplo, com o tempo esse tipo de sociabilidade tende a concentrar-se no time que esteja no comando do Clube da Comunidade durante aquele período.

Dessa forma, o Clube e seus administradores podem condicionar a distribuição de panfletos políticos na época de eleição, ou mesmo vinculam a presença dos candidatos em festas e confraternizações dos Clubes fora do período eleitoral a “auxílios” diversos para garantir uma melhor administração do próprio Clube ou do time que o comanda (BONFIM, 2017).

Ainda de acordo com Diego Viñas, alguns políticos atuam organizando campeonatos, atraindo patrocínios para efetuar disputas locais às quais eles próprios darão nome, tendo seu nome veiculado durante toda a disputa e aparecendo em todas divulgações (VIÑAS, 2017).

Dessa maneira, os CDCs se apresentam como locais de intensa disputa política e de alta relevância com relação ao bairro e à comunidade que o cercam. Este advento da instalação de gramados sintéticos, por exemplo, auxiliou alguns clubes na relação com o entorno comunitário.

Um exemplo disso é o relato quando da visita feita ao CDC Jardim Martinica por Karina Alves e Aira Bonfim – o único dos CDCs pesquisados que não possuíam vínculo com o programa Clube Escola. Moacir Bondezzan, presidente do CDC, diz que a instalação do gramado sintético (na época ainda em andamento) gerava uma expectativa de melhoria na relação com a comunidade, que o tomava por terreno baldio no período noturno devido à falta de iluminação e jogava lixo dentro do campo (BONFIM; ALVES, 2012c).

A comodidade e os resultados positivos trazidos pela instalação dos gramados sintéticos, tanto em relação aos políticos como aos administradores dos CDCs, são bem relatados no caso do CDC Parque Fongaro, como relatado abaixo:

“Marcelo [Almeida, presidente do Clube] não tem dúvidas de que a instalação do gramado sintético foi o maior ganho para o CDC Parque Fongaro. O gramado sintético tornou o espaço mais atraente para que ele pudesse ser locado para mais grupos, fazendo com que a receita do CDC aumentasse e pudesse custear as contas dos serviços prestados, as pessoas que ali trabalham e alguns projetos como a escola de futebol infantil, que atende atualmente 250 crianças durante a semana e mais 150 nos finais de semana. Toda a fonte de renda do CDC Parque Fongaro vem da locação do campo de gramado sintético. São cobrados cerca de R\$ 400,00 por equipe para o aluguel do campo. No período noturno, o valor costuma ser um pouco maior, em razão dos custos com iluminação.” (GARCIA; NASCIMENTO, 2012, p. 3)

Marcelo relata a visão, segundo ele, equivocada da comunidade em relação ao campo. Ele diz que a comunidade associa o futebol de várzea ao uso de drogas frequentemente, desde os tempos em que ele era criança, quando começou a frequentar o Clube. Porém, defende que

“No decorrer do tempo e com as melhorias em sua infraestrutura, os moradores do entorno mudaram de opinião. Hoje famílias frequentam o ambiente, e Marcelo garante que uma breve conversa com qualquer pessoa ‘do pedaço’ revela o quão bem-quisto tornou-se o lugar. Em suas palavras o antigo terreno baldio, ‘mudou da água para o vinho’, nos últimos anos. Além disso, as mudanças fizeram com que o CDC se transformasse em um espaço de socialização da comunidade. Não raro, vizinhos passaram a se conhecer melhor depois de começarem a frequentar o CDC.” (GARCIA; NASCIMENTO, 2012, p. 4).

No caso então do CDC Parque Fongaro, o investimento público – sob responsabilidade de Dalton Silvano, então vereador pelo PV – fez com que um lugar à época mal visto pela comunidade se tornasse um local de reunião e confraternização, além de aumentar a renda gerada pelo aluguel de quadras. Desse modo, tanto Dalton Silvano passa a ter um local importante de angariação de votos devido ao atrativo que o Clube passou a ser para a comunidade e Marcelo passa a obter mais recursos financeiros para a administração do clube e a ter mais poder de barganha na negociação com o poder público, por controlar um equipamento agora tão importante em relação ao bairro, que não tinha essa função anteriormente.

Além de todos esses aspectos explicitados, a instalação do gramado sintético assume um papel importante em relação à preservação do espaço. Apesar de o terreno ser de propriedade da prefeitura, isso não garante que ele esteja totalmente protegido da especulação imobiliária, já que a prefeitura pode reverter seu uso a qualquer momento ou mesmo vender o espaço para angariar fundos. Este fato é temido por

Francisco Rodrigues Filho, o “Chicão”, presidente do CDC Jardim Regina, que afirma em seu relato:

“Os conflitos dos que moram no entorno ante a presença do clube são, segundo Chicão, explícitos. O próprio chegou a afirmar que o clube está “no local errado”, pois ali não é mais uma comunidade [no sentido de comunidade pobre]. Portanto não são as pessoas do bairro que frequentam, mas os moradores das regiões vizinhas, de uma camada socioeconômica inferior a do bairro no qual o CDC está situado.” (BAKKE; PEREIRA, 2012b, p. 4).

Devido a essa tensão, Chicão considera que os projetos sociais do Clube garantem a legitimidade do espaço e a continuidade de seu uso. Uma das formas de buscar a preservação dos locais é o incentivo a programas sociais, mas a instalação do gramado sintético, segundo Aira Bonfim, favorece essa preservação, uma vez que o terreno se valoriza com a instalação da iluminação e da grama, dificultando a compra desse terreno por parte de imobiliárias (BONFIM, 2017).

Paulo Cesar Dutra, presidente do CDC Vila Anhanguera, enfatiza que diversos terrenos cedidos pela prefeitura teriam sido tomados de volta, segundo ele, por má administração, já que

“(…) a prefeitura cede o espaço e acompanha o desenvolvimento das atividades no terreno. A contrapartida precisa ser evidenciada através do cuidado com o local e da utilização do mesmo. Se isso não acontece, o terreno é tomado e transformado em algum outro equipamento público, já que existe uma demanda para construção de creches, escolas e hospitais em toda a cidade. Portanto, os terrenos desocupados estão sob a mira do governo em uma cidade tão populosa como São Paulo. Paulo deu o exemplo do time do Esporte Clube Corinthians de Sapopemba, que teve o seu terreno tomado e mais tarde transformado no Centro Educacional Unificado (CEU) Sapopemba” (BONFIM, 2012b, p. 5).

Contudo, o gramado sintético pode gerar discordâncias, como as descritas por Enrico Spaggiari em relação ao campo utilizado pelo Botafogo de Guaianazes, que havia sido cedido pela prefeitura, mas que fazia parte do projeto de construção do CEU Jambeiro. Os gestores do CEU passaram a exigir horários de cessão dos campos para a prática de Educação Física das crianças que frequentavam o equipamento. O ocorrido desagradou o diretor Adonias, que afirmou: “quando era terrão ninguém queria usar o campo, fazer atividades. Agora que tem grama sintética todo mundo quer um pedaço” (SPAGGIARI, 2014, p. 164). Com isto, questionou o fato de a administração do CEU nunca ter demonstrado interesse nos campos quando eram de terra batida.

A administração desses espaços talvez seja a maior fonte de conflito e de contradições. Como já visto anteriormente, existe uma legislação que regula o funcionamento e as regras do espaço, porém a fiscalização é deficiente e as formas de administração variam muito. Um bom exemplo dessa deficiência é o fato de que, após a CPI que investigou esses espaços, a nova regulamentação explicitava a proibição da comercialização de bebidas alcoólicas dentro dos CDCs²⁶. Porém, a maioria dos Clubes de Comunidade pesquisados possuíam um bar em suas dependências, onde os jogadores confraternizam após o término do jogo e tratam em suas conversas de esporte, de política, dos problemas do bairro, de suas vidas pessoais, estreitando o laço com o espaço, visto como ponto de encontro e amizade.

Ainda de acordo com Aira Bonfim, nem todos os clubes seguem as regras de alternância de poder, fiscalização mútua e eleições que regem o sistema de administração dos CDCs. Durante as visitas, foi visto que diversos espaços possuem como entidades esportivas responsáveis os próprios times de várzea que já utilizavam o espaço antes da regulamentação destes. Alguns exemplos interessantes são o CDC Waldemar Moreno, que possui três campos, um utilizado por cada time que administra o espaço e o CDC Cleuza Bueno, um dos poucos que detalhou o processo administrativo dentro do clube, como visto abaixo:

“O equipamento público é gerido pelas três entidades já citadas [Jardim Rebouças, Jardim das Palmas e Titânico, todos times varzeanos] em esquema de rodízio, as quais alternam (ou se articulam) na ocupação de cargos como presidente, vice-presidente, primeiro e segundo tesoureiro, presidente do conselho fiscal e conselheiros.

A diretoria do CDC Cleuza Bueno é composta por nove membros (três de cada agremiação), estando um integrante do Jardim Rebouças na presidência, um do Jardim das Palmas no conselho fiscal e o outro do Titânico na tesouraria. Ao fim de uma gestão de dois anos convoca-se uma nova diretoria, eleita por votação ou por acordo conjunto das agremiações.” (ALVES, 2012, p. 3).

Os times mais antigos e administradores dos campos possuem vantagem em cima de outros times que utilizam o espaço, sendo o principal o fato de que eles não precisam pagar aluguel para utilizar os campos (no máximo pagam uma taxa simbólica bem abaixo do aluguel para outros times) e por controlarem a agenda de locação do

²⁶ Ver legislação específica em MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2005.

espaço. Um time que deixe de alugar o espaço por algum tempo, por exemplo, acaba perdendo a preferência de locação do espaço para outro nos campos mais disputados. Os times que administram os espaços não correm esse risco de ficar sem lugar pra jogar.

Tal dinâmica torna os Clubes da Comunidade lugares de difícil acesso e pouca transparência. Durante o processo de pesquisa do autor deste trabalho, por três vezes o acesso foi dificultado por diferentes razões, talvez por receio de que possa ser alguém contratado pela prefeitura para realizar fiscalização.

Primeiramente, o Clube da Comunidade Jardim Cachoeira, popularmente conhecido como Campo da Divineia, na Avenida Inajar de Souza, Zona Norte de São Paulo, não possui gramado sintético ainda e, em todas as visitas feitas, não havia ninguém apto a receber qualquer pessoa no espaço. Não existe telefone fixado em lugar visível e nem pode ser encontrado na Internet.

Então houve a tentativa em outro CDC localizado mais à frente na mesma Avenida Inajar de Souza, na direção da Marginal Tietê, o CDC de Vila Palmeiras. Apesar de ter sido recebido, a partir do momento em que indiquei não ter interesse no aluguel das quadras, não foram passadas mais informações e o acesso foi dificultado. Porém, pude verificar que o CDC possuía dois campos, já com gramado sintético e placas da Brahma. A observação indica que podem ter sido contemplados pelo projeto “Viva o Campinho”, além de um pequeno parque destinado a crianças e idosos e um bar. Este, de acordo com o relatado acima, comercializa exclusivamente cervejas da marca Brahma.

O último equipamento visitado, e com mais êxito, foi o CDC Mauro Bezerra Pinheiro, na região da Lapa de baixo. Este clube sobrevive principalmente do aluguel de quadras para as empresas que se estabeleceram na região e oferecem isto como um benefício aos empregados. O clube possui um campo com gramado sintético, bar, quadras de futsal e de voleibol e um espaço para a prática de bocha. Uma escolinha de futebol relacionada ao Santos Futebol Clube, a “Meninos da Vila”, funciona no espaço e atende o público carente, além das disputas de futebol de várzea no campo de gramado sintético aos fins de semana.

Apesar de ter feito duas visitas, tive dificuldade em entrevistar com os diretores e presidentes do Clube. O secretário do CDC marcou e desmarcou diversos encontros com eles, alegando que eles “possuem uma vida e não podem comparecer ao CDC a qualquer momento, já que viajam muito” e que ele e outros funcionários eram “contratados” e, portanto, “não saberiam informar sobre a história do clube”. Deste

modo, não pude apurar quais times ou associações são os responsáveis por administrar o espaço ou mesmo detalhes sobre a história do Clube.

Porém, através de pesquisas na Internet, foi descoberto que este clube foi um dos utilizados pelo Sintratel (Sindicato dos Trabalhadores de Telemarketing) – afiliado à UGT (União Geral dos Trabalhadores), grande organização sindical de orientação comunista – para organizar torneios de futsal entre empresas do ramo.

O festival de futsal do Sintratel, organizado no CDC Mauro Bezerra Pinheiro, foi chamado de “Festival Zumbi dos Palmares” e aconteceu em 2014. Este mesmo festival foi repetido nos dois anos subsequentes em locais diferentes, em 2015 foi denominado “Festival Che Guevara” e em 2016 “Torneio Carlos Marighella”, ambos nos campos da empresa Playball. A organização desses festivais relembra a relação que os movimentos sindicais comunistas desenvolveram com o futebol, já estudada aqui e é evidenciada pelo discurso de Ronaldo Lopes, diretor de Cultura, Educação e Esportes do Sintratel:

“Novamente a participação do conjunto de representados de nossa base de atuação sindical foi fundamental para o sucesso de mais um evento promovido pelo SINTRATEL. Atividades como esta são fundamentais para integração de trabalhadores (as) de diferentes empresas nas diversas modalidades do Setor de Telemarketing. São funcionários de empresas distintas, porém, nossa luta por melhores condições laborais são iguais. É um momento muito rico para debatermos sobre o destino da atual campanha salarial e fortalecimento de nossas principais bandeiras de luta.” (SINTRATEL, 2014, p. 1).

Assim, pode-se verificar que existe também a possibilidade de esses espaços serem apropriados politicamente, além da relação com a comunidade apenas, por meio da cessão para este tipo de atividade sindical, que ainda se mostra relevante atualmente.

A percepção da população em relação aos clubes mostra-se conflituosa, já que é um terreno público, mas com um sistema de administração diferente. Apesar de ser um equipamento público, em vários Clubes o acesso é dificultado e restrito e as administrações tomam um caráter personalista.

Em alguns dos CDCs mapeados, algumas ações além do oferecimento de cursos do Clube Escola, acontecem para justificar o uso “público” do terreno, como no CDC Adhemar de Barros, onde uma hora antes do horário de encerramento das atividades do Clube Escola, o campo é aberto e é permitido à população local fazer caminhada e

outros esportes antes do fechamento e o CDC Jardim Regina, que abre de manhã com o mesmo propósito.

Ainda assim, a complexidade e a diversidade dentro destes espaços permitem uma reflexão mais cuidadosa em relação ao fato de eles “abrirem” para o uso da comunidade em geral, e não só para times interessados em alugar o espaço. Como as verbas são escassas e a prefeitura não investe nenhum valor diretamente em relação a segurança, alguns espaços não podem arcar com os custos de um zelador, por exemplo. Como Aira Bonfim relata, durante as visitas aos Clubes, na maioria das vezes eles foram recebidos pelo Professor da Associação Craques de Sempre ao invés de algum funcionário contratado pelo Clube (BONFIM, 2017).

Conclusão

Uma análise cuidadosa das dinâmicas que envolvem esses espaços demonstram muitas das contradições que o próprio desenvolvimento urbano de São Paulo teve ao longo do último século: as fronteiras entre público e privado não são evidentes e demarcadas claramente, e o envolvimento político ajuda a problematizar ainda mais a condição dos Clubes: o CDC ajuda a proteger a prática do futebol de várzea em São Paulo enquanto forem espaços de reunião importantes e fazerem parte de uma lógica que beneficia não só os praticantes do futebol varzeano, mas também quem se apropria politicamente dele e colhe os frutos disso. Basta afirmar que todos os vereadores aqui citados, que participaram desses projetos de reforma dos CDCs, foram reeleitos nas eleições municipais de 2016.

A estrutura e a lógica dos CDCs se beneficia da escassez de espaços para reunião e organiza cada vez mais a comunidade ao redor deles. Com os gramados sintéticos e as reformas trazidas pelos vereadores, não só os praticantes e amantes do futebol varzeano passam a ocupar o espaço. A estrutura mais “moderna” com o gramado e os postes de iluminação muda a percepção da comunidade em relação ao espaço e permite que mais gente usufrua do equipamento e, portanto, estejam sujeitas à exploração política dos espaços por parte dos políticos locais.

Além disso, os jogos, festivais, festas, bailes organizados neles contribuem para tornar o Clube da Comunidade um local que articulará a memória dos moradores do bairro, tornando-se muito mais precioso para políticos que desejem associar suas imagens a eles.

Assim, os CDCs não são apenas equipamentos públicos de lazer, mas sim patrimônio público cheio de significado, história e complexidade, que estudados a fundo ajudam a entender melhor a comunidade em que estão inseridos: quais políticos locais são mais influentes, como a comunidade enxerga o lazer e a si mesma e como o futebol varzeano ocupa parte importante do processo de socialização e de circulação pela cidade nas comunidades mais afastadas do centro.

Considerações Finais

Ao estudar uma ampla gama de Clubes da Comunidade, como feito no terceiro capítulo, vemos que são muito mais que espaços de lazer. Seu estabelecimento e seu funcionamento permitem enxergar muito além da questão do lazer popular: nos permite enxergar diversas dinâmicas da intervenção política nos bairros, que se reflete na política municipal.

Outra contribuição deste estudo mais detalhado é o fato de indicar que nem o futebol varzeano nem os CDCs são conceitos estáticos e rigidamente estabelecidos. Assim como existem diversos significados de prática diferentes entre os que jogam na várzea, existem diversas formas de apropriação e administração dos espaços dos CDCs: gramado sintético ou não, com vestiários ou não, com mais de um campo, com apenas um, com programas sociais da prefeitura ou não, com dois, três, quatro times diferentes administrando, com quinze, vinte ou trinta times se revezando aos fins de semana para utilizar os campos.

O arquivo do Museu do Futebol sobre estes Clubes da Comunidade ainda não havia sido mapeado, o que dificulta a compreensão destes espaços de forma mais ampla. Podemos ver como são diferentes as visões das pessoas que administram os espaços e como são diferentes as dificuldades e contradições que os espaços encontram. A dificuldade de acesso imposta pelos Clubes atrapalha um estudo mais aprofundado, porém mostra-se um desafio importante a ser encarado pelos que se interessarem pelo tema no futuro.

Contudo, não só diferenças são encontradas quando se analisam os relatos sobre esses lugares. A importância destes como espaços de sociabilidade e confraternização, devido à diminuição de terrenos com esse intuito nos bairros da periferia, é muito alta. As festas de dia das Mães, dia das Crianças, aniversários dos clubes, são ocasiões que só se igualam em importância a festas paroquiais no passado. Tudo isso vindo de uma tradição de reunião que remonta aos anos 1950 e que preocupa os praticantes mais antigos da várzea: será que isso será perdido? A “essência” da várzea, para muitos dos que se sentem nostálgicos em relação à várzea “moderna”, seria a de juntar amigos, confraternizar após o jogo em um bar, etc.

Esse cenário estaria desaparecendo principalmente pelo fato de muitos times agora pagarem altos valores (para o padrão do futebol varzeano), a fim de terem os melhores jogadores, e não mais os moradores do bairro ou da região vizinha. Os benefícios de pertencer ou de gerir um time considerado da “elite da várzea” são incontáveis, principalmente no que diz respeito a atrair apoio de políticos para as atividades dos times. A final da Copa Kaiser de 2014 (então o maior campeonato de várzea de São Paulo, porém já extinto) levou dez mil pessoas ao Estádio Nicolau Alayon, na Barra Funda. Vencer uma competição dessas eleva fortemente a visibilidade do time e poucos políticos diriam “não” à oportunidade de falar para um público desta magnitude.

A pergunta inicial que eu buscava responder era se os Clubes da Comunidade tinham como papel o de não deixar a prática do futebol de várzea desaparecer em São Paulo e se eles cumpriam o papel de pelo menos evitar que a especulação imobiliária ocupasse aqueles espaços. As respostas obtidas variavam.

Para muitos praticantes do futebol de várzea mais antigos, o futebol varzeano já desapareceu. As dinâmicas atuais, os campos de grama sintética, os salários, tudo isso “não é a várzea”. Dessa forma, minha pergunta sequer faria sentido para eles.

Porém, quando analisamos que a maioria dos CDCs mapeados pela equipe do Museu do Futebol possui times de várzea como suas “entidades esportivas sem fins lucrativos”, vemos que eles não só preservam a prática, como foram negociações e mediações bem sucedidas desses times que permitiram que esses espaços existissem, em primeiro lugar. Porém, isto faz com que não haja uma grande democratização dos times que disputam: as equipes que não conseguiam utilizar-se de um capital simbólico ou financeiro a seu favor para inserir-se nas disputas pela utilização dos campos dos CDCs, desapareceram de qualquer forma.

Já quanto ao fato de protegerem o campo da especulação imobiliária, conclui-se que eles auxiliam, mas não garantem. O fato de a Prefeitura não ter custos fixos para manter esses espaços permite que eles continuem enquanto os administradores conseguirem alocar recursos e negociar com sucesso. Contudo, existe o temor de alguma política pública solicitar os terrenos de volta para construir outros tipos de equipamento, como as imobiliárias faziam com os campos retidos especulativamente para valorização. Quando for do interesse da Prefeitura, pode ser que esses espaços deixem de existir de repente, a não ser que o peso político-eleitoral do espaço permitir aos administradores negociar e articular uma resistência.

Como já dito anteriormente, a dinâmica de funcionamento dos CDCs espelha de uma certa forma a dinâmica sob a qual São Paulo foi construída: sem barreiras definidas entre o público e o privado e com negociações e articulações políticas moldando a paisagem e hierarquizando os espaços conforme os interesses de políticos e do mercado imobiliário, em constante mediação com a população.

Andar pela periferia da cidade de São Paulo durante o fim de semana é eventualmente cruzar com ônibus lotados, geralmente em estado precário, com uma torcida alucinada em direção a um jogo de várzea. É enxergar campos que mal podem ser vistos devido à quantidade de espectadores que tentam se encaixar pelos alambrados para assistir às partidas²⁷. É ver a grande mídia esportiva direcionando os olhares a esses fenômenos somente em casos específicos, como quando um grande jogador surge e começou em algum desses campos (caso do atacante Gabriel Jesus, revelado no Palmeiras e atualmente no Manchester City e jogador de ataque da Seleção Brasileira, que deu seus primeiros passos futebolísticos em campos da periferia da Zona Norte).

A precarização e a escassez cada vez maior desses espaços, além da pouca atenção dada pela imprensa a eles são fenômenos que poderiam ser explicados com argumentos subjetivos sobre a questão esportiva e qualidade técnica das partidas. Porém, uma resposta completa demanda diversos outros esforços.

Primeiro, os termos usados. O futebol varzeano, referido pela própria Prefeitura de São Paulo e por alguns organizadores de torneios como futebol “amador” suscita um debate sobre seu uso como oposição ao “profissional”, termo que atualmente assume valor positivo, de seriedade e gestão. Esses termos foram ressignificados e passaram a

²⁷ O documentário “Campo de jogo” (2014), de Eryk Rocha, apesar de ter sido filmado em campos de várzea do Rio de Janeiro exibe com detalhes como é o panorama de partidas assim.

ter diferentes impactos no mundo real ao longo do tempo, desde que o futebol fora introduzido no Brasil.

Os *sportsmen* – termo dado aos cavalheiros ingleses que praticavam o esporte somente como diversão desinteressada e sem qualquer expectativa de ganho financeiro – iriam influenciar os primeiros praticantes brasileiros na direção da valorização do termo “amador”. As elites brasileiras que, nessa transição de séculos, procuravam se afastar do passado escravista e se estabelecer como os responsáveis por guiar a nação rumo ao progresso e à modernidade, se apropriavam do esporte como elemento de diferenciação e elitização. Porém, a prática informal e afastada dos requintados pontos de encontro da elite também crescia.

A popularização, o advento de cada vez mais novos clubes nos subúrbios, os “moleques” que iriam disputar partidas nas ruas, incomodar as vizinhanças com vidraças quebradas e atrapalhar o fluxo das ruas, todos esses fatos iriam incomodar aquela elite e os seus objetivos com o uso do esporte. Com o tempo, pessoas que não faziam parte dessa elite passaram a conseguir jogar nos clubes e disputar partidas com os *sportsmen*.

As pessoas vindas das classes populares não teriam como ser “amadores”, segundo estes que se denominavam assim. Como conseguiriam tempo livre para treinar e aprender os requintados códigos da disputa naquele tempo? Só poderiam ser “profissionais”, jogadores que recebiam pagamentos e salários para jogar futebol, algo abominado e comparado à imoralidade das apostas do *turfe* e do ciclismo, práticas que foram pioneiras na cultura esportiva brasileira.

O estabelecimento de torneios e federações no Brasil somente surgiu devido ao grande conflito que a oposição entre esses dois termos causou no eixo Rio – São Paulo, e os argumentos defendidos de lado a lado naquela ocasião ainda ecoam no discurso esportivo atual.

Quando a profissionalização passa a ser legalizada em 1933 (já que era praticada ilegalmente há muito tempo), o futebol entra no caminho da espetacularização e da mercantilização de forma irreversível. Ser jogador de futebol configura-se uma promessa de ascensão social para setores das camadas populares, que, se já praticavam o esporte nas várzeas dos rios desde o início do século XX, passam não só a jogar mais, mas passam a acompanhar mais os grandes clubes.

A partir desse momento, o termo “profissional” começa a perder parte de seu tom pejorativo. Porém, o termo “varzeano” já era carregado negativamente nestes anos

1930, quando se referia a populações pobres, sujeitas às inundações das várzeas dos rios. E é justamente nesses espaços que o futebol se populariza e clubes mais regionalizados passam a ser fundados. Assim, começa a criar-se uma cultura futebolística informal em São Paulo, que sofre formas de cerceamento com a instalação dos projetos de retificação dos rios, a construção de avenidas e o inevitável “progresso” da cidade.

Quando o termo amador passa a ser utilizado novamente, ele já se refere a essa prática varzeana, aos jogadores que não fazem parte dos grandes times, aos campos precários, às “classes perigosas” urbanas, às classes pobres. Dessa forma, os termos “amador” e “profissional” ressignificam-se entre si, fazendo com que o “amador” seja agora o marginalizado, o perigoso e o “profissional” o rico, o que atrai grandes multidões, etc.

O que ocorre então é que o futebol varzeano passa a ser mais um dos alvos das políticas urbanas higienistas: as várzeas dos rios são locais de concentração de doenças, maus hábitos e imoralidade, assim como os cortiços foram no início do século XX. Expulsar essa população desses lugares torna-se essencial e a periferização das classes pobres passa a ser cada vez mais a direção das políticas públicas na primeira metade do século XX em São Paulo.

Nos grandes espaços dos bairros periféricos, o futebol varzeano encontra espaço e pessoas para jogar. Diversos grandes terrenos baldios passam a ser utilizados por times varzeanos e uma relação interessante com a comunidade passa a ser construída: as sedes desses times passam a ser locais importantes de reunião dos moradores, de exigência de melhorias e de projetos políticos.

Então, não é o higienismo que ataca a prática varzeana, mas sim a teoria de rendimento social, que defende o negócio imobiliário como meio de melhorias para a cidade e define sua conseqüente falta de fiscalização e regulamentação. Diversos terrenos são retidos de propósito, aguardando pela valorização dos bairros da periferia, com as melhorias urbanas. A oferta de terrenos livres só diminui e, após um auge da prática nos anos 1970, inclusive com o poder público mediando competições, o futebol varzeano vê os campos ficarem cada vez mais escassos, vários dando lugar a supermercados, escolas, condomínios e outros edifícios.

É nessa época que o poder público – na figura de prefeitos como Jânio Quadros e Ademar de Barros – identifica o potencial político-eleitoral do futebol varzeano e as articulações políticas e campanhas nos campos se torna algo mais comum e corriqueiro.

Consequência dessa percepção é a instituição dos Clubes Desportivos Municipais, locais que seriam direcionados à prática principalmente do futebol de várzea através de negociações do poder público com presidentes e donos de times que haviam se prejudicado com a perda de campos.

Muitos desses clubes ainda existem, sob a denominação de Clubes da Comunidade, como o CDC Jaguaré, por exemplo. Sua sobrevivência depende de articulações entre os presidentes, diretores deles, vereadores e políticos locais e a prefeitura. Estudar esses espaços fora o objetivo desse trabalho desde o início, e chegar ao motivo da fundação e da permanência deles foi a intenção.

A partir do momento em que alguém compromete-se a estudar o esporte, mais especificamente o futebol, uma pergunta é feita frequentemente: “por que você acha que o futebol é importante, é algo a ser estudado?”. Por ser um tema que durante muito tempo foi deixado em segundo plano nas ciências humanas, e que teve um desenvolvimento tardio (pelo menos no Brasil), a desconfiança é algo natural.

A historicização e o mapeamento de um fenômeno tão específico e que mobiliza tanta gente e tantas paixões como o futebol são tarefas desafiadoras. Quando se estuda uma prática ainda mais localizada e talvez até mobilize mais pessoas e mais paixões, como o futebol varzeano, a tarefa torna-se ainda tão importante quanto desafiadora.

Bibliografia

ABRAHÃO, Fernando Antônio. Fragmentos de uma história do futebol de várzea paulistano (1947-1977). In: Encontro Internacional NEHO 20 Anos: História Oral, Identidade e Compromisso., 20., 2011, São Paulo.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; FERREIRA, Renata; GUTIERREZ, Gustavo Luiz. Os clubes de futebol e o processo de urbanização na região do rio Tietê 1889 – 1945. Recorde: Revista de História do Esporte, São Paulo, v. 6, n. 1, p.1-38, 01 jun. 2013.

ALVES, Karina. Banco de dados do Museu do Futebol: Relato de Campo: Federação Paulista de Futebol Varzeano. Disponível em: <[http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/tipo:acervo/517297,Relato de Campo Federação Paulista de Futebol Varzeano](http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/tipo:acervo/517297,Relato%20de%20Campo%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20Paulista%20de%20Futebol%20Varzeano)>. Acesso em: 05/01/2017

ALVES, Karina. Relato de campo CDC Cleuza Bueno. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

ALVES, Karina. Relato de campo CDC Morada do Sol. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012a. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

ALVES, Karina; FALLEIROS, Nahema. Relato de campo CDC Veneza Independente. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

ALVES, Karina; PEREIRA, Alexandre. Relato de campo CDC Roberto Russo. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

ALVITO, Marcos. “A parte que te cabe neste latifúndio”: o futebol brasileiro e a globalização. *Anál. Social*, Lisboa, n. 179, p. 451-474, 2006. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732006000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 mar. 2017.

ALVITO, Marcos. The ball is round, Capítulo 2: O jogo mais simples: a Grã-Bretanha e a invenção do futebol moderno. Website Ludopédio, coluna “Futebol é bom para pensar”, 27.01.2017. Disponível em <<http://www.ludopedio.com.br/arquibancada/the-ball-is-round-capitulo-2-o-jogo-mais-simples-gra-bretanha-e-invencao-do-futebol-moderno/>>, acesso em 28.02.2017

ANTUNES, Fátima Martin. Futebol de Fábrica em São Paulo. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH-USP, 1992.

ASTRUC, Clément. Football as a Profession Origins, Social Mobility and the World of Work of Brazilian Footballers, 1950s–1980s. In: FONTES, Paulo; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *Country of Football: Politics and the beautiful game in Brazil*. São Paulo: Hurst And Company, 2014. p. 87-102.

BAKKE, Rachel; ALVES, Karina. Relato de campo CDC Parque Esportivo Vila Bela. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012b. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BAKKE, Rachel; PEREIRA, Alexandre. Relato de campo Associação Craques de Sempre. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012b. Disponível: <[http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:craques de sempre](http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:craques%20de%20sempre)>. Acesso em 05 Jan 2017.

BAKKE, Rachel; PEREIRA, Alexandre. Relato de campo CDC Jardim Niterói. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012.

Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BAKKE, Rachel; PEREIRA, Alexandre. Relato de campo CDC Jardim Reginaí. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012b. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BAKKE, Rachel; PEREIRA, Alexandre. Relato de campo CDC Parque Santa Madalena. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012a. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BONFIM, Aira. Depoimento. Entrevistador: Diego Fernandes de Biagi. Arquivo .3gp, 46 min. Entrevista realizada em 09 de Fevereiro de 2017 nas dependências do Centro de Referência do Futebol Brasileiro no Museu do Futebol.

BONFIM, Aira. Relato de campo CDC Adhemar de Barros. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BONFIM, Aira. Relato de campo CDC Alvorada. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012a. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BONFIM, Aira. Relato de campo CDC Vila Anhanguera. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012b. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BONFIM, Aira; ALVES, Karina. Relato de campo CDC Agostinho Vieira. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BONFIM, Aira; ALVES, Karina. Relato de campo CDC Cecília Meirelles. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012a. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BONFIM, Aira; ALVES, Karina. Relato de campo CDC Jaguaré. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012b. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BONFIM, Aira; ALVES, Karina. Relato de campo CDC Jardim Martinica. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012c. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BONFIM, Aira; FALLEIROS, Nahema. Relato de campo CDC Pequeninos do Jockey. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BONFIM, Aira; PEREIRA, Alexandre. Relato de campo CDC Bola Preta. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BONFIM, Aira; SCIARRA, Franco. Relato de campo CDC Cidade São Matheus. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

BOURDIEU, Pierre. Alta Costura e Alta Cultura. In: Questões de sociologia. 1983a. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 154-161.

_____. Como é possível ser esportivo? In: Questões de sociologia. 1983b. Rio de Janeiro: Marco Zero. p 136-153.

BRAHMA. Website do Projeto Viva o Campinho, 2014. Disponível em <<http://www.brahma.com.br/vivaocampinho/projeto>>. Acesso em 01/02/2017.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. , 1997 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15.03.2017

CHADE, Jamil. Fifa Fatura R\$16 bi com a disputa da Copa do Mundo no Brasil. O Estado de São Paulo, 2015. Disponível em <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-fatura-r-16-bilhoes-com-a-disputa-da-copa-do-mundo-no-brasil,1653669>>

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER R. Bourdieu e a história: debate com José Sérgio Leite Lopez. Topoi. 2002;3:139-82.

cidade de São Paulo. Fapesp/Studio Nobel, São Paulo, 1997.

CRFB (Centro de Referência do Futebol Brasileiro). Verbete "Copa Kaiser" no banco de dados do Acervo do Museu do Futebol. Disponível em <[http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/tipo:eventos/550956,Copa Kaiser](http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/tipo:eventos/550956,Copa%20Kaiser)>. Acesso em 20/07/2015

DAMO, Arlei. "O uso dos termos amadorismo e profissionalismo como categorias sociológicas na literatura acadêmica sobre futebol". In: XXVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: Mimeo, 2002.

_____. Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2007.

DE OLIVEIRA, Jair Marinho. Jair Marinho de Oliveira (depoimento, 2012). Rio de Janeiro - RJ - Brasil. 2013. 34 pg

DIAFÉRIA, Lourenço. Coração corintiano. São Paulo: Fundação Nestlé de Cultura, 1991, 414 p.

DORO, Bruno. "Atacante revelado na Copa Kaiser perde chance de jogar com Neymar por fama de brigão", UOL Esporte - Futebol. Disponível em <<http://esporte.uol.com.br/futebol/campeonatos/copa-kaiser/ultimas-noticias/2012/07/26/atacante-revelado-na-copa-kaiser-perde-chance-de-jogar-com-neymar-por-fama-de-brigao.htm>>. Acesso em 20/07/2015

DUNNING, Eric. Esporte, violência e civilização: uma entrevista com Eric Dunning. In: GASTALDO, E. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, v.14, n. 30, jul./dez, p.223-231, jul./dez. 2008.

_____. Sociology of sport in the balance: critical reflections on some recent and more enduring trends, Sport in Society, Lancashire, v. 7, n. 1, p. 1-24, 2004.

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric (1992). A busca da Excitação. Lisboa: Difel.

ESPN. "Prefeito de Chapecó detona diretoria do Inter: 'Clube grande com direção de várzea'", 2016. Disponível em <http://espn.uol.com.br/noticia/652708_prefeito-de-chapeco-detona-diretoria-do-inter-clube-grande-com-direcao-de-varzea>. Acesso em 26/12/2016.

FALLEIROS, Nahema; PEREIRA, Alexandre. Relato de campo CDC Ferradura. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

FONTES, Paulo. Futebol De Várzea and the Working Class: Amateur Football Clubs in São Paulo, 1940s–1960s. In: FONTES, Paulo; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. Country of Football: Politics and the beautiful game in Brazil. São Paulo: Hurst And Company, 2014. p. 87-102.

GAMBETA, Wilson. A bola rolou: O Velódromo Paulista e os espetáculos de futebol, 1895 - 1916. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2013.

GARCIA, Maria Helena; NASCIMENTO, Paulo. Relato de campo CDC Parque Fongaro. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.

GASTALDO E. Estudos sociais do esporte: vicissitudes e possibilidades de um campo em formação. *Logos* 2010;17:6-15.

GIULIANOTTI, R. *Sport: a critical sociology*. Bodmin: MPG Book, 2005.

GUEDES, S.L. Subúrbio: celeiro de craques. In: DAMATTA, R. (Org.). *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

HIRATA, Daniel. No meio de campo: o que está em jogo no futebol de várzea? In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. *Nas Tramas Da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 243-290.

_____. *O futebol varzeano: práticas sociais e disputas pelo espaço em São Paulo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

HOBSBAWN, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914 In: HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

LEITE LOPES, J. S. “A morte da Alegria do Povo”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1992, n. 20.

LOPES, José Sergio Leite. Esporte, emoção e conflito social. *Mana*, São Paulo, v. 1, n. 1, p.141-166, ago. 1995.

MARQUES, R. F. R; ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. *Movimento*. Porto Alegre, v. 13, n. 3, p.225-244, 2007.

MARQUES, R. F. R; GUTIERREZ, G. L; MONTAGNER, P. C. Novas configurações socioeconômicas do esporte contemporâneo. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 20, n. 4, p. 637-648, 2009.

MARQUES, R.F.R. - Contribuições da obra de Pierre Bourdieu para a pesquisa em Sociologia do Esporte no Século XXI In: *II Encontro Paulista de Sociologia do Esporte ; Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Futebol e Modalidades Lúdicas*. – São Paulo : Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2015 132 p.

MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. Tempo social, abril de 2003, p. 63-79

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Decreto nº 12429, de 05 de dezembro de 1975. Diário do Município de São Paulo.

_____. Decreto nº 46425, de 04 de outubro de 2005. Diário Oficial do Município de São Paulo.

NEGREIROS, Plínio Jose Labriola de Campos. Resistência e rendição: a gênese do Sport Club Corinthians Paulista e o futebol oficial em São Paulo, 1910-1916. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767, [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

PEREIRA, Leonardo A. M. Footballmania: uma historia social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SEABRA, Odete C. L. Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros – Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH – USP, 1987.

SILVA, Diana Mendes Machado da. A Associação Atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo (1928-1950). 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOARES, A. J. Futebol brasileiro e sociedade: a interpretação culturalista de Gilberto Freyre. In: ALABARCES, P. (Org.). Futbolologías: fútbol, identidad y violencia en América Latina, Buenos Aires, v. 1, p. 145-162, 2003.

SOUZA J, MARCHI JR W. Por uma gênese do Campo da Sociologia do esporte: cenários e perspectivas. Movimento (Porto Alegre). 2010b;16:45-71

_____. Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu. *Movimento* (Porto Alegre). 2010a;16:293-315.

SOUZA, Juliano de; ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JUNIOR, Wanderley. For a theoretical reconstruction of football through the sociological reference of Pierre Bourdieu. *Rev. bras. educ. fís. esporte*, São Paulo v. 28, n. 2, p. 221-232, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092014000200221&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 jul. 2015.

SPAGGIARI, Enrico. Família joga bola. Constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. Tem que ter categoria: construção do saber futebolístico. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-02022010-133343/>>. Acesso em: 2015-07-20.

STÉDILE, Miguel Enrique. Da fábrica à várzea: clubes de futebol operário em Porto Alegre. Curitiba; Editora Prismas, 2015. 300p.

STINGHEN, Eduardo. Eduardo Stinghen (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC, 2012. 75 pg.

STREAPCO, João Paulo. “Cego é aquele que só vê a bola.”: O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistas: S. C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F. C. (1894-1942). 2015. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TOLEDO, L. H. de. “Futebol e teoria social: aspectos da produção científica nacional (1982-2002)”. In: *BIB – Boletim de Informação Bibliográfica*, n. 52, 2001.

UOL (Universo OnLine). "Principal torneio da várzea de SP revelou Damião e Oliveira e viu a ressurreição de Elias". Disponível em <<http://esporte.uol.com.br/futebol/campeonatos/copa-kaiser/ultimas-noticias/2012/02/28/principal-torneio-da-varzea-de-sp-revelou-damiao-e-oliveira-e-viu-a-ressurreicao-de-elias.htm>>. Acesso em 20/07/2015

_____. "Título consagra gestão profissional do Grêmio", 2016. Disponível em <http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/titulo-consagra-gestao-profissional-do-gremio_31594.html>. Acesso em 26/12/2016.

VAZ, A. F. "Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas, atualidade". In: Esporte e Sociedade. Niterói, Ano 3, n. 7, Nov.2007/Fev.2008.

VIÑAS, Diego. Depoimento. Entrevistador: Diego Fernandes de Biagi. Entrevista realizada por meio de áudios gravados pelo aplicativo de celulares Whatsapp em 13 de Fevereiro de 2017.

VIÑAS, Diego; NASCIMENTO, Paulo. Relato de campo CDC Waldemar Moreno. São Paulo: Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol, 2012. Disponível: <<http://dados.museudofutebol.org.br/2d#/busca:cdc>>. Acesso em 05 Jan 2017.